



INSTITUTO FINANCEIRO
PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL, IP

Avaliação *Ex-ante* e Avaliação Ambiental Estratégica Programa Operacional de Lisboa



Avaliação *ex-ante*

Relatório Final

Janeiro 2015



Avaliação *Ex-ante* e Avaliação Ambiental Estratégica
Programa Operacional de Lisboa

Avaliação *ex-ante*

Relatório Final

Janeiro 2015

Equipa de Avaliação

Avaliação Ex ante

A. Oliveira das Neves (*Coordenação Geral*)

Dulce Santana (*Coordenação Executiva*)

Catarina Pereira, Gisela Ferreira, Vítor Corado Simões e Tiago Pereira

Avaliação Ambiental Estratégica

Carla Melo e Sérgio Costa (*Coordenação*)

Ana Valente, Ana Oliveira, Cláudia Estrela, Sara Rocha,

Sérgio Almeida, Susana Fernandes e Susana Lacerda

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	i/vii
I. INTRODUÇÃO	1
I.1. Âmbito e principais objetivos da Avaliação e do Relatório Final	1
I.2. Estrutura do Relatório Final.....	2
II. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	5
II.1. Dimensão estratégica da programação do PO	5
<i>II.1.1. Relevância e Pertinência do Diagnóstico.....</i>	<i>5</i>
<i>II.1.2. Relevância e pertinência do PO face à Estratégia Regional de Lisboa 2014-20</i>	<i>12</i>
<i>II.1.3. Relevância do PO face à Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa (EREIL)</i>	<i>15</i>
<i>II.1.4. Contributos para a Estratégia Europa 2020.....</i>	<i>19</i>
II.2. Coerência Interna	22
II.3. Coerência Externa	36
II.4. Princípios Horizontais	46
II.5. Participação / Governação multinível	51
II.6. Indicadores, monitorização e avaliação	56
<i>II.6.1. Relevância e pertinência dos indicadores.....</i>	<i>56</i>
<i>II.6.2. Adequação / realismo das baselines e metas</i>	<i>58</i>
<i>II.6.3. Capacitação administrativa, sistemas de informação, monitorização e avaliação</i>	<i>59</i>
II.7. Consistência da alocação dos recursos financeiros	63
III. PRINCIPAIS RESULTADOS DA AAE	73
III.1. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica do POR Lisboa	73
III.2. Principais efeitos do POR Lisboa e Recomendações da AAE	76
IV. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO	89
IV.1. Conclusões	89
<i>IV.1.1. Relevância Estratégica do PO</i>	<i>89</i>
<i>IV.1.2. Coerência Interna e Externa do PO</i>	<i>91</i>
<i>IV.1.3. Integração dos Princípios Horizontais.....</i>	<i>92</i>
<i>IV.1.4. Participação / Governação multinível.....</i>	<i>93</i>
<i>IV.1.5. Indicadores, monitorização e avaliação.....</i>	<i>93</i>
<i>IV.1.6. Consistência da alocação dos recursos financeiros.....</i>	<i>93</i>
IV.2. Recomendações	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS.....	101
ANEXOS.....	103
Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20	105
Anexo 2. Contributo Potencial das Opções Estratégicas do POR Lisboa para a Concretização de cada um dos Domínios-Chave da Estratégia Regional de Lisboa 2014-20	119
Anexo 3. Contributo Potencial do POR Lisboa para a Estratégia Regional de Lisboa 2014-20	121
Anexo 4. Coerência entre os Eixos e Prioridades de Investimento do POR Lisboa e os Eixos de Intervenção da EREI de Lisboa	125
Anexo 5. Principais Relações de Contributividade entre os Eixos do POR Lisboa	129
Anexo 6. Alinhamento dos Eixos Prioritários e das Prioridades de Investimento PO com os Domínios Temáticos de Estruturação da Programação Nacional dos FEEI	131
Anexo 7. Comentários aos Indicadores de Resultado e Realização	135
Anexo 8. Focus Group “Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) na Região de Lisboa”	140
Anexo 9. Focus Group “Eficiência Energética e Mobilidade Sustentável”	149
Anexo 10. Reunião LISPOLIS “Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) na Região de Lisboa”	153

Índice de Tabelas

Tabela 1. Relações de contributo entre os Eixos do PO e os Domínios Temáticos da EREI de Lisboa	16
Tabela 2. Posicionamento da Região de Lisboa face às metas da Estratégia Europa 2020	20
Tabela 3. Quadro de Intervenção do POR Lisboa e do PO CI, na Região de Lisboa	39
Tabela 4. Quadro de Intervenção do POR Lisboa e do PO SEUR, na Região de Lisboa	40
Tabela 5. Cruzamento entre Eixo Prioritários e Prioridades FEADER e FEAMP	44
Tabela 6. Distribuição da Participação Comunitária, por Eixo Prioritário.....	64
Tabela 7. Distribuição da Participação Comunitária do EP1, por Domínios de Intervenção	66
Tabela 8. Distribuição da Participação Comunitária do EP2, por Domínios de Intervenção	67
Tabela 9. Distribuição da Participação Comunitária do EP5, por Domínios de Intervenção	67
Tabela 10. Distribuição da Participação Comunitária do EP6, por Domínios de Intervenção	68
Tabela 11. Distribuição da Participação Comunitária do EP7, por Domínios de Intervenção	69
Tabela 12. Distribuição da Participação Comunitária do EP3, por Domínios de Intervenção	70
Tabela 13. Distribuição da Participação Comunitária do EP4, por Domínios de Intervenção	70
Tabela 14. Distribuição da Participação Comunitária do EP8, por Domínios de Intervenção	71
Tabela 14. Recomendações e principais efeitos no âmbito dos Fatores Críticos para a Decisão da AAE.....	77

ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Alterações Climáticas
ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACM	Alto Comissariado das Migrações
AdI	Agência de Inovação
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIDUS	Ação Integrada de Desenvolvimento Urbano Sustentável
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AP	Acordo de Parceria
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
C&T	Ciência e Tecnologia
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CLDS+	Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EE 2020	Estratégia Europa 2020
EEE	Espaço Económico Europeu
EREIL	Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa
EP	Eixo Prioritário
ERL	Estratégia Regional de Lisboa
ESFRI	European Strategy Forum on Research Infrastructures
FC	Fundo de Coesão
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE	Fundo Social Europeu
GAL	Grupo de Ação Local
GAC	Grupo de Ação Costeira
GEE	Gases Efeito Estufa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&D&I	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IC	Iniciativa Comunitária
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional

IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
ILE	Iniciativas Locais de Emprego
INR	Instituto Nacional para a Reabilitação
ISCED	International Standard Classification of Education
ITI	Investimento Territorial Integrado
MEuros	Milhões de Euros
NEET	Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participaram em ações de formação
NUT	Unidade Territorial Estatística
OE	Objetivo Específico
OT	Objetivo Temático
PAR	Plano de Ação Regional
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PI	Prioridade de Investimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação
PINEP	Programa de Incentivo à Natalidade e Empregabilidade Parcial
PIPPLEA	Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNR	Programa Nacional de Reformas
PO	Programa Operacional
PO CH	Programa Operacional Capital Humano
PO CI	Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização
PO ISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POL	Programa Operacional Lisboa
POR	Programa Operacional Regional
PO SEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
ProDeR	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, 2007-2013
PROMAR	Programa Operacional Pesca 2007-2013
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
QA	Questão de Avaliação
QEC	Quadro Estratégico Comum
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RIS3	Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
RTE-T	Rede Transeuropeia de Transportes
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SCT	Sistema Científico e Tecnológico
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SCTR	Sistema Científico e Tecnológico Regional
TEIP	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto

SUMÁRIO EXECUTIVO

Enquadramento e Metodologia

A Avaliação *Ex-Ante* (AEA) do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-20 (POR Lisboa), inscreveu-se no quadro da preparação dos novos Programas Operacionais para o período de programação 2014-2020 e visou melhorar a qualidade do Programa, procurando influenciar de forma positiva o processo técnico de elaboração, nomeadamente, no que respeita à programação estratégica, à arquitetura de prioridades e aos dispositivos de gestão e implementação, com destaque para o sistema de monitorização e avaliação.

Em concreto, a AEA teve como principais objetivos (i) reforçar a relevância e pertinência do Programa face às necessidades e oportunidades identificadas no Diagnóstico e face à Estratégia Europa 2020, assegurando a sua contribuição para os resultados que se pretende atingir; (ii) melhorar a coerência interna e externa do Programa e dos respetivos Eixos Prioritários e Prioridades de Investimento; e (iii) melhorar as condições de eficácia e eficiência indispensáveis para assegurar a boa gestão, controlo e avaliação do Programa.

A AEA teve início em janeiro de 2014 e desenvolveu-se num registo de forte interação com o processo de elaboração do Programa, acrescendo desta forma o seu interesse e utilidade objetiva. As atividades técnicas foram desenvolvidas num contexto de reformulação progressiva do Acordo de Parceria e dos conteúdos das Cadeias de Programação, com implicações no aprofundamento das versões de trabalho do POR Lisboa. Tal significa que as respostas às Questões de Avaliação e o quadro de recomendações da AEA foram conhecendo aproximações sucessivas fruto, também, da incorporação de parte dos contributos da AEA vertidos em relatórios anteriores (Inicial e Preliminar). O Relatório Final da AEA foi elaborado tendo por base a versão do Programa enviada à Comissão e disponibilizada à Equipa de Avaliação, a 15 de outubro de 2014.

Os trabalhos da AEA decorreram em articulação com a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e envolveram a análise dos referenciais estratégicos e instrumentos de programação disponíveis (regionais, nacionais e comunitários), a realização de reuniões de trabalho com a equipa de programação da CCDR LVT e com o Grupo de Acompanhamento da AEA, a realização de um conjunto de entrevistas com os principais “stakeholders” do POR Lisboa e a realização de 2 Focus Group dedicados aos temas da “Competitividade e Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I)” e da “Eficiência Energética e Mobilidade Sustentável”.

Objeto da Avaliação

As componentes técnicas da AEA procuraram responder às principais questões definidas pelo Caderno de Encargos encontrando-se a Avaliação organizada pelas principais dimensões analíticas seguintes:

- *Dimensão Estratégica da programação*, que compreende a relevância e pertinência do Diagnóstico e do POR Lisboa face à Estratégia Regional de Lisboa (ERL) e à Estratégia Regional de Especialização

Inteligente de Lisboa (EREIL) para o período 2014-20, bem como o contributo do PO para a Estratégia Europa 2020;

- *Coerência Interna*, compreendendo a análise de complementaridades entre os Eixos Prioritários e Prioridades de Investimento mobilizadas, com referência à tipologia de operações identificadas para concretizar os objetivos específicos;
- *Coerência Externa*, que compreende a sistematização de complementaridades existentes na relação com outros instrumentos que têm incidência na Região de Lisboa, sobretudo, o PO SEUR e os PO da Agricultura e Desenvolvimento Rural e das Pescas e Assuntos Marítimos;
- *Princípios Horizontais e grau de participação de “stakeholders”* que procede à apreciação das soluções adotadas em matéria de igualdade de oportunidades e de género, e princípios de parceria e do desenvolvimento sustentável, a par das perspetivas de envolvimento dos stakeholders na concretização das prioridades do PO;
- *Indicadores, Monitorização e Avaliação*, compreendendo a apreciação da pertinência, consistência e exequibilidade dos indicadores constantes da proposta de PO, com destaque para as dimensões relativas a resultados, bem como a análise e propostas em matéria de monitorização e avaliação;
- *Consistência da alocação dos recursos financeiros*, compreendendo a apreciação das opções de afetação de recursos financeiros, à luz das vertentes estratégicas de programação.

Principais Conclusões

Relevância Estratégica do PO

As opções estratégicas e as intervenções propostas pelo POR Lisboa permitem contrariar os constrangimentos regionais identificados no Diagnóstico e aproximar a Região das metas da EE 2020, nos limites do respetivo quadro de intervenção. A concentração de recursos na promoção do desenvolvimento económico, do emprego e da coesão social, reforçada pela opção de focalizar as intervenções integradas de base territorial em áreas desfavorecidas/críticas, encontra-se justificada pelo Diagnóstico e nos elementos de fundamentação apresentados sendo também reforçada pela maior distância da Região face à situação desejável em domínios como a qualificação do capital humano, o desemprego e a exclusão social/risco de pobreza.

O alinhamento com os referenciais estratégicos de desenvolvimento regional reforçam a relevância do POR Lisboa, sendo de salientar as vertentes de alinhamento com a ERL e a EREIL, fundamentais para a competitividade e internacionalização de Lisboa, a par da racionalidade e coerência das prioridades do PO com orientações de políticas públicas setoriais as quais enquadram elementos-chave com potencial para a concretização de prioridades de intervenção e objetivos específicos do Programa.

A relevância do PO para a concretização da Estratégia Europa 2020 em Portugal, é visível através do alinhamento da sua estruturação com os Objetivos Temáticos da política de coesão e da adoção de medidas específicas cujos resultados esperados deverão concorrer para a melhoria da situação de referência regional nas áreas para as quais a EE 2020 definiu metas, destacando-se: (i) o maior contributo para a Empregabilidade e Intensidade em I&D; e (ii) a menor relevância dos contributos para as metas nas áreas da Energia e Clima, cujo alcance na Região contará em grande parte com o contributo de intervenções enquadradas pelo PO Temático SEUR. Contudo, importa estabilizar a definição de metas em torno dos resultados associados aos objetivos estratégicos que evidenciem o contributo regional esperado para a concretização das metas da EE 2020 e das correspondentes metas nacionais.

Num contexto de grande escassez de recursos de financiamento, e face às características e complexidade do território da Área Metropolitana de Lisboa, um dos aspetos críticos da relevância estratégica remete para a focalização das opções de investimento e para uma maior seletividade de aplicação dos recursos do PO. Esta constatação sugere a necessidade de identificar de forma mais sistemática e objetiva a ambição, o posicionamento regionais e os resultados esperados, considerando o quadro de intervenção do Programa e os resultados esperados.

Em matéria de desenvolvimento urbano sustentável, matéria que assume particular relevância nas prioridades de intervenção do FEDER e da Estratégia Regional, o Programa apresenta elementos de robustez a nível estratégico e de orientações globais que merecem particular atenção na operacionalização programática das abordagens integradas de desenvolvimento territorial: (i) à escala regional, fundamental para o estabelecimento de uma agenda para o desenvolvimento urbano regional no horizonte 2020, numa perspetiva de combinação de políticas e de visão integrada do território regional, num contexto de alteração de paradigma de intervenção; e (ii) à escala local, na conceção de respostas adequadas e eficazes aos principais desafios dos territórios objeto de intervenção. Os instrumentos de natureza estratégica que vierem a ser desenvolvidos serão fundamentais para promover a focalização territorial e temática, tendo em conta os principais desafios neste domínio e as opções de concentração do investimento.

A relevância estratégica poderá ser aprofundada no plano da operacionalização e da governação do Programa, através da regulamentação de mecanismos específicos e de uma gestão pró-ativa. Trata-se de garantir a concretização de orientações prioritárias de investimento, veiculadas pelo POR Lisboa, reforçando o seu carácter estratégico e assegurar a mobilização de outros instrumentos de financiamento, maximizando as potenciais complementaridades (internas e externas).

Coerência interna

A escolha de Eixos Prioritários de intervenção e de Prioridades de investimento do POR Lisboa afigura-se globalmente coerente pelas relações de complementaridade existentes, sobretudo entre os Eixos nucleares da Competitividade e Internacionalização (EP 1 e 2) e destes com os Eixos relativos à Empregabilidade (Promoção do Emprego e Investimento nas Competências e Aprendizagem ao Longo da Vida - EP 5 e 7).

Este padrão de coerência encontra-se patente na formulação dos objetivos específicos das Prioridades de investimento mobilizadas e no enunciado de resultados esperados devendo proporcionar sinergias entre investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, promoção de emprego (qualificações superiores e de formação avançada) e competitividade das PME, mas também nas relações entre a melhoria das condições de empregabilidade e a inclusão social de grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.

A AEA atribui particular relevância à Prioridade de Investimento “Adaptação à mudança, dos trabalhadores, das empresas e dos empresários” pelos contributos potenciais para os desafios da competitividade e internacionalização do tecido empresarial, pelo reforço das capacidades organizacionais das empresas, pela reconversão profissional dos ativos empregados, pela formação em áreas de gestão envolvendo empresários, gestores e trabalhadores. Aliás, esta PI concorre também para o crescimento inclusivo ao apoiar ações de formação que se inscrevem na Aprendizagem ao Longo da Vida.

A afetação dos recursos financeiros programada contribui para acentuar esta coerência potencial e contribuir para a eficácia de concretização de objetivos e resultados esperados. Com efeito, a dotação global programada apresenta uma concentração de recursos (cerca de 68% do total) nos domínios temáticos da Competitividade e Internacionalização e da Inclusão Social e Emprego. Também nestes domínios é referenciada a intenção de mobilizar Instrumentos Financeiros em Prioridades de Investimento específicas o que deverá contribuir para potenciar os recursos de financiamento de operações de investimento em domínios de intervenção cruciais para a concretização de objetivos estratégicos e resultados do POR Lisboa.

Não obstante reconhecer a adequação da generalidade das medidas propostas, a Avaliação considera que a gestão do PO deve assegurar mecanismos que envolvam as entidades setoriais e regionais, numa abordagem seletiva e pró-ativa na orientação do investimento, p.ex., estratégias de dinamização da procura, critérios de elegibilidade e de seleção das operações, mecanismos de majoração que valorizem/reforcem as sinergias entre vários Eixos Prioritários e/ou a focalização em determinados territórios.

A existência de cadeias de programação em diferentes domínios temáticos (com prioridades, objetivos e resultados comuns ou mutuamente convergentes) cria uma base para reforço potencial dos níveis de coerência (interna e externa) do POR Lisboa, sobretudo, com o PO SEUR e o PO ISE.

A possibilidade de potenciar os resultados esperados a partir de instrumentos de financiamento diversos, vai depender da racionalidade das entidades beneficiárias mas também da regulamentação e gestão operacional, p.ex., via criação de mecanismos de coordenação e interação especialmente relevantes nas abordagens territoriais integradas.

Integração de princípios horizontais e mecanismos de participação

A AAE concluiu por uma integração satisfatória dos princípios da Parceria, da Igualdade de Género e de Oportunidades e de não discriminação e do Desenvolvimento sustentável, nas fases de conceção e programação. Em matéria de Desenvolvimento Sustentável, a versão do POR Lisboa objeto de avaliação integra um Eixo Prioritário dedicado ao Desenvolvimento Urbano Sustentável para além de integrar na arquitetura programática os objetivos temáticos centrais do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, ainda que neste Domínio os principais contributos devam ocorrer a partir do acesso da Região ao PO SEUR, face à escassa afetação de recursos financeiros dos EP 3, 4 e 8.

No tocante ao princípio da Parceria, o envolvimento dos principais “stakeholders” setoriais/regionais mostrou-se relativamente limitado na fase de programação devendo ser recuperado e estimulado em termos operacionais no patamar do modelo de governação, p.ex., mediante o estabelecimento de parcerias de suporte à conceção e implementação de intervenções integradas de base territorial para além da participação nos órgãos de acompanhamento do Programa.

Recomendações principais da AEA

O processo de elaboração do POR Lisboa assegurou a incorporação significativa de recomendações formuladas Relatórios Inicial e Preliminar das AAE e AEA que contribuíram para uma maior relevância e pertinência dos Eixos Prioritários face aos referenciais estratégicos da programação, bem como para melhorar a adequação e coerência interna do Programa.

Nas alíneas seguintes sistematiza-se um conjunto de Recomendações a contemplar nas fases de operacionalização e execução do POR Lisboa, 2014-2020.

(a) No tocante à *Dimensão estratégica*, a AEA recomenda:

- (i) Promover o alinhamento do Programa e a articulação das operações apoiadas com a ERL e a EREIL nas PI com maior relevância para a concretização destas, nomeadamente através da valorização nos critérios de seleção do interesse estratégico das operações a apoiar.
- (ii) Promover a focalização do POR Lisboa em áreas de interesse estratégico regional atribuindo prioridade na seleção de intervenções do domínio da Competitividade e Internacionalização

(projetos do Sistema Científico Tecnológico nacional e investimentos de natureza empresarial), a atividades identificadas como possuindo potencial de desenvolvimento, segundo o Plano de Ação Regional e a Estratégia de Especialização Inteligente, e a operações enquadradas por Estratégias de Eficiência Coletiva, destinadas a estimular a constituição de Clusters ou de outras redes.

- (iii) Condicionar a admissibilidade das operações de investimento à demonstração de evidência do seu enquadramento em instrumentos (planos setoriais, estratégias, programas, instrumentos de gestão do território,...) aprovados e em vigor, nos casos em que tal contribua explicitamente para promover a implementação das políticas públicas ou a racionalidade dos investimentos.
 - (iv) Promover a discriminação positiva de componentes de investimento das operações apoiadas que evidenciem complementaridade com ações cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento comunitários ou nacionais.
 - (v) Estabelecer metas estratégicas globais no que respeita aos indicadores-meta da EE 2020, no sentido de tornar claro o comprometimento da Região e o seu contributo para as mesmas.
- (b) No tocante ao *Modelo de governação e ao estabelecimento de parcerias*, a AEA recomenda:
- (i) Aprofundar o modelo de governação do POR Lisboa de acordo com o DL nº 137/2014 de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos FEEL, potenciando as condições para a coordenação estratégica e operacional nos domínios temáticos que suportam as prioridades de intervenção e de concretização de objetivos e resultados;
 - (ii) Aprofundar/clarificar os mecanismos para a articulação e não sobreposição de elegibilidades no que respeita às abordagens integradas de desenvolvimento territorial (ITI, AIDUS e DLBC).
- (c) No tocante à *Regulamentação (enquanto instrumento de orientação para a produção de resultados)*, a AEA recomenda:
- (i) Promover a divulgação orientada dos instrumentos de financiamento complementares dos apoios concedidos através do POR Lisboa, incentivando a procura inteligente por parte dos promotores que maximize resultados no campo estrito dos objetivos específicos das Prioridades de Investimento selecionadas.
 - (ii) Promover o alinhamento do Programa e a articulação das operações apoiadas com a ERL e a EREL nas PI com maior relevância para a concretização destas, nomeadamente, através da valorização nos critérios de seleção do interesse estratégico das operações, da solicitação aos órgãos de gestão responsáveis pela implementação destas estratégias, da demonstração do interesse e/ou do caráter prioritário das operações para a sua concretização, mediante parecer.

(iii) Estabelecer nos Regulamentos mecanismos que articulem adequadamente as interfaces entre Prioridades de Investimento, com especial atenção para as relações entre o EP 2 e os EP 5 e 7, designadamente, “Adaptação à mudança, dos trabalhadores, das empresas e dos trabalhadores “ e “Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho...”.

(e) No tocante à *Monitorização*, a AEA recomenda:

- (i) Assegurar a monitorização estratégica do POR Lisboa, desenvolvendo um sistema de indicadores que permita aferir a evolução do posicionamento da Região face às orientações do Quadro de Referência Estratégico, do Portugal 2020 e dos diversos instrumentos de política nacionais e regionais;
- (ii) Promover a criação de mecanismos de monitorização de resultados e impactos que permitam aferir o contributo dos projetos para os objetivos e metas do POR Lisboa.

I. INTRODUÇÃO

I.1. Âmbito e principais objetivos da Avaliação e do Relatório Final

A Avaliação *Ex-Ante* (AEA) do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-20 (POR Lisboa), inscreveu-se no quadro da preparação dos novos Programas Operacionais para o período de programação 2014-2020 e visou melhorar a qualidade do Programa, procurando influenciar de forma positiva o seu processo de elaboração, nomeadamente, no que respeita à programação estratégica, à arquitetura de prioridades e aos dispositivos de gestão e implementação, com destaque para o sistema de monitorização e avaliação.

Em síntese, a AEA teve como principais objetivos:

- Reforçar a relevância e pertinência do Programa face às necessidades e oportunidades identificadas no diagnóstico e face à Estratégia Europa 2020, assegurando a sua contribuição para os resultados que se pretende atingir;
- Melhorar a coerência interna e externa do Programa e dos seus Eixos Prioritários;
- Melhorar as condições de eficácia e eficiência indispensáveis para assegurar a boa gestão, controlo e avaliação do Programa.

A AEA teve início em Janeiro de 2014 e desenvolveu-se num registo de forte interação com o processo de elaboração do Programa, acrescendo desta forma o seu interesse e utilidade objetiva.

O exercício avaliativo foi acompanhado por um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), o qual teve como principal objetivo potenciar os impactos ambientais positivos do Programa e uma maior sustentabilidade do modelo programático e de intervenção proposto, assegurando, no processo de programação, a preservação, proteção e melhoria do meio ambiente, uma utilização racional dos recursos naturais e a integração das exigências do domínio ambiental.

O **Relatório Final da Avaliação Ex Ante** do POR Lisboa foi elaborado tendo por base a versão final do Programa disponibilizada à Equipa de Avaliação. Na sua elaboração foram incorporados os contributos do Grupo de Acompanhamento resultantes da apreciação do *Relatório Preliminar da Avaliação Ex-Ante*, bem como os pareceres emitidos no âmbito do procedimento de Consulta Pública da AAE.

Em termos de conteúdo, o presente **Relatório Final** corresponde às Especificações Técnicas definidas no Caderno de Encargos, apresentando o essencial de resposta às Questões de Avaliação que orientaram o exercício avaliativo, as principais Conclusões e um conjunto de Recomendações, como resultado de um processo de forte interação entre o Avaliador e a Autoridade de Programação, ao longo do período de elaboração do Programa.

A incorporação de grande parte dos contributos da AEA e da AAE na versão final do POR Lisboa, evidencia a importância das Avaliações e do processo de interação que as mesmas suscitaram.

I.2. Estrutura do Relatório Final

O **Relatório Final da AEA** está organizado de acordo com a estrutura recomendada pelo Caderno de Encargos. Assim, para além da Introdução (Capítulo I), apresenta os seguintes Capítulos:

II. Resposta às Questões de Avaliação, Capítulo organizado pelas seguintes componentes analíticas:

- Dimensão Estratégica da programação do PO, que compreende a relevância e pertinência do Diagnóstico, a relevância e pertinência do PO face à Estratégia Regional de Lisboa (ERL) e à Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa (EREIL) para o período 2014-20 e o contributo do PO para a Estratégia Europa 2020;
- Análise de Coerência Interna;
- Análise da Coerência Externa;
- Princípios Horizontais;
- Participação / Governação Multinível;
- Indicadores, Monitorização e Avaliação; e
- Consistência da alocação dos recursos financeiros.

III. Principais resultados da AAE, incluindo a análise da sua incorporação no Programa e um conjunto de Recomendações de natureza estratégica e operacional. Esta avaliação foi elaborada com base na versão do PO de 15 de outubro de 2014 não tendo este Capítulo sofrido qualquer adaptação face à versão final do Programa.

IV. Principais Conclusões e Recomendações da Avaliação, que compreende uma síntese de Conclusões organizadas por componente de avaliação e de um conjunto de Recomendações que se consideram relevantes na sua operacionalização futura.

Referências Bibliográficas

Anexos

I.3. Metodologia de trabalho

A Avaliação *Ex-Ante* do Programa Operacional de Lisboa 2014-20 acompanhou o processo de elaboração do Programa, ao longo de três fases distintas, em termos de conteúdo e de perfil de abordagem metodológica:

- ✓ *Fase Inicial*, centrada na análise dos instrumentos de programação disponíveis num período caracterizado por um ajustamento e reformulação graduais do Acordo de Parceria e dos conteúdos das Cadeias de Programação, nomeadamente, no que se refere à delimitação de fronteiras de intervenção entre os PO Temáticos e os PO Regionais, em particular, o POR Lisboa.

Os trabalhos, com a duração de um mês, envolveram as seguintes atividades técnicas:

- Análise dos instrumentos de programação disponíveis (regionais, nacionais e comunitários). O PAR Lisboa e as Estratégias Regional e de Especialização Inteligente da Região foram os principais elementos de contextualização do POR Lisboa e respetivas opções estratégicas;
- Realização de reuniões de trabalho, com a equipa de programação da CCDRLVT e com a ADC.
- Articulação e troca de informação com a Equipa da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

O resultado desta 1ª Fase, apresentado no **Relatório Inicial**, consistiu na sistematização dos elementos preliminares de resposta ao conjunto de Questões de Avaliação relativas à coerência interna, à coerência externa e à apreciação da bateria de indicadores, bem como a sistematização de um conjunto de contributos que, na ótica da Equipa de Avaliação, se revestiram de utilidade para o aprofundamento de diversos campos de estruturação do Programa onde existia uma menor densidade de fundamentos e clarificação de conteúdos.

- ✓ *Fase Intermédia*. Os trabalhos da 2ª Fase da Avaliação, compreenderam as seguintes principais atividades:
 - Análise da nova versão do Programa enviada à Equipa de Avaliação em 20 de Fevereiro.
 - Realização de um conjunto de entrevistas com entidades que constituem os principais “stakeholders” do PO: ACM, Associação de Turismo de Lisboa, FCT, IHRU, IEFP, IAPMEI, AICEP/ADI e ICNF¹.
 - Interação com a equipa de programação da CCDRLVT (esclarecimentos, troca de informação e discussão da pertinência de algumas propostas da Avaliação apresentadas no Relatório Inicial);

¹ Não foi possível realizar, por dificuldade de agenda das entidades, as seguintes reuniões: Conselho Metropolitano de Lisboa, APA, ADENE e Direção Regional de Educação.

- Preparação de contributos específicos de avaliação, por Domínio Temático de programação; e
- Acompanhamento dos trabalhos da Avaliação Ambiental Estratégica, nomeadamente da incorporação preliminar de contributos de entidades relativos ao Relatório de Definição dos Fatores Ambientais (1º Relatório da AAE).

Os resultados desta 2ª Fase, que resultaram sobretudo, no aprofundamento da resposta às Questões de Avaliação, foram apresentados no **Relatório Preliminar** da Avaliação *Ex-ante*.

✓ *Fase Final*. A 3ª Fase abrangeu as seguintes atividades:

- Reunião com o Grupo de Acompanhamento para discussão do Relatório Preliminar da Avaliação *Ex-ante*;
- Realização de 2 Focus Group, dedicados aos temas “Competitividade e Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I)” e “Eficiência Energética e Mobilidade Sustentável”. Os contributos recolhidos permitiram reforçar a análise e proposta referente às condições de eficácia do Programa em matérias como a colaboração entre as empresas e os centros de saber, a valorização económica de I&D, a redução do consumo e promoção da eficiência energética e a mobilidade sustentável. Na sequência do Focus Group da “Competitividade e I&D&I”, foi realizada uma 3ª Sessão subordinada ao tema “I&D&I na Região de Lisboa”, com a participação de empresas sedeadas no LISPOLIS (Cf. Anexo 10).
- Análise da versão do Programa Operacional de Lisboa enviada à CE e disponibilizada à Equipa de Avaliação a 15 de outubro de 2014, à luz do Acordo de Parceria aprovado em julho de 2014.
- Análise dos resultados do procedimento de Consulta Pública do Relatório Preliminar da AAE, em particular, dos pareceres emitidos sobre a versão preliminar do Programa Operacional objeto da Avaliação.
- Elaboração do Relatório Final com base na versão final do POR Lisboa.

As condições temporais de elaboração do PO e respetiva divulgação junto dos principais *stakeholders*, bem como as condições de elaboração das Avaliações *Ex-Ante* e Ambiental Estratégica, justificaram adaptações pontuais da metodologia (em particular no que respeita ao envolvimento dos *stakeholders*), em concordância com a CCDRLVT, por forma a garantir resultados satisfatórios do processo participativo a partir da identificação de aspetos críticos da programação.

II. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

II.1. Dimensão estratégica da programação do PO

O Programa constitui-se como um dos instrumentos de intervenção e de financiamento que contribuem para concretizar as prioridades estratégicas formuladas para a Região de Lisboa, no sentido de ultrapassar os constrangimentos identificados e alcançar a transformação desejada, no quadro das opções nacionais definidas no Acordo de Parceria 2014-20.

O PO encontra-se direcionado para as prioridades, os desafios e as necessidades regionais mais importantes, identificadas e assumidas na Estratégia Regional de Lisboa (ERL) para o período 2014-20 e na Estratégia de Especialização Inteligente (RIS 3) e também na Estratégia Europa 2020 consignada no Acordo de Parceria Portugal - Comissão Europeia e respetivas metas.

Os resultados da Avaliação *ex-ante* sobre a relevância estratégica são apresentados, designadamente, nas seguintes vertentes analíticas e em resposta às Questões de Avaliação elencadas nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos:

- Relevância e pertinência do diagnóstico de suporte à elaboração do PO;
- Relevância do PO face à Estratégia Regional 2014-20 e respetivas opções e prioridades;
- Relevância do PO face à Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa (EREIL), para o período 2014-20;
- Contributos do Programa para a Estratégia Europa 2020.

II.1.1. Relevância e Pertinência do Diagnóstico

QA.1 - O Diagnóstico das disparidades, necessidades e oportunidades de desenvolvimento está devidamente fundamentado?

O referencial de diagnóstico do Programa é exaustivo e identifica as principais características e os principais constrangimentos e potencialidades das várias dimensões da realidade regional, embora o tratamento das matérias relevantes face ao perfil de intervenção do PO, seja variável. A elaboração do Programa teria beneficiado de um aprofundamento dos desafios e oportunidades suscitados pela globalização nos domínios em que a concorrência internacional é mais acentuada e aprofundamento dos elementos e ativos diferenciadores nos vários domínios de intervenção do PO.

A versão final do Programa traduz contudo um esforço neste sentido, tornando mais inteligível a orientação do investimento e contribuindo assim para uma mais adequada fundamentação do diagnóstico

de necessidades e oportunidades de desenvolvimento. Assim, algumas fragilidades relativamente ao diagnóstico de partida foram contornadas no decurso do próprio processo de elaboração do Programa, com a introdução de algumas melhorias na fundamentação e focalização dos objetivos específicos, melhorando a sua compreensão e relevância estratégica.

Numa região com as características da AML e num contexto de escassez dos recursos de financiamento disponíveis, nas fase de operacionalização e implementação do Programa, deverá ser promovida a focalização temática e territorial das intervenções e a concentração dos investimentos, dessa forma imprimindo um carácter mais seletivo e estratégico ao Programa (p.ex., na área do desenvolvimento urbano sustentável).

A avaliação da qualidade e abrangência do Diagnóstico recaiu, por um lado, sobre o diagnóstico da realidade regional que foi elaborado no âmbito do PAR e, por outro lado, sobre os elementos de diagnóstico e fundamentação apresentados na Secção 1 do Programa² e nos textos justificativos de cada um dos Objetivos Específicos e respetivos resultados esperados. O Anexo 1, que sintetiza os principais elementos de diagnóstico e de fundamentação apresentados, por Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos, segundo os Eixos Prioritários do PO, constituiu o referencial para a resposta à Questão de Avaliação.

O Diagnóstico encontra-se, na generalidade, suportado em indicadores adequados construídos a partir de informação reportada (maioritariamente) a 2010 e 2011. Contudo, destaca-se a atualização, à data de 2013, de alguns indicadores da caracterização do desemprego.

A fundamentação das Prioridades de Investimento, embora suportada em elementos de caracterização e diagnóstico que permitem, no essencial, a compreensão da sua relevância, bem como em objetivos a alcançar reveladores da intencionalidade subjacente à programação, nem sempre conduz a uma leitura objetiva das necessidades concretas de intervenção/investimento prioritárias e que devem constituir o foco das opções estratégicas, face às dificuldades estruturais, aos constrangimentos e oportunidades da Região.

A abordagem mais aprofundada do posicionamento da Região face a outros contextos territoriais mais alargados (União Europeia e outras regiões metropolitanas), permitiria tornar mais compreensivas as opções estratégicas para melhorar o seu posicionamento competitivo nas áreas em que a concorrência internacional é mais intensa.

A necessidade de aprofundar o diagnóstico em algumas matérias, p.ex., evidências objetivas que suportam opções e mudanças (que se pretende alcançar), remete para o reforço do sistema de informação com

² *Estratégia do Programa Operacional com vista a contribuir para a Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial; e Quadro 1. Justificação da escolha dos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento.*

indicadores monitorizáveis das fragilidades sinalizadas (que se pretende corrigir) e das dinâmicas regionais (que se pretende induzir). Na ótica da monitorização estratégica das intervenções do Programa no período 2014-2020³, será importante dispor de informação, p.ex., nas seguintes áreas: emprego altamente qualificado nas empresas, transferência de tecnologia e cooperação entre o setor empresarial e o Sistema Científico Tecnológico Regional (SCTR); inserção das instituições de I&D&I em redes internacionais de conhecimento e de especialização inteligente, fundamental para avaliar a sua integração no espaço europeu de investigação; consumo e eficiência energética; igualdade de género e não discriminação; rede de equipamentos e serviços de saúde; mobilidade urbana; qualificação urbana (ambiental e urbanística), em particular sobre territórios alvo prioritários como centros históricos, zonas ribeirinhas e zonas industriais abandonadas e outras áreas social e economicamente desfavorecidas.

QA. 2. - O Diagnóstico comporta as dimensões previstas nos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020, nas recomendações do Conselho Europeu, no Programa Nacional de Reformas, e no Programa do Governo ou noutros documentos de orientação estratégica associados às áreas de intervenção do PO (incluindo os previstos no âmbito das condicionalidades ex-ante)?

O Diagnóstico aborda de forma sistemática as principais dimensões da realidade regional associadas ao perfil de intervenção do Programa (cf. Anexo 1). As evidências do posicionamento da Região face a referenciais do Quadro Estratégico de Referência incidem, principalmente, nas matérias para as quais a Estratégia Europa 2020 e o Programa Nacional de Reformas (PNR) definiram metas, sendo que, nos casos da Energia e Clima e Pobreza e Exclusão Social, a dificuldade de processar informação regionalizada limita o posicionamento da Região face às metas definidas.

A maior distância face à situação desejável ocorre nas seguintes vertentes: qualificação do capital humano, emprego, desemprego e exclusão social/risco de pobreza (vertentes nas quais o afastamento é mais acentuado), dinâmica empresarial, VAB e evolução das exportações nas indústrias criativas, certificação energética e microprodução de energia em edifícios, mobilidade sustentável, recursos hídricos, biodiversidade e ecossistemas, p.ex., o conhecimento e valoração dos serviços dos ecossistemas.

O Diagnóstico aborda também a situação da Região de Lisboa relativamente aos objetivos associados às Prioridades da Estratégia Europeia 2020, assumidos nas metas do PNR (Portugal 2020) e que constam nas orientações para o Acordo de Parceria:

³ Na vertente Recomendações, esta matéria surge referenciada refletindo a necessidade/vantagem em dispor de uma Bateria de Indicadores de suporte à monitorização dos resultados e impactos das intervenções do PO que apoiem a Autoridade de Gestão na tomada de decisão.

- *Atingir entre 2,7% e 3,3% de investimento do PIB em I&D.* Este Objetivo é contemplado nos domínios de intervenção dos Eixos 1 e 3 e o Diagnóstico comporta a dimensão da Inovação e Desenvolvimento na Região, evidenciando a situação favorável do indicador face às médias nacional e europeia.
- *Aumentar a percentagem de energias renováveis no consumo de energia final para 31% e a eficiência energética para 20% e obter uma variação de emissões de gases com efeito de estufa (face a 2005 em emissões não CELE) de +1%.* O Diagnóstico apresenta elementos para fundamentar a necessidade de intervenção ao nível da redução do consumo de energia e da promoção das energias renováveis, no sentido de assegurar o contributo da Região para os objetivos e metas definidas. Contudo, mantém-se a dificuldade de processar informação regionalizada relativa aos indicadores selecionados para definir as metas nas áreas da energia e da emissões de gases, pelo que não é possível estimar o respetivo “gap” regional face ao PNR e à EE 2020.
- *Atingir 75% da população entre os 20 e os 64 anos, por via da criação líquida de emprego.* O Diagnóstico comporta elementos suficientes sobre o desemprego regional que permitem fundamentar as opções do PO em matéria de promoção do emprego e integração de ativos no mercado de trabalho.
- *Reduzir o abandono escolar precoce para um nível igual ou inferior a 10% e aumentar, pelo menos para 40%, a percentagem da população de 30-34 anos que conclui o ensino superior.* O Diagnóstico apresenta elementos suficientes para posicionar a Região relativamente a estes indicadores.
- *Redução da população em risco de pobreza / exclusão social (variação face a 2008) em -200 mil.* O Diagnóstico contém evidências das dimensões dos fenómenos da pobreza e exclusão social (p.ex., % da população em situação de elevada vulnerabilidade; e acréscimo dos beneficiários de RSI) que permitem justificar a intervenção e o contributo do PO para este Objetivo. Também neste caso, se mantém a dificuldade de processar informação regionalizada relativa aos indicadores selecionados para definir metas de redução da pobreza e desigualdades sociais, não sendo também possível evidenciar o “gap” regional face ao PNR e à EE 2020, nesta matéria.

A monitorização da evolução do posicionamento da Região face às orientações do Quadro Estratégico de Referência, não só comunitárias, mas também dos instrumentos de política nacionais e regionais, deverá estar presente nas funções do sistema de acompanhamento e monitorização do PO de Lisboa.

QA. 3 - Os objetivos, as Prioridades de investimento selecionadas e as realizações e resultados esperados são coerentes com o Diagnóstico?

Em termos gerais, as opções estratégicas do PO são coerentes face ao diagnóstico regional, designadamente, a focalização temática nas áreas da inovação, do desenvolvimento económico-empresarial, do emprego e da coesão social, amplamente justificada por elementos de diagnóstico e fundamentação apresentados, nomeadamente os que evidenciam a maior distância face à situação desejável em matérias como a qualificação do capital humano, emprego, desemprego e exclusão social/risco de pobreza. Esta focalização encontra-se também refletida nos objetivos específicos e na orientação das operações integradas de regeneração física, social e económica, para áreas desfavorecidas.

As escolhas em matéria de Prioridades de Investimento e de ações a apoiar implicam, no plano da gestão da implementação do PO, um trabalho paralelo de aprofundamento regular do conhecimento das dinâmicas regionais, nomeadamente, nas matérias sinalizadas pela Avaliação *ex-ante*.

A análise efetuada, permitiu concluir que na generalidade as opções tomadas, designadamente, as relativas às Prioridades de Investimento, aos Objetivos Específicos selecionados, às ações a apoiar, bem como a identificação dos respetivos resultados esperados, são coerentes com os elementos de diagnóstico e fundamentação apresentados, não tendo sido identificadas incoerências ou contradições. Contudo, tal como referido na resposta à QA1, a compreensão da relevância estratégica das opções tomadas e a tomada de decisão ao nível das ações a apoiar, teria beneficiado de alguns desenvolvimentos nas situações em que o diagnóstico apresenta menor densidade ou insuficiências, adiante assinaladas:

- ✓ **Eixo 1 - Reforçar a Investigação, o desenvolvimento Tecnológico e a Inovação.** A fundamentação das PI beneficiaria, em geral, de um diagnóstico que evidenciasse de forma mais completa as dificuldades estruturais que comprometem, em matéria de infraestruturas de investigação e inovação existentes, a competitividade da economia regional principalmente no contexto internacional, por forma a tornar mais clara a relação daquelas com o perfil de intervenção deste Eixo Prioritário. As opções estratégicas de investimento na infraestrutura de I&I da Região e a respetiva capacidade de desenvolvimento, beneficiariam de um diagnóstico regional mais fundamentado em matéria de produção científica, capacitação e inserção em redes, elementos de articulação do Sistema Científico e Tecnológico com os setores económicos mais relevantes da Região (emergentes e tradicionais).
- ✓ **Eixo 2 - Reforçar a Competitividade das PME.** O Diagnóstico apresenta uma maior densidade nas matérias relacionadas com este Eixo Prioritário mas seria positivo incluir referências objetivas às necessidades de investimento dos agentes económicos da Região, em termos competitivos, com um

padrão setorial particular face às demais regiões portuguesas. O diagnóstico não evidencia os constrangimentos, no contexto económico atual, à atração e fixação de investimento externo através de ajudas nacionais, o que teria reforçado a importância de garantir o acesso eficaz a apoios comunitários, principalmente, no caso de grandes empresas, tendo em conta o seu papel na dinamização da economia regional. No sentido de permitir contributos mais claros do Programa para apoiar a afirmação dos atores regionais no âmbito das estratégias de clusterização e desenvolvimento dos Polos de Competitividade, deverá ser assegurado maior ênfase no posicionamento e papel da Região nas políticas públicas industriais, na fase de implementação do PO.

- ✓ **Eixo 3 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono.** O Diagnóstico apresenta elementos relevantes para justificar o perfil de intervenção do PO no âmbito deste Objetivo Temático. Face à escassez dos apoios neste domínio em que importa maximizar o contributo para as metas a alcançar, à importância da AML (a maior área urbana do País) e aos elevados custos de investimento, a definição do perfil de intervenção do PO teria beneficiado de um maior conhecimento dos níveis de afastamento da situação atual face ao contributo esperado de Lisboa para atingir as metas comunitárias e nacionais em matéria de consumo e eficiência energética e emissões de carbono. Identicamente no que se refere à importância estratégica de cada um dos setores de intervenção do PO apoiados neste Eixo (Empresas, Administração Regional e Local, infraestruturas de iluminação pública, habitação social) para alcançar os objetivos, partindo da situação atual.

Tendo presente o perfil de intervenção do POR Lisboa e do PO SEUR, os dois programas com incidência nesta matéria na Região, é no setor empresarial que é esperado maior contributo do PO Regional. No setor habitacional, pelo contrário, o contributo do PO será muito limitado quer pelo universo de incidência restrito à habitação social, quer pela intensidade dos consumos desta. Face à diversidade do impacto esperado nos setores de intervenção, teria sido vantajoso um diagnóstico mais aprofundado e diferenciado sobre padrões de consumo de energia e sobre os constrangimentos e necessidades em matéria de redução e eficiência energética, sinalizando os níveis de afastamento entre a situação de partida e a desejável de modo a acrescer a compreensão da relevância estratégica das ações propostas e a melhor fundamentar uma orientação seletiva do investimento.

- ✓ **Eixo 4 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.** O diagnóstico apresenta menor densidade no que respeita à avaliação das condições de afirmação turística da Região e de valorização do património cultural e natural (constrangimentos e necessidades de intervenção). No que respeita à proteção e valorização da biodiversidade e dos ecossistemas, a análise da coerência entre as ações a desenvolver e as principais fragilidades, ameaças e potencialidades da Região, em matéria de áreas classificadas e de gestão dos recursos naturais, teria beneficiado de um diagnóstico mais denso, designadamente no que respeita ao valor e atual estado ambiental das áreas protegidas

e classificadas, bem como das estruturas ecológicas com relevância para a conservação da natureza e respetivas possibilidades de aproveitamento turístico (p.ex., das áreas estuarinas) ou das potencialidades a explorar em termos de serviços dos ecossistemas, elementos que teriam favorecido a identificação das necessidades de investimento e da respetiva priorização.

- ✓ **Eixo 5 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores.** O Diagnóstico é muito claro relativamente ao agravamento do desemprego e das condições de acesso ao mercado de trabalho, às diferenças de género na participação no mercado de trabalho e à ausência de estratégias de estímulo à conciliação entre vida profissional e familiar, à insuficiente qualificação dos ativos nas empresas e ao desajustamento destes face às necessidades do mercado de trabalho e dos processos de mudança e inovação.

A orientação para promover o emprego científico e a contratação de recursos altamente qualificados nas empresas, embora coerente com a fundamentação baseada no perfil da Região e respetivas opções estratégicas em matéria de desenvolvimento tecnológico e inovação e reforço da competitividade das PME exploradas no Eixo 1, carece de elementos de diagnóstico relativamente ao emprego científico e inserção no mercado de trabalho dos recursos altamente qualificados, em particular nas áreas mais relevantes para o desenvolvimento económico regional.

- ✓ **Eixo 6 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.** O Diagnóstico apresenta-se mais deficitário em matéria de discriminações e situações de violência com base no sexo, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência ou orientação sexual, bem como sobre a integração de minorias e alguns grupos vulneráveis. Este défice pode ser justificado pela menor disponibilidade de dados nestes domínios, o que dificulta a ponderação da relevância das opções do PO.

No que respeita às opções em matéria de redes de equipamentos e serviços de proximidade, verifica-se a ausência de apoio à qualificação e expansão da rede de equipamentos para a área da deficiência e saúde mental, cuja carência é referenciada no diagnóstico regional.

No que respeita às opções do Programa em matéria de serviços e saúde, não obstante a sua fundamentação, encontram-se insuficientemente suportadas no diagnóstico regional, deficitário sobre as fragilidades da rede de cuidados primários e da rede de serviços hospitalares.

- ✓ **Eixo 7 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida.** As fragilidades e constrangimentos da Região estão claramente identificadas, em termos de abandono e desempenho escolar, qualificação da população e (in)adequação da oferta de ensino às necessidades das empresas, que suportam a relevância e pertinência das opções do PO neste domínio.

Quanto às opções do Programa em matéria de infraestruturas de ensino pré-escolar, básico e secundário e à orientação preferencial do investimento para territórios desfavorecidos, depois de um ciclo (recente) de forte investimento em equipamentos educativos, seria fundamental conhecer o balanço da execução dos programas de requalificação da rede escolar na Região, no sentido de obter uma perceção mais clara das necessidades de investimento atuais.

No que respeita aos apoios à formação, o PO não dá resposta a fragilidades sinalizadas no Diagnóstico, nomeadamente: População com Ensino Superior inferior à média europeia (16,8% contra 26,8%) e Rácio doutorados /1.000 habitantes inferior à média europeia (1,95 contra 2,92). A decisão de não mobilizar a PI 10ii que contempla a formação avançada, limitará o impacto do Programa na superação das referidas fragilidades e também no alcance da meta “40% da população com ensino superior ou equiparado, entre 30-34 anos” (em 2011, este valor atingia 35,7%).

- ✓ **Eixo 8 – Desenvolvimento urbano sustentável**- como aspeto positivo destaca-se a criação de um Eixo Prioritário dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável, face à relevância que esta temática assume na política de coesão e também na Estratégia Regional de Lisboa. As opções do PO são coerentes com o diagnóstico regional, quer em termos de áreas de intervenção, quer em termos de forma de implementação dos objetivos, nomeadamente a opção por programas integrados de regeneração e reabilitação urbanas, canalizando o investimento para a qualificação de áreas industriais obsoletas e de áreas física, social e economicamente desfavorecidas.

As opções do PO em matéria de desenvolvimento urbano sustentável poderiam ter beneficiado de elementos de avaliação das PRU e outras intervenções integradas de regeneração urbana implementadas na Região, bem como de um diagnóstico sobre a mobilidade urbana, em particular a utilização dos modos suaves.

II 1.2. Relevância e pertinência do PO face à Estratégia Regional de Lisboa 2014-20

A relevância e contributo potencial das opções estratégicas do Programa para a concretização de cada um dos domínios chave e prioridades estratégicas da Estratégia Regional de Lisboa 2014-2020, em cada um dos pilares (Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo), evidencia a coerência entre o perfil de intervenção do PO e a ERL, principalmente no que respeita ao Crescimento Inteligente; na vertente do Crescimento Sustentável o contributo esperado é menor, devido ao perfil limitado de intervenção do POR Lisboa neste domínio (cf. Anexos 2 e 3).

O POR Lisboa não terá qualquer contributo para o pilar da Capacitação Regional e para a concretização das respetivas prioridades estratégicas, uma vez que não foi mobilizado o OT 11 e a Região não é beneficiária do PO Temático Competitividade e Internacionalização no âmbito deste OT.

✓ *Crescimento inteligente*

O POR Lisboa terá um forte contributo potencial para a concretização dos domínios-chave e prioridades estratégicas da Região associadas ao Crescimento Inteligente, como o demonstram a respetiva focalização na promoção da competitividade da economia, do crescimento económico e do emprego, bem como a concentração de recursos financeiros nos Eixos 1 e 3.

No que respeita ao domínio chave da ERL “Sistemas produtivos e Especialização inteligente”, a eficácia do PO na concretização das Prioridades Estratégicas será tanto maior quanto maior for a orientação do investimento para os domínios de especialização inteligente emergentes e/ou consolidados e para as áreas consideradas mais relevantes para o desenvolvimento do setor científico. Tal aconselha a assegurar mecanismos de articulação com a EREIL e a ERL em termos de governação e ao nível da regulamentação. A opção de não mobilizar a PI 10ii, que contempla a formação avançada, reduz o contributo do PO para este domínio-chave da ERL.

A eficácia do PO na concretização da prioridade estratégica “Afirmar Lisboa enquanto espaço de localização de Investimento Direto Estrangeiro”, poderá ser condicionada pelas limitações decorrentes do perfil de intervenção do PO e das Orientações relativas aos auxílios com finalidade regional para o período de 2014-2020, em particular no que respeita ao apoio a grandes empresas com maior capacidade de dinamização da economia regional, fundamental num contexto económico caracterizado pela dificuldade de mobilizar ajudas nacionais e pela grande concorrência internacional.

A concretização da Prioridade “Afirmar e qualificação do turismo enquanto base económica da Região”, será potenciada de forma mais direta pelos incentivos às empresas, pelo apoio à valorização e promoção do património cultural e natural. Na vertente de reforço da posição competitiva mundial de Lisboa no segmento das reuniões, congressos e conferências internacionais, o PO terá um contributo potencial muito limitado, p.ex., para apoiar infraestruturas de apoio à “Meetings Industry”, designadamente, o Centro de Congressos, desejado pelos agentes económicos do setor.

No domínio chave da ERL “Educação, Emprego e Empreendedorismo”, no sentido de assegurar a obtenção dos resultados esperados, a gestão do Programa deverá estimular o ajustamento entre o investimento em formação e qualificação e as necessidades da base económica regional em reestruturação, designadamente, as necessidades de internacionalização e inovação da economia regional, o que reforça a necessidade de articulação do PO com a ERL e a EREI regional.

No domínio chave da ERL “Meios Criativos e Indústrias Culturais”, considerando a relevância que lhe é atribuída na Estratégia Regional e as debilidades e oportunidades deste setor sinalizadas no Diagnóstico, será importante (ao nível da gestão do Programa e da regulamentação), potenciar os contributos do Eixo 2 e do

Eixo 4 e, embora com menor expressão, do Eixo 6 (PI 9vi – Dinamização de iniciativas de desenvolvimento local) e do Eixo 8 (PI 6e onde é apoiada a recuperação de edifícios para novas atividades económicas e PI 9b, onde são apoiados os equipamentos de apoio ao desenvolvimento económico, a reabilitação e refuncionalização de equipamentos), por forma a induzir a mudança desejada no setor, que deverá ser aferida através de indicadores de realização e resultado. A concretização desta prioridade estratégica passará também por outras iniciativas a concretizar no âmbito do Programa Europa Criativa, instrumento de financiamento comunitário complementar, destinado a apoiar os setores culturais e criativos europeus.

✓ *Crescimento Sustentável*

O PO assume menor relevância para a concretização da Estratégia Regional no que respeita ao Crescimento sustentável, dada a intervenção mais limitada naqueles que são considerados os domínios chave e as prioridades estratégicas regionais (cf. Anexos 2 e 3). Não obstante a coerência das opções do PO face às prioridades regionais identificadas, outros instrumentos de financiamento como o PO SEUR e, em menor escala, os PO FEADER e FEAMP deverão assumir relevância na sua concretização.

Nos domínios chave “Recursos, serviços ambientais e riscos” e “Economia de Baixo Carbono”, a concretização das prioridades estratégicas regionais, será limitada pelo perfil de intervenção do PO e passará em grande medida pela execução do PO SEUR, designadamente, no que respeita aos investimentos na promoção da resiliência às alterações climáticas e nos setores dos resíduos, da água e da produção de energia a partir de fontes renováveis.

Quanto ao desenvolvimento de modelos e sistemas de acessibilidades e transportes ecológicos e emissões de carbono, o PO terá uma intervenção limitada, apoiando medidas de promoção dos modos suaves. Em matéria de eficiência energética o contributo esperado do PO será maior no setor empresarial, onde os apoios serão canalizados exclusivamente através do PO Regional. No edificado público e privado, a intervenção do PO será também bastante limitada, uma vez que circunscrita à Administração Regional e Local e à habitação social, de promoção pública, o que limita o contributo do POR Lisboa para os resultados em matéria de alteração dos padrões de consumo e redução de emissões de carbono, bem como para as metas a alcançar. O PO SEUR deverá ter um maior contributo para atingir os resultados pretendidos, uma vez que apoiará o parque edificado privado e da Administração Central, ambos com grande expressão no consumo total de energia.

No que respeita ao domínio chave “Qualificação urbana”, o contributo potencial do PO para as prioridades estratégicas definidas é mais significativo e passa pela mobilização de várias PI que concorrem para este desígnio, nomeadamente, o apoio à melhoria da eficiência energética no setor público e na habitação social, o apoio à mobilidade urbana sustentável, o apoio à proteção e valorização do património natural e cultural,

à proteção e reabilitação da biodiversidade em meio urbano, o apoio a ações de regeneração física, social e económica de áreas urbanas desfavorecidas, à implementação de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, à regeneração de áreas industriais abandonadas ou obsoletas e ao investimento em equipamentos de saúde e sociais. O PO está muito vocacionado para as áreas desqualificadas, opção coerente com a necessidade de reconversão de áreas urbanas afetadas pela degradação socio-urbanística e de áreas industriais abandonadas, contrariando a extensificação urbana e o subaproveitamento dos ativos construídos e promovendo a qualificação e a valorização de áreas centrais da aglomeração metropolitana.

Os resultados serão potenciados pelos instrumentos de programação integrada de base territorial previstos, como o DLBC e as Ações Integradas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável previstas no Eixo 8 dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável.

✓ *Crescimento Inclusivo*

O POR Lisboa deverá assumir maior relevância no domínio chave da inclusão e inovação social. A Prioridade *Reforçar o papel e a sustentabilidade da Economia Social no combate à pobreza e à exclusão social*, com contributo esperado através do Eixo 5 (PI 8iii dedicada a apoiar o empreendedorismo social), será ainda potenciada pelas iniciativas previstas no Eixo 6 (no âmbito das PI 9i, 9vi/9d e 9a) e no Eixo 8 (PI 9b) Estas Prioridades constituem terreno para a experimentação de iniciativas de economia social ao nível da integração de grupos-alvo desfavorecidos no mercado de trabalho e da adaptação de setores económicos específicos⁴.

No que respeita à resposta aos desafios demográficos e às necessidades em matéria de saúde mental e demência, o PO terá um contributo mais limitado. No primeiro caso, o contributo do PO é circunscrito à melhoria das condições de conciliação da vida familiar e profissional e ao envelhecimento ativo através de ações a apoiar no âmbito da PI 9vi, uma vez que a promoção da natalidade não é uma prioridade da política de coesão. No segundo caso, o contributo do PO é circunscrito à melhoria dos serviços prestados, uma vez que não será apoiada a criação ou qualificação de equipamentos.

II.1.3. Relevância do PO face à Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa (EREIL)

O perfil de intervenção do PO, bem como a intenção de orientação do investimento para os domínios de Especialização Inteligente identificados, evidenciam o potencial do Programa para a concretização da EREIL, iniciativa emblemática no âmbito do objetivo da EE 2020 “Reforço da I&D e da inovação” e da concretização do Crescimento Inteligente (promover a excelência e a especialização inteligente; reforçar a cooperação

⁴ A estratégia para abordar as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza/dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social, pode conceder protagonismo à economia social na busca de soluções inovadoras, sustentáveis e ajustadas às necessidades sociais.

Universidades/Investigação/Empresas; aumentar o investimento empresarial em I&D e em atividades inovadoras; promover a capacitação empresarial para a internacionalização; etc.).

A articulação entre o PO e a EREIL foi progressivamente reforçada no processo de elaboração do Programa através da discriminação positiva dos domínios de Especialização Inteligente nas PI e respetivos objetivos específicos em que esta orientação do investimento mais se justifica (investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, competitividade das PME, qualificação do emprego e formação profissional). Nos princípios orientadores para a seleção das operações, é também contemplada a demonstração da evidência da coerência da operação com a EREIL (PI 1a, 1b, 3a, 33b, 3c, 8v, e 10iv). Esta articulação deverá ser, contudo, aprofundada ao nível da operacionalização do PO, designadamente, na regulamentação que vier a ser preparada e também ao nível dos mecanismos de governação, tal como proposto no capítulo das Recomendações da Avaliação.

A Tabela seguinte evidencia o contributo de cada um dos Eixos Prioritários do PO, considerando as opções tomadas, para o desenvolvimento e afirmação dos domínios temáticos da EREIL, com a exceção do Eixo 3, que não terá um contributo significativo para o desenvolvimento e afirmação dos mesmos.

Tabela 1. Relações de contributo entre os Eixos do PO e os Domínios Temáticos da EREI de Lisboa

Eixos do PO	Domínios temáticos da EREI de Lisboa				
	Turismo e hospitalidade	Mobilidade e transportes	Meios criativos e indústrias culturais	Investigação, tecnologias e serviços de saúde	Prospecção e valorização de recursos marinhos
EP 1 – Reforçar a investigação, desenvolvimento tecnológico e a inovação	✓	✓	✓	✓	✓
EP 2 – Competitividade das PME	✓	-	✓	✓	✓
EP 3 – Economia de baixo teor de carbono	-	-	-	-	-
EP 4 – Ambiente e utilização eficiente de recursos	✓	-	✓	-	✓
EP 5 – Emprego e mobilidade laboral	✓	-	✓	✓	✓
EP 6 – Inclusão social e combate à pobreza	✓	-	-	✓	-
EP 7 – Ensino e aprendizagem ao longo da vida	✓	✓	✓	✓	✓
EP 8 – Desenvolvimento urbano sustentável	✓	✓	✓	-	-

As principais conclusões podem sistematizar-se da seguinte forma:

- Articulação dos Eixos 1 e 7 do PO com os domínios temáticos da EREIL, sendo expressa no PO a intenção de alinhar a produção científica, o reforço da inovação e o apoio à capacitação tecnológica e formação dos recursos humanos, com a EREI da Região.
- O perfil de intervenção do PO no âmbito do Eixo 2 revela um potencial forte e transversal para o desenvolvimento e consolidação dos domínios temáticos da EREIL, sendo expresso, no caso da

promoção do empreendedorismo qualificado e criativo, o apoio a empreendedores e empresas nascentes nos domínios de Especialização Inteligente e, em particular, do setor criativo.

- O perfil de intervenção do PO no Eixo 4, designadamente, as ações para a conservação, proteção, promoção do património cultural e natural, evidencia o seu potencial contributo para o desenvolvimento turístico da Região, dada a importância dos recursos patrimoniais (património cultural e natural) na afirmação turística da Região. A recuperação de áreas sensíveis terrestres e marinhas, bem como a valorização ambiental das frentes estuarinas e marinhas, potenciam a implementação da EREIL (recursos marinhos e turismo) através da valorização de importantes ativos da Região, como o Estuário do Tejo, atualmente menos valorizado.
- O perfil de intervenção do PO no caso do Eixo 5, designadamente o apoio ao empreendedorismo e criação de empresas e à adaptação de trabalhadores e empresários à mudança, indicia um potencial efeito na modernização empresarial e no desenvolvimento dos setores associados a domínios temáticos da EREIL.
- Através do Eixo 6, o PO deverá contribuir para o acréscimo da atratividade de territórios desfavorecidos rurais e costeiros valorizando também o potencial turístico da Região e deverá apoiar a oferta de serviços e respostas de saúde, designadamente, a modernização tecnológica das unidades e serviços hospitalares (contribuindo para a afirmação dos domínios temáticos da Investigação, Tecnologias e serviços de saúde).
- A articulação do Eixo 7 do PO com os domínios temáticos da EREIL, é assegurada pelo contributo das ações a apoiar que visam aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, sendo expresso, nos princípios orientadores para a seleção das operações, que estas devem evidenciar coerência com os domínios da EREIL; a decisão de não mobilizar a PI 10ii, limita, porém, o contributo do Programa para a formação avançada dirigida para esses domínios.
- As ações a apoiar no âmbito do Eixo 8, contribuem para a afirmação do domínio temático “Turismo”, dado o seu potencial contributo para a valorização territorial e para a regeneração e revitalização urbana de bairros históricos, mas também para os domínios “mobilidade e transportes” e os “meios criativos e indústrias culturais”, através do investimento nos modos (de deslocação) suaves e na criação de condições para a refuncionalização de edifícios e equipamentos.

As seguintes evidências revelam o contributo potencial do PO para a concretização dos Eixos de Intervenção e respetivas tipologias prioritárias da EREIL, transversais aos domínios temáticos (ver Anexo 4):

- Forte articulação e contributo das Prioridades de Investimento, respetivos Objetivos específicos e ações a desenvolver no âmbito dos Eixos 1 e 3 do PO para os seguintes Eixos de Intervenção da EREIL e respetivas tipologias prioritárias:

- Apoio ao sistema científico e tecnológico e à produção e conhecimento;
 - Apoio à cooperação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas e à transformação de conhecimentos;
 - Apoio ao empreendedorismo, em particular o empreendedorismo de base tecnológica que promova a valorização económica do conhecimento;
 - Apoio à investigação e inovação nas empresas;
 - Apoio à internacionalização das atividades de produção de conhecimento e das empresas.
- Articulação e contributo das Prioridades de Investimento, Objetivos específicos e ações do Eixo 7 do PO – Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida, para o Eixo de Intervenção da EREIL - Apoio à qualificação dos recursos humanos (pese embora a não mobilização da PI 10ii).
 - Articulação, ainda que com inferior contributo potencial das Prioridades de Investimento, Objetivos específicos e Ações a desenvolver no âmbito dos Eixos 5 - Emprego e Mobilidade Laboral e 6 - Inclusão Social e Combate à Pobreza, para os seguintes Eixos de Intervenção da EREIL e respetivas tipologias prioritárias:
 - Apoio ao empreendedorismo, em particular o empreendedorismo de base tecnológica que promova a valorização económica do conhecimento;
 - Apoio à qualificação dos recursos humanos.

II.1.4. Contributos para a Estratégia Europa 2020

QA. 4 - Qual o contributo potencial do Programa para a Estratégia Europa 2020 em Portugal, tendo em conta os objetivos, as prioridades temáticas selecionadas e os desafios e necessidades identificadas no quadro da esfera de intervenção prevista?

O POR Lisboa está construído, em boa medida, sobre os pilares da Estratégia Europa 2020. Os Eixos Prioritários do PO reproduzem de forma linear os Objetivos Temáticos e toda a estrutura de programação se encontra orientada para evidenciar, em cada vertente do Crescimento (Inteligente, Sustentável e Inclusivo), os recursos e elementos-chave a valorizar, os constrangimentos estruturais e outros existentes, delineando Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos que afirmam o alinhamento com a EE 2020, promovem a concretização dos seus objetivos e das metas estratégicas definidas. A Avaliação evidencia a forte relação entre as opções estratégicas do POR Lisboa e os objetivos-bandeira da EE 2020, destacando-se a “Empregabilidade”, a “Inclusão Social” e a “Intensidade em I&D” como aqueles mais potenciados.

O POR Lisboa posiciona a Região face aos objetivos e às metas da Estratégia Europa 2020 evidenciando níveis acentuados de afastamento, principalmente, no indicador relativo ao abandono escolar precoce mas também nos indicadores relativos à taxa de emprego e ao Investimento em % do PIB no reforço da I&D e Inovação.

O Diagnóstico elaborado no quadro da preparação do POR Lisboa aborda de forma sistemática as diferentes dimensões previstas nos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020, do Quadro Estratégico Comum, do Programa Nacional de Reformas (PNR) e das orientações estratégicas para o Acordo de Parceria a celebrar entre Portugal e a União Europeia, identificando a situação da Região face às metas europeias e nacionais fixadas. Contudo, mantém-se a dificuldade de processar informação regionalizada para os indicadores do Clima e Energia e Combate à pobreza e às Desigualdades sociais, o que tem por consequência não ser possível evidenciar o respetivo “gap” face às metas definidas.

Tabela 2. Posicionamento da Região de Lisboa face às metas da Estratégia Europa 2020

Objetivos	Indicadores	Metas		Portugal 2011	Lisboa 2011
		Europa 2020	Portugal 2020		
<i>Reforço da I&D e da Inovação</i>	Investimento em % do PIB	3%	Entre 2,7% e 3,3%	1,5%	2,3%
<i>Mais e Melhor Educação</i>	Taxa de abandono escolar precoce	10%	10%	23,2%	22,7%
	% População com Ensino Superior ou equiparado entre 30-34 anos	40%	40%	26,1%	35,7%
<i>Clima/Energia</i>	Emissões de Gases de Efeito de Estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	-20%	+1% (1)	-8,0% (2)	n.a.
	% Energias renováveis no consumo de energia filial	20%	31%	27,3%	n.a.
	Eficiência Energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005)	20%	20%	16,5%	n.a.
<i>Aumentar o Emprego</i>	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75%	75%	69,1%	68,6%
<i>Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais</i>	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social (1000 pessoas % do total da população) 115479 (23,4% do total), em 2010	20 milhões de pessoas	Pelo menos 200 mil pessoas	-156 mil pessoas	n.a.
	3 indicadores (unidade: 1000 pessoas - % total da população)				
	- Risco de pobreza (pessoas que vivam com menos de 60% da mediana do rendimento nacional) (80018 (16,4% do total EU27, em 2010));				
	- Privação material (pessoas que tenham pelo menos 4 das 9 situações de privação definidas) [40.096 (8,1% do total EU27, em 2010)];				
- Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego (indivíduos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em 20% dos indivíduos do mesmo grupo etário) [37.377 (9,9% do total EU27, em 2010)].					

Fonte: Estratégia Europa 2020 - Ponto de Situação das Metas em Portugal (abril, 2013); INE, *Inquérito ao Emprego*, 2011, e *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*, 2011.

(1) Meta vinculativa nacional para setores não CELE(*) em relação a 2005; (2) Dados provisórios, com base na versão preliminar do Inventário de emissões 2013.

A leitura da Tabela anterior permite constatar níveis acentuados de afastamento de Lisboa em 2011 face às metas EE 2020 e PNR, principalmente ao nível do abandono escolar precoce, mas também ao nível do Investimento em % do PIB no reforço da I&D e inovação (76,6% da média europeia, mas a possuir as melhores performances a nível nacional) e ao nível da taxa de emprego da população com idade entre 20 e 64 anos.

A arquitetura do PO revela uma relação muito linear entre os Eixos Prioritários e as Prioridades de Investimento do POR Lisboa e os objetivos-bandeira da EE 2020, demonstrando o seu potencial de resposta para atingir as metas definidas com uma forte relação entre as opções estratégicas do PO e os objetivos da EE 2020, destacando-se a “Empregabilidade”, mas também a “Inclusão social” e a “Intensidade em I&D” como os mais potenciados; a promoção da empregabilidade assume claramente um carácter transversal no PO, com maior nível de contributos de todos os Eixos. O objetivo Clima e Energia, pelo contrário, é aquele que recebe menos contributos da teia de Prioridades de Investimento do POR Lisboa e dos objetivos específicos que lhe estão associados.

As relações entre as opções estratégicas do PO e os objetivos da EE 2020, evidenciam ainda o seguinte:

- Os Eixos Prioritários que acolhem, com reprodução linear, os Objetivos temáticos *Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação (OT1)* e *Competitividade das PME (OT3)*, refletem duas linhas de intervenção-chave do PO orientadas para promover a Competitividade e Internacionalização, segundo uma árvore de Objetivos específicos que remete para a maior parte dos objetivos a nível nacional da concretização do Crescimento Inteligente (promover a excelência e a especialização inteligente; reforçar a cooperação Universidades/Investigação/Empresas; aumentar o investimento empresarial em I&D e em atividades inovadoras; promover a capacitação empresarial para a internacionalização; etc.). Assim, em matéria de Reforço da I&D e da Inovação, são exetáveis contributos relevantes de várias Prioridades de Investimento, nomeadamente do EP 1 e do EP 2, que serão potenciados pela relevância estratégica (para o próprio SCTN) resultante da concentração na Região de importantes IES (Universidades e Politécnicos) e Unidades de I&DI. Deste conjunto denso de unidades (setor empresas e setor público), esperam-se contributos potenciais relevantes para atingir os objetivos e metas da EE 2020 e para as prioridades estabelecidas pela EREI de Lisboa com especial incidência para as associadas ao desígnio “Contribuir para o Crescimento Inteligente na UE promovendo a Competitividade e Internacionalização da Região de Lisboa”.
- O EP 5 “Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral”, possui uma relação forte com a promoção do emprego em geral, contribuindo claramente para aumentar a taxa de emprego na população 20-64 anos, com a promoção do emprego científico e altamente qualificado, estabelecendo uma relação de contributo potencial com o investimento em IDI e a implementação da EREI de Lisboa, e também com o objetivo da Inclusão Social e respetivas metas.
- O Eixo 3 “Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores”, afirma o alinhamento do PO com os objetivos e metas da EE 2020 no que respeita à promoção da eficiência energética e de estratégias de baixa emissão de carbono. O Programa define metas para a redução do consumo de energia nas empresas, nos edifícios da Administração Regional e Local e na iluminação pública;
- O Eixo 6 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação”, deverá contribuir para a Inclusão social, reduzir os níveis de pobreza e as desigualdades sociais e também para promover a empregabilidade.
- O EP 7 “Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida” concorre diretamente para a redução do abandono escolar precoce para um nível inferior a 10%. Contudo, o facto de o PO não ter mobilizado

a PI 10ii reduz o potencial contributo do Programa para o investimento em I&D em % do PIB e para o acréscimo de população com Ensino Superior ou equiparado entre 30-34 anos.

- O Eixo 8 – “Desenvolvimento urbano sustentável”, concorre principalmente para o combate à pobreza e inclusão social através do apoio à regeneração física, económica e social de comunidades desfavorecidas e para a redução da emissão e gases com efeito de estufa nas áreas urbanas, através da promoção da mobilidade sustentável.

A Avaliação *Ex-Ante* releva a inclusão deste Eixo Prioritário dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável e a mobilização de instrumentos que consubstanciam abordagens territoriais integradas à escala regional e local, como evidência do contributo do Programa para a política de coesão 2014-20, que estabelece como uma das prioridades de intervenção do FEDER o desenvolvimento urbano sustentável e dá especial relevo às abordagens integradas como resposta aos problemas e desafios territoriais, numa perspetiva multidimensional.

II.2. Coerência Interna

QA. 5 - Os objetivos, as Prioridades de investimento selecionadas e as realizações e resultados esperados são coerentes entre si?

A coerência interna do Programa, designadamente, entre Eixos Prioritários, Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos é em grande parte assegurada pela sua estruturação em torno de opções de programação comunitária e nacional e por uma formatação decorrente, em grande medida, dos compromissos estabelecidos em sede de Acordo de Parceria.

Os Objetivos Específicos definidos e os respetivos resultados esperados são, na generalidade, coerentes com as Prioridades de Investimento em que se enquadram, contribuindo para a respetiva concretização, sendo disso exemplo a forte relação entre os EP 1 e 2, os Eixos focais para a promoção da Competitividade e Internacionalização e destes com os EP 5 e 7. Os Eixos mais potenciados, que deverão receber mais contributos, são o EP 5 e o EP 2, seguidos do EP 6, revelando o maior impacto esperado do Programa na competitividade empresarial e na empregabilidade. Os Eixos 3 e 4 surgem como os mais isolados pelo que os seus resultados serão menos potenciados. A exploração das complementaridades e sinergias entre Eixos prioritários (terreno de concretização da coerência), pode ser viabilizada no processo de seleção de projetos através de mecanismos de majoração e/ou critérios de seleção que reforcem (na orientação do investimento), o cruzamento de várias dimensões e/ou uma focalização territorial.

A análise da coerência dos diferentes Eixos Prioritários, respetivas Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos entre si (cf. Anexo 5), permite concluir o seguinte:

- As relações de complementaridade/contributo entre os diferentes Eixos e respetivas Prioridades de Investimento, apontam para um padrão de coerência e de consistência das opções estratégicas do PO, revelando a existência de sinergias que potenciam os resultados esperados;
- A densidade destas relações é variável destacando-se as existentes entre os Eixos 1, 2, 5, 6, 7 e 8, através das quais são potenciadas principalmente as sinergias entre investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, promoção do emprego (científico e qualificado) e a competitividade das PME, e também entre a promoção de emprego e melhoria das condições de empregabilidade e a inclusão social de grupos mais vulneráveis.
- Os Eixos que deverão receber mais contributos do PO são o EP 5 e o EP 2 revelando o impacto esperado do Programa na competitividade empresarial e no emprego, seguidos do EP 6. A afetação de recursos programada deverá contribuir para melhorar a concretização de objetivos e para atingir os respetivos resultados esperados, gerando sinergias com outros Eixos.
- Os Eixos 3 e 4 são os que detêm menores relações de contributo com os restantes Eixos, embora existam também sinergias com os Eixos 2, 5, 6 e 8: (i) no caso do Eixo 3, por via do acréscimo da eficiência energética nas empresas; e pelo efeito que as ações a apoiar terão na dinamização do mercado das empresas de serviços energéticos e, ainda, por via da focalização da promoção da eficiência energética no setor de habitação social, com impacto no combate à pobreza e inclusão social e na regeneração urbana, dada a oportunidade que representa para a reabilitação do edificado; (ii) no caso do Eixo 4, por criar condições para impulsionar o desenvolvimento do setor turístico, a criação de emprego e a revitalização económica de áreas críticas.

No domínio das relações de contributividade entre Eixos e PI, destacam-se as seguintes evidências:

- Forte relação entre os Eixos 1 e 2, os Eixos focais para a promoção da Competitividade e Internacionalização. As duas Prioridades de Investimento do Eixo 1, têm forte contributo para promover a melhoria das condições de I&D&I e a competitividade das PME, enquanto o apoio à promoção da inovação nas empresas, contemplado na PI 3c, deverá estimular a procura de serviços intensivos em conhecimento e a interação com o SCTN e as redes de conhecimento.
- Articulação dos EP 1 e 2 com os EP 5 e 7. A competitividade e internacionalização interligam-se com aspetos abordados em outros EP e estão estreitamente associadas a fatores contextuais (qualificação, capacidade de adaptação à mudança, espírito de iniciativa e mobilidade dos recursos humanos) mas também a aspetos institucionais (confiança, convergência sobre os grandes desígnios nacionais, coesão social,...) e aos vetores ambiental e energético.
- Papel-chave da PI 8v “Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança” na resposta aos desafios da Competitividade e Internacionalização, destacando-se a sua articulação com

o EP 1 e especialmente com o EP 2. As ações a apoiar no âmbito do OE “Promover a modernização dos processos produtivos e de gestão que sustentem a internacionalização e maior incorporação de I&D&I nas PME”, não podem ser dissociadas das ações relativas à capacitação das empresas, em particular no caso da formação de empresários; esta constitui, muito frequentemente, uma condição para o sucesso do pretendido reforço das capacidades organizacionais das empresas. O Programa refere explicitamente a articulação desejável com as PI 1b e PI 3a a 3c e, no caso da formação de trabalhadores, a sua focalização nos domínios prioritários da EREIL.

- As PI 10iii, 10iv e 10a, têm também uma relação óbvia com o EP 2. O Eixo 7 contribui quer através da formação de jovens em modalidades de ensino e formação profissional e da qualificação de adultos ativos, quer através da qualificação das escolas secundárias, em particular do ensino tecnológico e profissionalizante, para uma maior adaptação da oferta de ensino e formação e das competências às necessidades das empresas.
- Sinergia entre o EP 7 e o EP 5., na medida em que as PI do EP 7 contribuem para melhorar as condições de empregabilidade dos respetivos grupos alvo.
- As Prioridades de Investimento 1a, 1b, 8i, 8v e 10a, complementam-se no reforço de criação de condições para desenvolver a investigação, e promover a inovação nas entidades do SCTN e nas empresas, bem como a cooperação entre elas, potenciando as condições para a competitividade e internacionalização das empresas e da economia.
- Forte sinergia entre os Eixos 5 e 6. As Prioridades de Investimento do Eixo 5 que visam promover o emprego e o acesso ao mercado de trabalho, têm forte contributo para a inclusão social e para o combate à pobreza (Eixo 6). Os objetivos e ações das PI do Eixo 6 que visam melhorar a capacitação e as condições de empregabilidade de grupos vulneráveis e de minorias, permitem acrescer os níveis de emprego, potenciando os efeitos esperados das intervenções enquadradas no Eixo 5.
- A PI 8v concorre para o Crescimento Inclusivo em estreita articulação com a PI 9i (inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade) e PI 9b (por via do apoio à regeneração social e económica).
- As PI do Eixo 5 e do Eixo 6 complementam-se na promoção da igualdade de género nas suas várias dimensões e na conciliação da vida profissional e privada.
- Os efeitos esperados no que respeita à promoção da eficiência energética, são potenciados pela orientação expressa dos apoios à investigação, ao investimento produtivo de natureza inovadora e à formação (PI 1a, 3c e 10iv), para este domínio.

Ao longo do processo de programação, o quadro de intervenção do PO foi alvo de clarificações que permitiram acautelar eventuais sobreposições e melhorar a sua consistência interna. No entanto, a Avaliação

sinaliza ainda alguns aspetos que merecem atenção nas fases de operacionalização e implementação do programa, no sentido de acrescer o efeito sinérgico das intervenções:

- a implementação de estratégias integradas de desenvolvimento territorial assentes na valorização das características dos territórios⁵ e dos respetivos resultados, pode ser potenciada através de apoios ao setor empresarial e ao empreendedorismo em contextos desfavorecidos, às micro-empresas, à emergência de novos negócios (pela identificação do potencial do território e de novas oportunidades económicas), à intervenção comunitária e à capacitação organizacional, através de projetos em parceria com universidades, centros de estudo e/ou laboratórios do Estado;
- O contributo do Programa para a promoção da eficiência energética e para uma economia de baixo teor de carbono, poderá ser reforçado incluindo nos princípios orientadores da PI 6e, à semelhança do que é feito na PI 9b, o seguinte princípio: nos casos aplicáveis, as operações deverão demonstrar eficiência energética e promoção de boas práticas ambientais.

Paralelamente, deverá ser acautelada a coerência e a complementaridade entre a PI 1a que visa o reforço das Infraestruturas regionais de Investigação e Inovação (ao nível das respetivas atividades e equipamentos) e a PI 10a que visa reforçar as capacidades da rede de Ensino Superior através da intervenção ao nível das infraestruturas físicas, tendo em conta quer o quadro da reestruturação da rede de IES, quer o quadro da reorganização nacional das infraestruturas estratégicas de I&D&I.

No que respeita à consistência entre PI, e entre estas e os seus objetivos, considera-se que a abordagem do OE da PI 3c, bem como a identificação de resultados, ganharia em estabelecer uma maior interação com o OE da PI 3b e respetivo campo de resultados, atendendo à interação entre internacionalização e inovação (cf. Recomendações da *Avaliação Estratégica do QREN - Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular das PME*, Quaternaire/IESE, 2013), o que poderia ser promovido através do apoio à realização de ações de demonstração.

QA. 6 - As medidas propostas são as mais adequadas para o alcance dos objetivos delineados ou haveria outras medidas cujas realizações e resultados conduziram de forma mais eficaz ao alcance dos objetivos?

A análise da coerência interna do Programa revelou que este responde de forma positiva à generalidade das preocupações que se colocam em cada domínio temático e que as medidas propostas são adequadas para alcançar os objetivos delineados e os resultados esperados, considerando o perfil de intervenção do

⁵ A aposta nos meios criativos/culturais, pode concorrer para o desenvolvimento de territórios “excluídos” por uma aposta, p.ex., nas culturas urbanas e, simultaneamente, criar espaços de novas áreas de qualificação e de emprego.

PO, definido no Acordo de Parceria. Contudo, numa região com as características da Área Metropolitana de Lisboa pela sua dimensão e complexidade e face a recursos escassos, o aprofundamento das opções e da orientação do investimento, serão favoráveis a uma maior eficácia do Programa.

Embora reconhecendo a adequação da generalidade das medidas propostas, a Avaliação faz sugestões no sentido de a gestão do PO vir a assegurar mecanismos que permitam, de forma contínua e em colaboração com as entidades setoriais e regionais, imprimir uma atitude seletiva e pró-ativa na orientação do investimento, ao nível das opções operacionais para a execução do Programa (estratégias de dinamização da procura, critérios de elegibilidade e de seleção das operações, mecanismos de majoração que valorizem/reforcem o cruzamento de vários Eixos Prioritários e/ou a focalização em determinados territórios).

Ao longo do processo de programação, foram introduzidas alterações no PO que conduziram a uma crescente adequação das medidas propostas aos objetivos específicos. No entanto, no sentido de potenciar os resultados e melhorar o alcance dos objetivos, a Avaliação sinaliza alguns aspetos a considerar ao nível da programação e da operacionalização, por domínio temático.

✓ *Domínio da Competitividade e Internacionalização*

Neste domínio, importa ter presente o conjunto dinâmico de desafios e oportunidades suscitado pela globalização numa Região capital nacional e europeia, nas vertentes em que a exposição à concorrência internacional é crucial para o sucesso da Estratégia Regional:

- as funções associadas à capitalidade, devem ser equacionadas ao nível do papel das instituições do SCTN localizadas na Região, da potencial dinamização de interfaces e redes de logística empresarial e da cooperação estratégica das intervenções de base territorial;
- o sucesso das atividades de interação e transferência de conhecimento, bem como a integração em redes internacionais e nacionais de clusterização e excelência científica, pressupõe promover a articulação entre estas ações e as estratégias de clusterização e atender ao papel da região de Lisboa nestas estratégias e nas lideranças de Inovação e I&D, variáveis centrais na construção das cadeias de valor;
- a valorização económica dos resultados da investigação beneficiará da existência de uma estratégia clara de exploração comercial das invenções (através da venda de patentes e/ou de licenciamento) no mercado internacional, por parte das entidades de investigação, o que sugere a necessidade de valorizar esta vertente nas componentes de investimento dos projetos a apoiar.

Embora considerando positiva a orientação do investimento para as áreas de especialização inteligente, alerta-se para o facto de o apoio à produção científica ser exclusivamente dedicado a estas áreas, o que pode limitar a transversalidade associada a muitas atividades científicas e reduzir a flexibilidade.

Os resultados esperados da PI 1b poderiam ser potenciados com o apoio a ações de intra-empendedorismo em empresas existentes. Com efeito, a mudança da estrutura empresarial faz-se não só pela criação de novas empresas mas também pelo rejuvenescimento de empresas existentes, lançando novos projetos de negócio que podem ser desenvolvidos dentro dessas empresas ou externalizados através de *spin-offs*, em articulação com a criação/desenvolvimento de núcleos de investigação e inovação. A promoção destas iniciativas, que não se enquadram exatamente nem nos projetos de investimento tradicionais das empresas existentes nem no empreendedorismo, poderia ter um papel importante na modernização do tecido empresarial e na adoção de novos modelos de negócio.

No sentido de evitar a pulverização de iniciativas, o apoio a ações de *coaching* (criação de serviços avançados de aconselhamento empresarial, criação de plataformas de serviços e apoio aos negócios criativos, apoio à capacitação e dinamização das infraestruturas de incubação) deverão ser preferencialmente desenvolvidas com unidades de incubação com prova dadas, o que remete para a introdução desta dimensão nos critérios e seleção dos projetos a apoiar.

Para atingir os objetivos da PI 3b, não obstante o carácter meritório das ações a apoiar, seria desejável que, na fase de implementação e gestão, o Programa contemplasse orientações (regulamentação específica, critérios de seleção...) que estimulassem a promoção de ações consistentes no domínio de novos modelos de negócio para a internacionalização. Num contexto geral marcado pela cooperação interempresarial, afigura-se indispensável apoiar a abordagem de cadeias de valor internacionais, que constituem hoje um vetor central das relações cooperativas. Em idêntico sentido, a fundamentação da PI poderia referir a necessidade de alavancagem internacional das relações de fornecimento a subsidiárias de EMN em Portugal.

Para responder ao OE da PI 3c, importa estimular as entidades beneficiárias a dinamizar operações que visem o acesso a formação em Gestão de Projetos, na medida em que o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços supõe a existência prévia de competências organizacionais nesse domínio.

No que respeita aos instrumentos de apoio financeiro, de maior relevância no Domínio da Competitividade e Internacionalização, considera-se que a utilização de instrumentos apropriados pode ser um fator de mitigação de dificuldades decorrentes de recursos mais escassos, como continua a ser o caso da Região de Lisboa. Neste domínio, a utilização de Mecanismos de Engenharia Financeira em detrimento da tradicional tipologia de subsídio não reembolsável (v.g. a fundo perdido), apresenta vantagens consideráveis.

No caso dos apoios às empresas no âmbito do POR Lisboa, seria desejável um uso dos Mecanismos de Engenharia Financeira generalizado às Prioridades de Investimento do Domínio da Competitividade e Internacionalização, contemplando um *portfolio* diversificado que atue no domínio da dívida, do capital e de instrumentos híbridos (*mezannine finance*).

A insuficiente capitalização das empresas portuguesas, um problema estrutural fortemente agravado pela situação de crise vivida nos últimos anos, sugere que se confira prioridade muito vincada aos instrumentos de capital, apostando na intervenção dos fundos de capital de risco nas suas diversas vocações (*seed capital*, *start-up*, inovação e internacionalização) e na atividade de *bussiness angels*, procurando ampliar e densificar a experiência iniciada nos PO do QREN. Dentro da lógica da inovação financeira, justifica-se que seja estudada adicionalmente a viabilidade do lançamento de novos instrumentos direcionados para iniciativas inovadoras, como o *crowdfunding* competitivo, bem como de linhas de financiamento especiais com um perfil de “quase capital” (p.ex., amortização “*bullet*” no final de um período de empréstimo com maturação alongada e uma remuneração mista de juros e de participação em resultados).

Na área da dívida devem ser dinamizadas Linhas de Crédito especiais, em termos de prazos e modelos de reembolsos, mais apropriadas aos projetos de I&D e de inovação. Estes empréstimos poderiam ser incentivados em articulação com a banca através de um “co-funding” com a instituição bancária parceira complementada com garantia pública e com mecanismos que fizessem baixar o custo em juros e comissões até ao nível do praticado nos mercados do Norte da Europa.

No domínio da I&D, os projetos empresariais individuais deveriam ser objeto de apoio via instrumentos de engenharia financeira, nomeadamente através da participação de capital de risco em empresas com programas de I&D planeadas num horizonte temporal mais alargado ou com as linhas de financiamento especiais com planos de reembolso ajustados à verificação de resultados. Os subsídios não reembolsáveis deveriam ficar restritos a projetos de I&D em co-promoção efetiva com os centros de saber ou inseridos em lógicas de redes ou de *clusters* ou enquadrados na classificação de projetos mobilizadores.

Os projetos de inovação produtiva deverão ser financiados por empréstimos ajustados à libertação de meios pelos investimentos. A atribuição de um prémio de realização (não exigibilidade do reembolso de uma parte do financiamento) deverá ser aplicada em projetos especiais - projetos de valorização de resultados de I&D na Região, projetos com efeitos estruturantes no sistema produtivo regional, etc.

✓ *Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos*

Neste domínio, e considerando o quadro de intervenção do POR Lisboa (PI 4b, 4c, 4e, e 6c), as medidas consideram-se na generalidade adequadas, sendo visível na atual versão do Programa o esforço de

seletividade e orientação do investimento no sentido de garantir uma maior relevância estratégica das intervenções, de acordo com as sugestões e recomendações da Avaliação nesta matéria.

No que respeita à promoção de eficiência energética, a focalização dos apoios e a orientação do investimento poderá ainda beneficiar de um aprofundamento do contributo dos vários setores a apoiar para as metas nacionais e os objetivos regionais, envolvendo os principais agentes regionais (em particular as agências de energia) e associações setoriais, no caso do setor empresarial. Este setor (indústria, comércio e serviços) e o parque edificado da Administração Regional e Local, sedes administrativas e equipamentos coletivos, afiguram-se como setores de grande consumo e forte impacto nos resultados esperados, pelo que deverão merecer maior atenção. No caso do setor empresarial esta orientação é reforçada pelo facto de o PO Temático não ter qualquer intervenção, o que acresce a responsabilidade do POR Lisboa na obtenção dos resultados.

As ações a apoiar na PI 6c deverão incidir na proteção e valorização dos principais ativos diferenciadores da AML e com maior impacto ao nível do desenvolvimento económico, considerando-se positiva a focalização na atração e desenvolvimento turístico e nas intervenções que permitam concretizar a Estrutura Ecológica Metropolitana (prevista no PROT AML) e promover a sua multifuncionalidade em contexto urbano, minimizando os efeitos de fragmentação sinalizados e promovendo os seus usos, em coerência com a estratégia que vier a ser definida no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa.

✓ *Domínio da Inclusão Social e Emprego*

Dada a sensibilidade deste Domínio Temático no contexto metropolitano, as medidas previstas poderiam ser enriquecidas contemplando, ainda, um conjunto de intervenções com efeito positivo no alcance dos resultados, tais como:

- Na PI 8i, o apoio à criação de redes de empregabilidade territorialmente ancoradas, com o objetivo de estimular a parceria de projetos entre empresas, entidades formadoras, escolas e entidades de apoio à procura de emprego.
- Na PI 8iii, a tipologia de ações previstas deveria beneficiar de incentivos fiscais durante os primeiros anos da criação de um novo negócio e repensar o sistema de apoio em termos de políticas de proteção social, na fase de constituição de negócios.
- Na PI 8iv, no âmbito do Objetivo Específico 1, seria importante prever ações que permitam a flexibilização do horário de trabalho e a possibilidade de funcionamento em regime de teletrabalho.

No âmbito das PI do Eixo 6, é importante dinamizar um conjunto de ações que concorram para efetivar o envolvimento dos diferentes atores regionais e setoriais e para que os resultados a obter sejam mais consistentes/sustentáveis, de que são exemplo:

- ações de valorização de competências e recursos específicos, que permitam a promoção e qualificação das competências empreendedoras de alguns grupos específicos;
- Ações que concorram para uma maior capacitação das políticas públicas, através da avaliação de impacto das intervenções dos programas de intervenção comunitária (Contratos Locais de Desenvolvimento Social; TEIP; PAQPIEF, etc.); A Avaliação alerta para o facto de o modelo de CLDS, no que respeita ao período de vigência dos Contratos e ao seu grau de rigidez ditada pela elegibilidade das despesas, limitar a tipo de intervenção e dificultar a adaptação aos territórios e a capacitação das organização e atores intervenientes, pelo que seria desejável a sua revisão, pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Ações que promovam a integração social e económica por via da valorização da diferença e da multiculturalidade como oportunidade (PI 9iii).
- A promoção do envelhecimento ativo enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social em territórios da coesão e a criação de serviços de base comunitária.
- Na PI 9iv, a ação “Suporte ao doente no domicílio e comunidade com recurso a TIC”, deveria ser mais flexível, propondo-se a seguinte formulação “Suporte ao doente no domicílio e comunidade com recurso a TIC ou outros mecanismos de proximidade”.

✓ *Domínio do Capital Humano*

Neste Domínio, foram incorporados os contributos da Avaliação para acrescer a coerência interna do Programa e potenciar os efeitos das PI, no que respeita ao combate ao abandono escolar.

Face às limitações do PO, em virtude da opção de não mobilizar a PI 10ii e de não apoiar os estudos de alunos economicamente carenciados, será importante acautelar que a formação de Ensino Superior de curta duração (Cursos Técnicos Superiores Profissionais), seja apoiada através do Orçamento de Estado, tal como as bolsas de estudo para alunos de famílias economicamente desfavorecidas e as bolsas de Ensino Superior para alunos carenciados.

QA. 7 - A abordagem integrada do desenvolvimento territorial apoiada pelo PO (se aplicável) é adequada, face aos seus objetivos e prioridades? É consistente com o quadro institucional existente?

O PO contempla a mobilização de Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial ao nível regional (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa) e local (DLBC e Ações Integradas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, materializadas nas intervenções integradas no Eixo 8), criando condições potenciais para uma base mais alargada de resposta aos problemas e desafios dos diversos territórios, em particular das áreas urbanas e das zonas mais desfavorecidas e afetadas pela pobreza e exclusão social. No entanto, a Avaliação sinaliza alguns aspetos que merecem ainda clarificação e aprofundamento, no que respeita à concretização das abordagens integradas e à aplicação dos respetivos princípios de programação e implementação.

Quanto ao quadro institucional para a sua implementação, considera-se adequada a mobilização dos GAL/GAC e dos Municípios no caso das abordagens integradas de âmbito local e, no caso da abordagem integrada de âmbito regional (Área Metropolitana de Lisboa).

↳ **ITI /Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa**

O POR Lisboa contempla, em conformidade com o estabelecido no Acordo de Parceria, o *Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa* que deverá contribuir, simultaneamente, para o fortalecimento da AML na estruturação do sistema urbano nacional, e para responder aos desafios particulares deste território em matéria de coesão social, emprego, abandono escolar, atratividade urbana, prevenção e gestão de riscos. Este instrumento, assume a forma de ITI e reforça o papel do organismo metropolitano de Lisboa e do nível de governação regional na implementação das

políticas e prioridades de investimento para o próximo período 2014-20, numa lógica de programação integrada (de políticas) e intermunicipal.

A possibilidade de mobilização de recursos financeiros dos Domínios da Sustentabilidade e da Inclusão Social e Emprego viabiliza a articulação, através desta abordagem integrada, das dimensões social, económica e ambiental. A possibilidade de mobilizar recursos do PO SEUR, deverá permitir potenciar os resultados do POR Lisboa principalmente em áreas em que este não tem intervenção como a adaptação às alterações climáticas, a prevenção e a gestão de riscos (OT 5).

No entanto, há que referir o seguinte:

- A Estratégia de Desenvolvimento Territorial de suporte ao Pacto, que constitui o quadro de referência para assegurar a pertinência e a coerência estratégica das intervenções propostas e de outras intervenções de base territorial, deverá ser coerente com a estratégia e objetivos do POR Lisboa (como referido no texto do Programa), mas também com o PROT AML, na medida em que este estabelece o modelo de desenvolvimento e as opções estratégicas de base territorial para a Região de Lisboa. Uma vez que constitui referencial estratégico para assegurar a coerência de outras intervenções de base territorial (DLBC, AIDUS, instrumentos centrais na resposta integrada aos desafios da inclusão social e combate à pobreza, da qualificação e regeneração urbana), é fundamental que sejam claramente identificados os desafios urbanos específicos e as apostas estratégicas para a Região nestes domínios. Esta abordagem permitiria uma definição de critérios programáticos e de localização territorial das intervenções destes instrumentos, de modo a promover a concentração do investimento e a eficácia na resposta aos desafios identificados, bem como a articulação e coerência estratégica entre os níveis regional e local/municipal de programação e entre as diferentes abordagens integradas de nível local.
- O Modelo de Participação para a conceção da Estratégia e o Modelo de Governação que vierem a ser adotados, deverão garantir o aprofundamento da abordagem intersectorial e intermunicipal, sendo fundamental que esta opção permita minimizar o desfasamento entre as estruturas administrativas e as necessidades de um planeamento e governação mais eficazes que garantam a integração de políticas e a coordenação da sua execução.
- No que respeita à concretização do Pacto, importa que o Programa de Ação que vier a ser contratualizado, valorize a dimensão supramunicipal das intervenções maximizando o seu impacto, evite investimentos atomizados e incentive a orientação do investimento público municipal/intermunicipal para intervenções com uma forte complementaridade com a promoção da base económica local e para a promoção dos fatores relevantes de competitividade territorial e da consolidação do sistema urbano.

- Quanto aos OT e respetivas Prioridades de Investimento a mobilizar para a concretização do Pacto, verifica-se que o POR Lisboa, contempla a PI 9 iv. A mobilização desta PI, embora justificada pelo envelhecimento demográfico, não está prevista no Acordo de Parceria. Esta situação alerta para o facto de a definição prévia das PI a mobilizar, em conformidade com o estabelecido no Acordo, poder condicionar a relevância e pertinência do Programa de Ação face à especificidade dos desafios na Região. Ou seja, pode questionar-se em que medida as PI definidas em sede de Acordo de Parceria, são adequadas para responder aos desafios do desenvolvimento urbano da AML. Paralelamente, ainda deve estar presente a questão da distância entre a ambição e abrangência do quadro estratégico, a definir no âmbito deste instrumento tal como preconizado, e as limitações dos instrumentos para a sua implementação. No caso das PI a mobilizar na Região de Lisboa, haveria significativa vantagem em robustecer o Programa de Ação, p.ex., com intervenções na área dos transportes, dada a sua centralidade na territorialização de uma agenda para o desenvolvimento urbano sustentável.

Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

O Programa prevê a implementação de AIDUS que serão materializadas especificamente nas intervenções integradas dirigidas à regeneração e à revitalização urbanas e promoção de estratégia de baixo teor de carbono previstas no Eixo 8 – Desenvolvimento Urbano Sustentável.

As AIDUS, suportadas em planos estratégicos de desenvolvimento urbano, constituem o instrumento privilegiado para dar resposta às prioridades de política urbana, combinando a mobilidade sustentável, a regeneração física e ambiental, social e económica através da mobilização das PI 4e, 6e e 9b.

Considera-se positiva a sua incidência em Áreas de Reabilitação Urbana, definidas ao abrigo do RJRU – DL nº 307/2009 de 23 de outubro (alterado pela Lei nº 32/2012 de 14 de agosto) e outras áreas selecionadas com níveis acentuados de desqualificação física, social, ambiental e económica, na medida em que permite: (i) responder a um dos principais desafios de política urbana nacional e regional já identificados (a reabilitação urbana); (ii) articular a intervenção do Programa e os apoios concedidos com os instrumentos de política nacional de reabilitação urbana; e (iii) apoiar a regeneração e inclusão de comunidades desfavorecidas.

Estas opções mostram-se coerentes com o diagnóstico regional que refere como principais constrangimentos: o aumento de áreas urbanas em perda, de fogos devolutos e a degradação do edificado; a incapacidade de investimento na reabilitação urbana, no atual contexto económico; a crescente inoperacionalidade dos instrumentos públicos de apoio à reabilitação urbana do parque habitacional privado; a existência de áreas significativas de uso industrial obsoletas ou em declínio com localizações de excelência; a subsistência de passivos ambientais ainda com alguma expressão; a persistência de áreas

urbanas críticas com graves problemas sociais e urbanísticos; e a insuficiência da articulação das dimensões física, social e económica nas abordagens urbanas integradas desenvolvidas nos últimos anos.

Entre os potenciais territórios alvo destas intervenções encontram-se áreas com potencialidades como a forte identidade histórico-cultural, com notabilidade patrimonial, histórica, cultural, arquitetónica e paisagística, como centros históricos e áreas ribeirinhas.

O contributo esperado destas intervenções para a dinamização do crescimento económico e do emprego e para a coesão social e territorial é significativo, considerando que as ações a apoiar (melhoria das condições de atratividade urbana, refuncionalização de edifícios...). As áreas selecionadas poderão protagonizar processos de revitalização económica e social, contrariando a perda de vitalidade funcional e demográfica, extensificação urbana e o subaproveitamento dos ativos construídos.

No entanto, uma vez que para estas intervenções serão mobilizadas apenas Prioridades de Investimento FEDER e os investimentos serão focalizados em intervenções físicas, será fundamental articular no território a mobilização das PI FSE com instrumentos que poderão viabilizar a regeneração social e económica, garantindo assim o carácter integrado e multidimensional das ações de desenvolvimento urbano. Assim, particular atenção deve ser dada à (necessária) complementaridade entre PI FEDER e FSE e entre abordagens integradas de âmbito territorial, por parte das autoridades urbanas no que respeita à programação das intervenções e investimentos e por parte da ADC e da Autoridade de Gestão do PO, em matéria de regulamentação e de articulação das abordagens integradas.

Considera-se positivo que, no processo de seleção dos planos estratégicos de desenvolvimento urbano, esteja previsto o envolvimento das agências públicas com responsabilidade nesta política (DGT e IHRU) e da AD&C, no sentido de assegurar a sua articulação com as respetivas políticas setoriais, com os instrumentos de gestão do território em vigor e com as restantes abordagens territoriais previstas no Programa Operacional. Tratando-se de um importante instrumento para a execução de uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável para a AML, assume também particular importância a sua coerência (em termos territoriais e temáticos) com o quadro estratégico a definir no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa.

Considerando que um dos fatores de insucesso das operações de reabilitação e regeneração urbana anteriores, foi a indisponibilidade e incapacidade da iniciativa privada para investir na reabilitação do edificado, tal como referido no Diagnóstico, merece destaque a disponibilização de instrumentos financeiros para a reabilitação urbana, em particular do edificado, criando condições prévias para uma maior eficácia da aplicação dos Fundos em matéria de regeneração urbana.

A Avaliação alerta para o facto de as operações de regeneração de áreas industriais obsoletas (âmbito da PI 6e) exigirem uma forte articulação com a mobilização de apoios do PO SEUR para a resolução de passivos ambientais, no sentido de garantir uma abordagem eficaz e eficiente, em termos temporais e de disponibilização de recursos financeiros.

DLBC

O POR Lisboa prevê operacionalizar o instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), dando sequência ao referido no Acordo de Parceria. Os princípios de programação afiguram-se, na generalidade, adequados. A experiência de intervenções passadas (frequentemente enunciadas no POR Lisboa e no Diagnóstico prospetivo do PAR Lisboa), permite identificar algumas questões a ter em conta na operacionalização da PI 9vi.

Assim, e no sentido de acrescer a eficácia do Programa de Ação, será desejável que o mesmo, bem como o respetivo modelo de governação, venham a incluir:

- (i) o desenvolvimento de uma ou mais ações “âncora” (materiais ou imateriais, consoante a especificidade do Programa de Ação definido) e algumas ações de “visibilidade”, que funcionem como elementos de motivação das comunidades, enquanto os processos mais estruturantes são construídos;
- (ii) a criação de uma equipa de animação territorial/interinstitucional (que funcionaria como elemento de animação e de mediação para a construção e mobilização dos parceiros para a intervenção); e
- (iii) o apoio a ações de dinamização das parcerias locais, incluindo os serviços públicos.

O enquadramento regulamentar (e posterior operacionalização) não deverá ser demasiado detalhado e rígido, o que limitaria as condições de construção de uma Estratégia de Desenvolvimento Local adequada às características de cada território e alicerçada na visão de uma parceria de atores privados e públicos.

O modelo de governação, a definir, deverá contemplar a relação com outras estruturas de governança com intervenção nos territórios abrangidos, como as Plataformas Supraconcelhias do Programa Rede Social.

A escala territorial de intervenção carece, também, de maior explicitação/reflexão fixando uma interpretação do que se encontra estabelecido no texto do Acordo de Parceria.

QA. 8 - Quando aplicável, em que medida os Grandes Projetos previstos contribuem para o efetivo alcance dos objetivos?

O POR Lisboa não contempla qualquer ação que configure um Grande Projeto.

II.3. Coerência Externa

QA. 9 - Os objetivos, as prioridades de investimento selecionadas e as realizações e resultados esperados são coerentes: Com o disposto no Acordo de Parceria? Com outros instrumentos relevantes de âmbito comunitário, nacional ou regional de apoio ao investimento público?

O quadro de intervenção do PO, designadamente, os Objetivos temáticos e as Prioridades de Investimento selecionadas, está na generalidade em conformidade com a segmentação da intervenção dos PO Regionais e Temáticos estabelecida no Acordo de Parceria e com as orientações e prioridades definidas para os Domínios Temáticos. Esta conformidade que se verifica, principalmente, nos Domínios da Competitividade e Internacionalização e da Inclusão Social e Emprego, ocorre também com os principais resultados esperados associados a cada um dos Objetivos Temáticos revelando o contributo do Programa para a sua prossecução.

A delimitação de fronteiras entre o PO Regional e os PO Temáticos no respeito pelos critérios definidos no Acordo de Parceria, determinou o padrão de coerência e complementaridade com os PO Temáticos, em particular com o PO CI e o PO SEUR, minimizando os riscos de sobreposição de elegibilidades e assegurando, na generalidade a concretização na Região, dos vários OT e respetivas PI, com a exceção dos seguintes: OT 2, OT 7 (PI 7.4), OT 8 (PI 8.6, 8.7, 8.8.) e OT 9 (PI 9.5).

Nos domínios da Inclusão Social e Emprego e do Capital Humano a concretização, na Região, dos OT que lhes estão associados resulta quase exclusivamente da intervenção do POR Lisboa, com vantagem para uma maior regionalização ao nível das respostas aos desafios.

Relativamente ao perfil de intervenção dos futuros PO FEADER e FEAMP, é possível sinalizar algumas importantes complementaridades com intervenções/Prioridades de Investimento de natureza económico-produtiva a partir de intervenções FEADER orientadas para a diversificação de atividades económicas em zonas rurais, em matéria de apoio à inovação de produtos, processos e mercados e no domínio do combate à pobreza e exclusão social, em que os instrumentos DLBC do POR Lisboa constituem uma oportunidade para a articulação de atuações entre Fundos.

O Programa apresenta uma relação (de complementaridade e potencial coordenação) com outros instrumentos comunitários de apoio ao investimento onde se destaca o Programa Horizon 2020 pela sua

importância para a concretização da EREIL. Sem a preocupação de exaustividade, devem também merecer destaque a articulação com programas como o COSME, a Europa Criativa 2014-20 e a Iniciativa Comunitária ELENA pela sua centralidade e relevância no cumprimento de objetivos do PO, bem como a indicação de mecanismos que promovam a maximização de oportunidades de financiamento de projetos na Região em complementaridade com estes instrumentos.

- ✓ *Coerência do quadro de intervenção do PO com a segmentação dos PO estabelecida no Acordo de Parceria e com as orientações, prioridades e resultados esperados associados a cada um dos OT*

O quadro de intervenção do PO, designadamente os Objetivos Temáticos e as Prioridades de Investimento selecionadas, está na generalidade em conformidade com a segmentação da intervenção dos PO Regionais e Temáticos estabelecida no Acordo de Parceria⁶, exceto nas seguintes situações:

- O Acordo de Parceria prevê a intervenção do POR Lisboa na Prioridade de Investimento 11ii *“Criação de capacidades para as partes interessadas que operam no domínio do emprego, do ensino e das políticas sociais, e o estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local”* (FSE), no âmbito do domínio da Competitividade e Internacionalização, o que não se verifica no quadro de intervenção do Programa. A opção de não contemplar esta PI resulta da perspetiva de a Região poder beneficiar de apoios através de mecanismos nacionais, em moldes a definir. No POR Lisboa foi acautelada a necessidade de reforço da capacidade administrativa dos agentes envolvidos no futuro modelo de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo, tendo sido para o efeito expressamente prevista a possibilidade de recurso aos apoios da Assistência Técnica.
- O AP prevê a mobilização pelo POR Lisboa da PI 10ii – *“Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos”*; contudo, esta PI não foi contemplada no quadro de Intervenção do Programa.

Considerando a sua importância para atingir os objetivos associados à vertente do Crescimento Inteligente, para a implementação da EREIL e para atingir as Metas da EE 2020 (em particular, o aumento do nº de diplomados do Ensino Superior mas também para o acréscimo do investimento em I&D), será fundamental assegurar o seu financiamento através de outras fontes, designadamente o OE, uma vez que a Região também não poderá beneficiar dos apoios do PO Capital Humano.

⁶ Cf. Acordo de Parceria - Anexo II: Quadros síntese da Intervenção dos diversos PO nos diferentes domínios por OT e Prioridade de Investimento ou Prioridade FEADER.

- Quanto aos OT e respetivas Prioridades de Investimento a mobilizar no âmbito dos ITI, o POR Lisboa contempla a PI 9iv, o que não está previsto no Acordo de Parceria, embora o envelhecimento demográfico na Região o justifique.
- ✓ *Coerência do PO com os domínios temáticos de estruturação da programação dos FEEI*

O quadro de intervenção do PO, designadamente, as Prioridades de Investimento selecionadas, respetivos Objetivos específicos e realizações, são coerentes com as orientações e prioridades definidas para os Domínios Temáticos de estruturação da programação nacional dos FEEI, revelando o contributo do PO para os objetivos estratégicos e para os resultados esperados de cada um destes Domínios, principalmente Competitividade e Internacionalização e Inclusão Social e Emprego (cf. Anexo 6).

O contributo esperado do Programa será menor no Domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, pelo perfil de intervenção (limitado) do PO neste Domínio e pelos recursos financeiros que lhe estão atribuídos.

A análise efetuada revelou também, na generalidade, a coerência do quadro de intervenção do PO e dos respetivos resultados com os principais resultados esperados associados a cada um dos Objetivos Temáticos contemplados no quadro de intervenção do PO, revelando o contributo do Programa para a sua prossecução. Por não ter sido mobilizada a PI 10ii, não são expectáveis os seguintes resultados, associados ao OT 10: acréscimo do nº de diplomados do Ensino Superior e do nº de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação. Esta situação limita o contributo do Programa para o cumprimento das metas da EU 2020 (cf. *Contributos para a Estratégia Europa 2020*).

- ✓ *Coerência e complementaridade com os PO Temáticos*

PO Competitividade e Internacionalização

A concretização dos OT 1, 2, 3, 7 e 11, os OT centrais deste Domínio na Região, deverá ser garantida pelo POR Lisboa e pelo PO Temático Competitividade e Internacionalização (PO CI). No entanto, ela resultará principalmente da intervenção do POR Lisboa, uma vez que o âmbito territorial do PO CI se encontra circunscrito, na maioria dos Eixos e PI contempladas, às Regiões de Convergência.

A intervenção do PO CI na Região de Lisboa será circunscrita apenas ao OT 7 (PI 7.1 e 7.3), com financiamento do Fundo de Coesão, existindo também a possibilidade, de acordo com o artigo 70.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 de 17 de Dezembro, deste Programa financiar intervenções no âmbito do OT 2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade (PI 2.3), embora esta PI tenha como território alvo as Regiões de Convergência. Por sua vez, o POR Lisboa não contempla estes OT, de acordo com o estabelecido no Acordo de Parceria, pelo que não existem riscos de sobreposição.

Tabela 3. Quadro de Intervenção do POR Lisboa e do PO CI, na Região de Lisboa

Objetivos Temáticos do Domínio Competitividade e Internacionalização	Quadro de Intervenção dos 2 Programas na Região de Lisboa	
	POR Lisboa	PO CI
OT 1 – Reforçar a Investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	PI 1a, 1b	-
OT 2- Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	-	2.3. (a)
OT 3 – Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola, das pescas e da aquacultura	PI 3a, 3b, 3c	-
OT 7 – Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas	-	PI 7.1, 7.3.
OT 11 – Reforçar a capacidade institucional e uma Administração Pública eficiente	-	-

(a) Embora o território alvo sejam as Regiões de Convergência, existe a possibilidade de financiamento de intervenções noutras regiões, de acordo com o artigo 70.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 de 17 de Dezembro.

Através do POCI, e no âmbito do OT 7 / PI 7.1, será possível financiar importantes projetos com incidência na Região e de grande relevância para acrescer a sua competitividade territorial de que são exemplo: (i) o Corredor ferroviário Sines / Lisboa / Setúbal – Caia – Madrid – Resto da Europa. Este projeto visa reforçar a ligação ferroviária a partir dos portos e cidades de Sines, Lisboa e Setúbal, tendo em vista o aumento da sua atratividade como porta de entrada na Europa, em especial na Península Ibérica, alargando o seu “hinterland” e articulando com outras ligações aos restantes portos; (ii) o Corredor ferroviário Lisboa – Porto, de modernização da Linha do Norte, espinha dorsal da Rede Ferroviária Nacional; e (iii) o desenvolvimento dos portos integrantes da RTE-T (Leixões, Lisboa e Sines, Aveiro, Setúbal e Portimão).

A PI 7.3 - Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos e com baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais, tem também como território alvo o Continente, pelo que existe a possibilidade de elegibilidade de investimentos por ela enquadrados, na Região de Lisboa.

A possibilidade de concretização dos objetivos associados a este Domínio na Região será limitada no caso do OT 2 e nos casos em que quer o POR Lisboa, quer o PO Temático não terão qualquer intervenção na Região. Estão fora de elegibilidade os investimentos enquadrados na PI 7.2 - Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RET-T e na PI 7.4, com menor relevância na Região.

PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

No que respeita à delimitação de fronteiras entre o PO Regional e o PO Temático SEUR, a Avaliação concluiu que foram observados os critérios definidos no Acordo de Parceria minimizando os riscos de sobreposição entre os quadros de intervenção de ambos os PO no Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. A Tabela seguinte permite identificar o perfil de intervenção dos dois Programas neste Domínio Temático específico.

Tabela 4. Quadro de Intervenção do POR Lisboa e do PO SEUR, na Região de Lisboa

Objetivos temáticos do Domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	Quadro de Intervenção dos 2 Programas na Região de Lisboa	
	POR Lisboa	PO SEUR
OT 4- Apoiar a transição para uma economia de baixo carbono	PI 4b,4c,e 4e	PI 1, 3, 4 e 5
OT6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos	PI 6c e 6e	PI 1, 2, 4 e 5
OT 5 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	-	PI 1 e 2

A complementaridade entre o POR Lisboa e o PO SEUR é garantida através da articulação dos dois Programas no que respeita ao perfil de intervenção temática e também pelo âmbito territorial e de beneficiários do PO SEUR, que garantem a sua potencial intervenção em todo o território da Região.

No que respeita ao OT 4, cabe exclusivamente ao PO SEUR “A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis” (PI 4a) e o “Desenvolvimento e a implantação de sistemas inteligentes de energia que operem a níveis de baixa e média tensão” (PI 4d), enquanto a “Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas”, cabe ao POR Lisboa (PI 4b).

As PI 4c “Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no sector da habitação” e 4e “A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana sustentável”, estão contempladas em ambos os PO. Os respetivos perfis de intervenção asseguram a relação de complementaridade na sua concretização na Região de Lisboa, não tendo sido identificados riscos de sobreposição: a intervenção nas infraestruturas da Administração Regional e Local e na habitação social de promoção pública, será apoiada através do POR Lisboa; e a intervenção nos edifícios e infraestruturas da Administração Central e na habitação (particulares), será apoiada através do PO SEUR.

Em matéria de mobilidade urbana sustentável, a intervenção do PO Regional é restrita aos planos municipais e intermunicipais de mobilidade sustentável, à promoção das condições para a utilização de modos suaves e à promoção da redução da poluição e da melhoria da qualidade do ar. A intervenção do PO SEUR está centrada na intervenção nos transportes públicos e da mobilidade elétrica. Contudo, algumas tipologias de ações carecem de melhor definição no sentido de acautelar sobreposições, p.ex., no que respeita a ações de promoção da mobilidade urbana sustentável / ecológica e do uso de transportes públicos, designadamente, do modo ferroviário.

No que respeita ao OT 6, os investimentos no setor dos resíduos e da água (PI 6a e 6b), bem como na proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos (PI 6d), serão exclusivamente apoiados pelo PO SEUR, enquanto

os investimentos na conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (PI 6c) serão apoiados exclusivamente através do POR Lisboa.

A PI 6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas (...), está contemplada em ambos os PO contribuindo para garantir a complementaridade na concretização da PI na Região de Lisboa. O POR Lisboa apoiará a regeneração e reconversão das áreas industriais obsoletas da antiga cintura industrial de Lisboa centrando a sua intervenção na recuperação e requalificação de edifícios e espaços públicos e o PO SEUR apoiará a resolução dos passivos ambientais em áreas prioritárias pré-definidas em que se incluem aquelas. A articulação destes investimentos assume particular importância para a regeneração de áreas industriais abandonadas como a Quimiparque, a Siderurgia Nacional e o Estaleiro Naval da Margueira.

As operações apoiadas pelo POR Lisboa no quadro do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial ou do Eixo 8, devem ser programadas e executadas em articulação com ações apoiadas pelo PO SEUR, como referido no texto do Programa, o que exige coordenação dos dois PO na programação dos investimentos a realizar, designadamente em matéria regulamentar e de conceção, de dotação financeira e de lançamento combinado dos concursos.

A mobilização de fundos do PO SEUR através do ITI assume particular importância no âmbito do OT 5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos e das respetivas Prioridades de Investimento, uma vez que este OT não se encontra contemplado no POR Lisboa e se reveste de grande importância na promoção de estratégias de desenvolvimento e qualificação urbana sustentáveis em territórios onde coexistem áreas de grande densidade urbana, sujeitas a fortes pressões, com áreas de grande valor ecológico afetadas por problemas, expostas a riscos específicos e que apresentam características que lhe conferem uma vulnerabilidade significativa a alguns efeitos das alterações climáticas, nomeadamente, por se tratar de uma zona com frente marítima.

A delimitação das intervenções do PO SEUR e do POR Lisboa garante também uma boa cobertura das prioridades da Estratégia Regional de Lisboa, verificando-se complementaridade entre os dois Programas na resolução das necessidades de desenvolvimento da Região. O PO SEUR cobre as prioridades da ERL que não são cobertas pelo POR Lisboa em matéria de recursos, serviços ambientais e riscos e Economia de baixo carbono, designadamente:

- Promover a resolução dos passivos ambientais, a redução da deposição em aterro, bem como a prevenção e reciclagem dos resíduos urbanos;
- Promover o aumento da resiliência territorial aos diferentes tipos de riscos naturais, gerando respostas adaptativas às alterações climáticas e desenvolvendo sistemas de gestão de catástrofes;

- Promover a produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, explorando o elevado potencial energético endógeno (solar, eólica, das ondas, biomassa florestal e agrícola, e biogás) e o recurso a tecnologias e a investimentos inovadores.

PO Inclusão Social e Emprego

A concretização dos OT 8 e 9 associados ao domínio da Inclusão Social e Emprego, na Região de Lisboa resulta quase exclusivamente da intervenção do POR Lisboa. O PO Temático Inclusão Social e Emprego apenas terá intervenção na Região no âmbito do seu Eixo 2 relativo à Iniciativa Emprego Jovem, prevista no quadro da PI 8ii, não elegível no PO de Lisboa, para a qual foi atribuída uma verba específica do Orçamento da UE. Este Eixo do PO ISE concentra todas as intervenções a nível nacional, para jovens até aos 30 anos, inseridas no quadro do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem, nomeadamente: (i) medidas no âmbito da educação e formação, complementares às previstas no Domínio do Capital Humano e que incidem sobre a qualificação destes jovens; (ii) medidas de apoio à transição entre a inatividade/sistema de educação e formação e o emprego; e (iii) medidas de apoio à criação de emprego para estes jovens, incluindo instrumentos que visam reforçar os apoios à criação do próprio emprego ou empresa por estes potenciais beneficiários. As intervenções a apoiar no âmbito deste Eixo pelo PO ISE têm um carácter complementar às apoiadas pelo POR Lisboa, nomeadamente, no âmbito da PI 8i e do EP 7, sobretudo em ações da PI 10i.

O quadro de intervenção do PO, principal e quase exclusivo instrumento de execução deste Domínio na Região, é limitado no que respeita à concretização plena dos OT 8 e 9 na Região, uma vez que, devido à exiguidade de recursos e à necessidade de focalização, o PO optou por não contemplar todas as PI associadas a estes Objetivos Temáticos:

- no caso do OT 8, o PO de Lisboa não contempla as PI 8vi e 8vii, ou seja o Programa não terá um contributo significativo para os objetivos de aumentar a permanência na vida ativa de indivíduos de níveis etários mais elevados (adultos seniores) e de aumentar a eficiência e a eficácia das instituições e estruturas de apoio ao mercado de trabalho; e
- o PO também não mobiliza a PI 9v, reduzindo o seu contributo para a capacitação das Organizações da Economia Social.

PO Capital Humano

A concretização do OT 10 - Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, objetivo central do Domínio Capital Humano, resultará exclusivamente da intervenção do POR Lisboa, de acordo com o estabelecido no Acordo de Parceria. O PO Temático Capital Humano não terá intervenção na Região, uma vez que o seu âmbito territorial se encontra circunscrito às regiões de Convergência.

O POR Lisboa mobilizou todas as PI associadas a este objetivo exceto a PI 10ii, assegurando contributos para a maior parte dos resultados esperados associados ao OT 10. Contudo, em virtude da não mobilização desta PI e considerando o tipo de ações que irá apoiar, o Programa não contribuirá para os objetivos e resultados que lhe estão associados, designadamente, melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior, acréscimo do nº de diplomados do Ensino Superior e acréscimo do nº de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação.

- *Coerência e complementaridade com intervenções nos Domínios da Agricultura e Desenvolvimento Rural e das Pescas*

O território da Área Metropolitana de Lisboa compreende importantes recursos naturais de solo e frente marítima e estuarina com uma componente de aproveitamento económico não despendida de exploração agrícola, pecuária e florestal e também piscatória e de aquacultura.

O Programa identifica as formas de demarcação entre a intervenção dos Fundos da política de coesão, o FEADER e o FEAMP, em conformidade com o estabelecido no Acordo de Parceria.

No enquadramento das políticas comuns (Agrícola e das Pescas e Assuntos Marítimos), o FEADER e o FEAMP financiam intervenções para as zonas rurais e para as zonas costeiras que poderão ser articuladas com financiamentos do FSE e do FEDER. Trata-se de intervenções cuja promoção deve ter por enquadramento estratégico e operacional as intervenções do DLBC, beneficiando da experiência de promoção e gestão dos Grupos de Ação Local (GAL) e dos Grupos de Ação Costeira (GAC) que no âmbito do atual período de programação 2007-2013 (com financiamento do Eixo 3 do ProDeR e do Eixo 4 do PROMAR, respetivamente) têm dinamizado iniciativas de base local de carácter económico-productivo e de serviços básicos às comunidades rurais e zonas costeiras.

A Tabela seguinte permite sinalizar algumas importantes complementaridades com intervenções/Prioridades de Investimento do POR Lisboa.

A sua leitura evidencia o seguinte:

- complementaridades de natureza económico-productiva, nomeadamente com PI do OT 3 mais ligadas à iniciativa das PME e com PI do OT 8 em áreas de apoio ao empreendedorismo e ao emprego a partir das intervenções FEADER orientadas para a Diversificação das atividades económicas nas zonas rurais;
- complementaridades em matéria de apoio à inovação de produtos, processos e mercados em que, sobretudo, os PO FEADER têm alguma tradição de apoio a produtores e criadores de áreas rurais;
- complementaridades no domínio do combate à pobreza e à exclusão social (terreno de intervenção da Prioridade 6 do Regulamento do FEADER) que podem combinar/articular com ações da PI 9i e da

PI 9vi, em matéria de regeneração física, económica, social e ambiental para as quais os GAL se têm mostrado bastante sensíveis e disponíveis para integrar parceiros territoriais, nomeadamente de carácter periurbano.

Tabela 5. Cruzamento entre Eixo Prioritários e Prioridades FEADER e FEAMP

EP PORK	Prioridades temáticas da Coesão	Prioridades FEADER	Prioridades FEAMP
4	Competitividade e inovação	1. Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais	1. Fomentar uma pesca e uma aquicultura inovadora, competitiva e baseada no conhecimento
1		2. Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar viabilidade das explorações agrícolas	5. Aumentar o emprego e a coesão territorial
5, 6 e 7		3. Promover a organização de cadeias alimentares e a gestão de riscos na agricultura	–
		6. Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais	–
4	Sustentabilidade ambiental e Coesão territorial	4. Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e da silvicultura	3. Promover uma pesca sustentável e eficiente em termos de recursos
3 e 4		5. Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos sectores agrícola, alimentar e florestal	4. Promover uma aquicultura sustentável e eficiente em termos de recursos
5		–	5. Aumentar o emprego e a coesão territorial
8		–	–
1	Formação de competências e Inclusão Social	1. Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais;	–
6		6. Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais;	
5 e 7		–	5. Aumentar o emprego e a coesão territorial

Legenda: Eixos Prioritários POR Lisboa: **E1** – Reforçar a investigação, desenvolvimento tecnológico e a inovação; **E2** – Competitividade das PME; **E3** - Economia de baixo carbono; **E4** – Ambiente e eficiência de recursos; **E5** – Emprego e mobilidade laboral; **E6** – Inclusão social e combate à pobreza; **E7** – Ensino e aprendizagem ao longo da vida. **E8** – Desenvolvimento urbano sustentável.

As intervenções DLBC constituem um instrumento privilegiado para promover a articulação entre os Fundos da Coesão, o FEADER e o FEAMP. O POR Lisboa refere explicitamente que os DLBC, com o objetivo de potenciar o impacto das respetivas EDL, podem beneficiar da complementaridade dos apoios dos vários fundos disponíveis incluindo FEADER e FEAMP, pelo que devem considerar a intervenção conjunta em coordenação com estes Fundos. A elaboração de Estratégias de Desenvolvimento Local por parte dos GAL e GAC da Região constituirá, assim, a oportunidade-chave para estabelecer as soluções mais eficazes e eficientes de articulação entre estes Fundos.

✓ *Coerência e complementaridade com outros instrumentos comunitários de apoio ao investimento*

A relação (de complementaridade e coordenação) do POR Lisboa com outros instrumentos comunitários de apoio ao investimento é apresentada na Secção do Programa dedicada à coordenação entre Fundos e com outros instrumentos de financiamento da União Europeia, nacionais e o BEI, designadamente, com os seguintes: Horizon 2020, COSME 2014-2023, LIFE, Europa Criativa 2014-2020, Programa para o Emprego e Inovação Social (EaSI), Instrumento Pré Adesão (IPA), Instrumento Europeu de Vizinhaça e Parceria (IEV) e Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

O Programa Horizon 2020 constitui o principal instrumento europeu para a investigação e inovação, para a comunidade de I&D&I, para a prossecução da estratégia do POR Lisboa, para a execução da EREIL e para atingir as metas da EE 2020, em particular: “ 3% do PBI da UE deve ser investido em atividades de I&D”. A operacionalização da relação de complementaridade e coordenação entre a execução do POR Lisboa e o Horizon 2020, deverá merecer especial atenção no plano da concretização da Estratégia de Especialização Inteligente.

O Programa COSME 2014-20 pretende contribuir para o reforço da competitividade e sustentabilidade das empresas da União, em especial das PME, incentivar a cultura empresarial e assim contribuir para a criação de emprego, para a evolução da sociedade do conhecimento e para o desenvolvimento dos países da UE, num crescimento económico equilibrado e sustentável.

No que respeita aos Meios Criativos e Indústrias Culturais, um dos domínios chave da ERL, o PO apoiará iniciativas empresariais em igualdade de circunstâncias com outros setores empresariais. A promoção do empreendedorismo criativo e qualificado, a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços bem como a valorização do património cultural, são objetivos do POR Lisboa que poderão ser potenciados com o recurso ao Programa Europa Criativa 2014-2020. A mobilização deste Programa na Região, poderá contribuir para a afirmação e mudança desejada no setor, principalmente no que respeita à internacionalização, inserção em redes, qualificação e capacitação do setor, fragilidades identificadas no diagnóstico regional.

A Iniciativa Comunitária ELENA (investimento na eficiência energética e nas energias renováveis) apresenta coerência e forte complementaridade com as opções estratégicas do POR Lisboa no âmbito do OT 4, contribuindo assim para acelerar o investimento nestas áreas e facilitar o atingimento dos objetivos e metas 2020.

Dada a centralidade que o âmbito temático destes instrumentos ocupa no POR Lisboa e a relevância dos apoios concedidos para a prossecução dos objetivos do PO face à escassez de recursos financeiros, será importante que a Autoridade de Gestão assuma uma atitude pró-ativa que permita maximizar as

oportunidades de complementaridade e coordenação de financiamento de projetos na Região extensiva a estes instrumentos.

Entre outras ações, será importante a identificação e divulgação de oportunidades de financiamento complementares dos apoios concedidos pelo PO, a coordenação institucional com as entidades chave setoriais para a identificação de oportunidades de investimento complementares, em particular no caso de projetos-chave com importância estratégica nos respetivos setores promovendo também a coordenação temporal da sua execução no âmbito do processo de seleção das operações e considerar a complementaridade com ações cofinanciadas por estes instrumentos de financiamento, como fator de discriminação positiva.

II.4. Princípios Horizontais

QA. 10 - As medidas planeadas são as adequadas para assegurar o respeito pelos princípios horizontais consagrados, designadamente, o princípio da parceria, o princípio da igualdade entre homens e mulheres, o da igualdade de oportunidades e da não discriminação e o do desenvolvimento sustentável?

A Avaliação permite concluir que o PO incorporou estes Princípios na sua conceção e programação, nomeadamente, ao posicionar-se de forma adequada em relação ao Princípio da Parceria, através do envolvimento dos *stakeholders* na fase da sua preparação e elaboração, constatando-se contudo, o seu menor envolvimento ao nível da programação. O Princípio da Parceria encontra-se também refletido na adoção de um modelo de governação multinível, no envolvimento dos *stakeholders* e no estímulo à criação de parcerias para a conceção e gestão de abordagens integradas de desenvolvimento territorial, as quais preveem o envolvimento de parceiros públicos, privados e associativos. Esta abordagem deverá contribuir para uma maior eficácia na implementação das intervenções integradas e na resposta aos desafios na Região, sendo decisivos os modelos de participação e de governação que vierem a ser adotados, designadamente, na sua conceção e implementação.

A análise realizada evidenciou também a integração da perspetiva de género, da igualdade de oportunidades e da não discriminação na programação do POR Lisboa, destacando-se o contributo das ações previstas nos Eixos 5 e 6 do Programa, para a promoção da participação da mulher no mercado de trabalho, para o combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social (com expressão significativa na Região de Lisboa), para a integração social e em particular no mercado de trabalho, de grupos vulneráveis de imigrantes e minorias, para o combate às discriminações e estereótipos e para a promoção da igualdade de acesso a equipamentos e serviços sociais e de saúde. A Avaliação constata também que as ações contempladas nestes domínios são adequadas face ao Diagnóstico.

Finalmente, o PO apresenta evidências da integração do Princípio do Desenvolvimento Sustentável, nas suas várias dimensões (ambiental, económica e social), dedica um eixo autónomo (EP 8) ao desenvolvimento urbano sustentável e prevê adequados mecanismos para a incorporação deste Princípio, em conformidade com o disposto no Acordo de Parceria.

✓ *Princípio da Parceria*

O Princípio da Parceria constitui um elemento chave para a consecução dos Objetivos da Estratégia Europa 2020 e um dos princípios fundamentais para a utilização dos FEEI ligados ao Quadro Estratégico Comum (QEC) da União Europeia.

A análise sobre a observância do Princípio da Parceria é amplamente desenvolvida no Ponto II.5 da Avaliação “Participação / Governação Multinível” e permitiu concluir o seguinte:

- O envolvimento e participação dos principais *stakeholders* na fase de preparação do POR Lisboa assentou, principalmente, na sua auscultação em momentos específicos para recolha de contributos de enriquecimento e “validação” dos Documentos que o suportam (PAR 2014-20 e EREIL 2014-20), designadamente, no que respeita à visão de futuro da Região, estabelecimento de prioridades e linhas de ação. Contudo, foi reduzido o seu envolvimento ativo na fase de programação, um processo essencialmente interno à CCDRLVT em interação com grupos de trabalho criados a nível nacional para definir as Cadeias de Programação dos PO Regionais. A constituição de grupos de trabalho setoriais e temáticos, abrangendo um leque mais vasto de atores, poderia ter contribuído para colmatar algumas das falhas identificadas no diagnóstico, fundamentando de forma mais sustentada alguma das opções do PO.
- Quanto às fases de execução, acompanhamento e avaliação do Programa, o POR Lisboa apresenta evidências da adoção de um modelo de governação multinível e do envolvimento dos *stakeholders*.

No que respeita às abordagens territoriais integradas, onde as questões do envolvimento de atores e da governança multinível, se colocam de forma particularmente atuante, o POR Lisboa prevê a adoção de soluções de governação que passam pela criação de parcerias envolvendo parceiros públicos, privados e associativos e a definição dos respetivos modelos de governação. O seu envolvimento efetivo depende, contudo, dos modelos de participação e governação que vierem a ser adotados na sua conceção e implementação.

✓ *Princípios da Igualdade de Género, da Igualdade de Oportunidades e da não discriminação*

O Programa contempla ações dirigidas, designadamente, aos seguintes resultados:

- Atenuação das desigualdades de género no que respeita à participação no mercado de trabalho, apoiando a inclusão sócio profissional da mulher no mercado de trabalho (ações previstas na Prioridade de investimento 8iv);
- Promoção da natalidade e da empregabilidade parcial através do apoio à concretização de medidas inscritas no PINEP; libertação da mulher dos cuidados familiares a dependentes (crianças e idosos), através da melhoria das redes de serviços de proximidade contribuindo para promover o emprego feminino (ações previstas nas Prioridades de investimento 8iv, 9iv, 9a e 10a);
- Melhoria das práticas das entidades empregadoras no que respeita à igualdade de oportunidades nos setores público, privado e cooperativo, no sentido de promover a igualdade de género no mercado de trabalho (ações previstas na Prioridade de investimento 8iv);
- Combate às discriminações e estereótipos com base no sexo, na orientação sexual, na violência de género e doméstica e no tráfico de seres humanos; acréscimo das respostas à proteção das vítimas e grupos vulneráveis, através de instrumentos específicos e de assistência (ações previstas na Prioridade de investimento 9iii);
- Capacitação e integração social e no mercado de trabalho de grupos vulneráveis, de imigrantes e de minorias étnicas (ações previstas nas Prioridades de investimento 9i e 9vi e 10iii); no entanto, é importante apostar em ações que promovam abordagens no sentido da valorização do potencial destes grupos em situação de desfavorecimento.
- Promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de qualidade incluindo para aqueles com necessidades educativas especiais (ações previstas nas Prioridades de investimento 10i e 10a).

As ações dirigidas à promoção da igualdade de género no mercado de trabalho, ao combate à pobreza e exclusão social, à igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e a serviços sociais e de saúde e à integração de imigrantes, são adequadas face às seguintes evidências apresentadas no Diagnóstico:

- diferenças de género assinaláveis no que respeita à participação no mercado de trabalho e ao ganho médio mensal;
- persistência de diferenças assinaláveis entre os géneros na percentagem de mulheres empregadas a trabalhar por conta própria (em 2011 era 11,5%, inferior aos 12,9% nos homens);
- ausência de estratégias de incentivo à natalidade e de estímulo à conciliação ente vida profissional e familiar;
- persistência de territórios com deficiências na oferta de serviços sociais, nomeadamente, dirigidos a crianças e idosos;

- persistência de fenómenos de pobreza e exclusão social na Região de Lisboa; e
- presença de imigrantes na Região, que em 2011, representavam 6,7% da população.

Quanto às ações dirigidas ao combate à violência e às discriminações com base no sexo⁷ e em outros fatores, são adequadas na medida em que permitem agir quer ao nível da prevenção através da sensibilização de públicos, quer ao nível das respostas, visando a proteção de vítimas. Tendo presente o conhecimento disponível sobre a existência de um perfil de agressor, mas também de um perfil de vítima, torna-se importante que sejam previstas ações de intervenção junto dos agressores, bem como ações que permitam a permanência das vítimas no seu ambiente, garantindo a saída do agressor (em lugar do que atualmente acontece).

No sentido de assegurar a inclusão dos princípios da Igualdade de género, da Igualdade de oportunidades e da não discriminação, deverão ser contemplados mecanismos quer ao nível do sistema de monitorização e acompanhamento, quer ao nível da seleção dos projetos, que reforcem a integração destes princípios na gestão do Programa e que potenciem os resultados esperados. As debilidades do diagnóstico regional relativamente a algumas destas dimensões, reforçam a necessidade de investimento num sistema de indicadores que permita a sua monitorização e a definição de objetivos e metas realistas.

✓ *Princípio do Desenvolvimento Sustentável*

No que respeita ao princípio do desenvolvimento sustentável, o POR Lisboa dedica um Eixo Prioritário ao desenvolvimento urbano sustentável (EP 8) e dois Eixos Prioritários (3 – Economia de Baixo Teor de Carbono e 4 – Preservar e Proteger o Ambiente e Promover a Utilização Eficiente de Recursos), aos Objetivos temáticos centrais do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, criando condições para enquadrar intervenções de sustentabilidade ambiental.

A intervenção do PO em matéria de consumo e eficiência energética e mobilidade sustentável, demonstra o efeito potencial do Programa na redução de consumos e da dependência de combustíveis fósseis, ao nível das empresas e do parque edificado público (Administração Regional e Local e habitação de promoção pública) e sistemas de iluminação pública (da responsabilidade da Administração Local) no apoio a ações que favorecem a implementação e utilização de modos de transporte suaves na área de intervenção, evidenciando também a concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitárias associadas a estas matérias (Eixos Prioritários 3 e 8).

⁷ A Avaliação considera, no entanto, que a incorporação do Princípio da Igualdade de Género teria beneficiado do envolvimento e participação da Comissão para a Igualdade de Género (CIG), registando a sua ausência nas sessões temáticas que tiveram lugar na fase de elaboração do PAR e também noutros momentos de participação e consulta pública.

No que refere à qualificação territorial, releva-se a intervenção do PO ao nível da valorização do património natural e cultural, na proteção e valorização de áreas sensíveis, ecossistemas e biodiversidade, na qualificação ambiental e urbanística de áreas industriais obsoletas prevendo a sua reconversão e evitando a ocupação de novas áreas, na requalificação urbanística de áreas críticas e regeneração física de comunidades urbanas desfavorecidas (Eixos Prioritários 4 e 8). Trata-se de domínios de intervenção que atestam o contributo potencial do Programa para a sustentabilidade ambiental e urbana, em matéria de otimização da gestão do recurso solo, contrariando tendências de expansão urbana e estimulando a otimização da gestão dos serviços urbanos.

O perfil de intervenção do Programa determina que ao nível da proteção contra riscos naturais, tecnológicos e mistos e da promoção da resiliência e adaptação às alterações climáticas, o impacto será muito reduzido. Contudo, a observância do Princípio do Desenvolvimento Sustentável não se esgota nas operações apoiadas no domínio temático da Sustentabilidade e Eficiência de Recursos, sendo garantida de uma forma mais transversal através da adoção de princípios orientadores para a seleção de operações e de medidas que garantem a sua aplicação na programação e implementação do Programa, apresentadas na Secção 11.1. *Desenvolvimento Sustentável*. Contudo, o POR Lisboa não contempla a integração, quando relevante, de critérios de seleção dos projetos, relativos à mitigação das alterações climáticas, prevenção de catástrofes e prevenção de riscos.

O contributo do Programa para o pilar económico do desenvolvimento sustentável é visível: no apoio ao setor exportador, fomentando o crescimento da produção de elevado valor acrescentado; e no apoio ao crescimento da economia verde e azul, estimulando o mercado de serviços energéticos, associando a investigação, o desenvolvimento tecnológico e empresarial ao aproveitamento de oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, com destaque para o mar, dada a sua centralidade na Estratégia de Especialização Inteligente, apoiando a utilização sustentável dos recursos naturais associada ao turismo, p.ex., apoiando os serviços dos ecossistemas, com impacto nas economias locais e na criação de emprego.

O PO terá também uma intervenção muito significativa ao nível do pilar social do desenvolvimento sustentável, designadamente, ao nível da promoção da sustentabilidade e qualidade do emprego, da adequação entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida.

A Avaliação recomenda o reforço da incorporação deste princípio no Programa, atribuindo maior relevância à promoção, de forma transversal, da sustentabilidade ambiental e da economia verde e à demonstração da sustentabilidade económica e social das operações, quando aplicável.

II.5. Participação / Governação multinível

QA. 11 - Em que medida a participação dos stakeholders fundamentais do PO no processo de programação (e respetivos resultados) é a mais adequada?

A análise efetuada revelou que o envolvimento e participação dos principais *stakeholders* na fase de preparação do POR Lisboa, assentou principalmente na sua auscultação em momentos específicos para recolha de contributos de enriquecimento e “validação” dos Documentos que o suportam (PAR 2014-20 e EREI de Lisboa), tendo sido minimizado o seu envolvimento ativo na fase de programação em que o processo, embora envolvendo algumas reuniões com um número limitado de entidades, foi essencialmente interno à CCDRLVT em interação com grupos de trabalho criados a nível nacional para a elaboração e validação das Cadeias de Programação.

No contexto do ciclo de programação 2014-2020 dos fundos comunitários, o envolvimento dos principais *stakeholders* ganha uma importância acrescida. O Documento “O Princípio da Parceria na utilização dos Fundos do Quadro Estratégico Comum – elementos para um código de conduta europeu relativo ao Princípio de Parceria”, menciona que os parceiros devem participar ativamente em todo o ciclo do Programa - preparação, implementação, acompanhamento e avaliação.

A Avaliação identificou os momentos e mecanismos de envolvimento e participação dos *stakeholders* no processo de elaboração do Programa Operacional de Lisboa e do conjunto de documentos que o suportam, nomeadamente o Diagnóstico e o Plano de Ação Regional (PAR Lisboa, 2014-2020):

- Consulta, enriquecimento e validação por parte dos principais *stakeholders* de setores e domínios temáticos relevantes do trabalho técnico desenvolvido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com base em Estudos existentes e na experiência e conhecimento dos seus técnicos;
- Reunião do Conselho Regional para apreciar o Documento Referencial para a Elaboração do PAR Lisboa, na fase inicial de arranque dos trabalhos, discutindo aspetos relevantes a ter em consideração e validando o caminho a seguir;
- Realização de uma Sessão Pública de apresentação dos principais desafios na preparação do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, a qual contou com mais de 130 participantes;
- Realização de 11 Sessões Temáticas, sob a forma de *focus group* e envolvendo um conjunto de mais de 100 entidades e personalidades regionais relevantes para a discussão e validação do diagnóstico efetuado, para a definição de uma visão para a Região e para a aferição de expectativas dos atores

regionais face ao período de programação 2014-2020, nomeadamente em relação às prioridades estratégicas e aos domínios prioritários de investimento do futuro POR Lisboa;

- Consulta Pública a todos os cidadãos, através da disponibilização de um formulário, assente, sobretudo, na recolha de informação sobre prioridades para a Região e projetos estruturantes.

Na fase de programação, o envolvimento dos *Stakeholders* concretizou-se através dos seguintes procedimentos:

- ✓ Realização de reuniões de trabalho com diversas entidades, nomeadamente, Instituições do Ensino Superior, Organismos desconcentrados da Administração Pública (setoriais), parceiros regionais (Conselho Metropolitano e Municípios) e Associações de Desenvolvimento.
- ✓ Consulta Pública do Relatório Preliminar da AAE. No âmbito deste processo foi também disponibilizada uma versão de trabalho do POR Lisboa (datada de 21 de Fevereiro de 2014) sobre a qual se pronunciaram diversas entidades, fornecendo os seus contributos para a versão final do PO⁸.

Apesar de os principais *stakeholders* terem sido chamados a participar e a dar o seu contributo para o Plano de Ação Regional, o seu envolvimento na elaboração do Programa e na definição e priorização de ações a apoiar face ao quadro de intervenção do PO foi menos relevante não tendo sido registados contributos significativos de conhecimento setorial e horizontal para colmatar insuficiências identificadas no diagnóstico ou que fundamentassem de forma mais sustentada alguma das opções do PO mas também para garantir a melhor adequação da programação.

QA. 12 - As medidas que se preveem adotar para o seu envolvimento na respetiva implementação do programa (no respeito pelo princípio do partenariado e governação multinível) são as mais adequadas?

O Programa apresenta evidências da adoção de um modelo global de governação multinível, do envolvimento dos *stakeholders*, designadamente na Comissão de Acompanhamento e do estímulo à criação de parcerias de âmbito sub-regional e local, para a conceção e implementação das abordagens territoriais integradas, onde a participação de atores relevantes para os processos de desenvolvimento regional e a governança multinível se colocam de forma particularmente atuante.

⁸ Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., CCDR Centro, Conselho Metropolitano de Lisboa, Direção Geral do Território (DGT), Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT), Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Câmara Municipal do Seixal, QUERCUS, Federação Minha Terra e Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES).

A arquitetura institucional do modelo de governação do POR Lisboa carece contudo de ajustamentos e de aprofundamento em conformidade com o DL nº 137/2014 de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos FEEL.

O Programa apresenta as seguintes evidências da adoção de um modelo global de governação multinível, de envolvimento dos *stakeholders* e do estímulo à criação de parcerias, na fase de implementação:

- O reforço da articulação intersectorial concentrando num único PO os diversos domínios de política pública de forma a favorecer a adequação dos programas e projetos às necessidades e especificidades territoriais e a potenciar as abordagens integradas;
- O envolvimento de vários parceiros relevantes através do estabelecimento de uma Comissão de Acompanhamento do Programa, não estando ainda suficientemente desenvolvida a sua composição e funções.
- A mobilização de instrumentos (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa, Ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável, DLBC e CLDS) que promovem soluções de governação às escalas sub-regional e local, assentes na concertação estratégica e operacional de parceiros públicos, privados e associativos que atuam no território, através de constituição de parcerias alargadas que deverão garantir o envolvimento daqueles na conceção e implementação de estratégias de desenvolvimento. Estes instrumentos deverão incluir obrigatoriamente os respetivos Programas de Ação e Modelos de Governação que assegurem o envolvimento e responsabilidade dos parceiros na execução das operações e na utilização integrada dos financiamentos e os mecanismos de liderança, participação e acompanhamento.

Para a elaboração e implementação dos Programas de Ação deverão ser mobilizadas as instituições e os atores, em coerência com o quadro de intervenção, garantindo a adequação às necessidades dos territórios e a maximização das oportunidades e das sinergias entre operações de investimento. A relação com o quadro institucional existente pode ser potenciada através do envolvimento de algumas entidades que detêm já um papel relevante no processo de governação multinível (p.ex., os Conselhos Locais de Ação Social e as Plataformas Supra Concelhias do Programa da Rede Social, que cobre todo o território nacional).

Os modelos de participação devem garantir que o envolvimento das populações é efetivo na discussão e conceção de estratégias, potenciando a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, da iniciativa de comunidades locais, e dos ensinamentos positivos de algumas abordagens *top-down*, que não se limitam a mecanismos de

auscultação.

No caso da implementação das DLBC, o envolvimento de atores poderá ainda beneficiar da criação de equipas de animação territorial/interinstitucional, que funcionem como elementos de interligação interentidades e entre entidades e comunidades.

- O envolvimento do órgão de coordenação da Área Metropolitana de Lisboa no processo de execução de Fundos e do POR Lisboa, como entidade gestora do Pacto.

Contudo, as matérias relacionadas com a articulação institucional mostram-se particularmente pertinentes (e problemáticas) em face do quadro de governança de um Programa Operacional que acolhe uma heterogeneidade assinalável de Domínios Temáticos que se deparam com uma rede densa de tutelas setoriais da Administração Pública, com atribuições e competências repartidas por entidades à escala central, regional e local.

A arquitetura institucional do modelo de governação do POR Lisboa carece ainda de ajustamentos e de aprofundamento em conformidade com o DL nº 137/2014 de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos FEEI, designadamente no que respeita (i) à composição e competências da Comissão de Acompanhamento; (ii) ao órgão de acompanhamento das dinâmicas regionais (CCDRLVT), referindo os mecanismos que garantem o seu papel na governação do POR Lisboa, designadamente a articulação com as estratégias regionais cujo processo de planeamento é da sua responsabilidade, nomeadamente a EREIL; (iii) à definição e competências dos Organismos Intermédios; (iv) ao funcionamento das redes temáticas de articulação funcional, que irão constituir importantes mecanismos de governação, bem como à forma de participação nestas redes, da Autoridade de Gestão, da CCDRLVT e das entidades nacionais setoriais. A governação regional no que respeita à EREIL e à estruturação do sistema científico e tecnológico passa em parte por este instrumento de governação.

A constituição prevista de uma Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais dos Fundos da Coesão, poderá vir a proporcionar, no patamar da orientação política, uma maior valorização das iniciativas e atividades de coordenação de intervenções, não só em vista da maior eficácia e eficiência mas também da observância dos diversos Princípios Horizontais.

O modelo de governação do PO, deverá traduzir claramente como será garantida e potenciada a articulação com as estratégias regionais, com as políticas setoriais e os atores regionais mais relevantes, bem como com estruturas de concertação já existentes, promovendo a sua participação, p.ex., na Comissão de Acompanhamento, como organismos intermédios ou ainda na elaboração de regulamentação específica e na seleção de projetos. Trata-se de uma abordagem fundamental quer para assegurar a implementação das políticas públicas, quer no interface com os PO Temáticos, na mobilização de recursos e parceiros para a

maximização dos resultados dos projetos candidatados e, ainda, na articulação com outros instrumentos de política e de financiamento.

QA. 13 - Existem mecanismos de articulação e coordenação das intervenções dos vários Fundos e são estes os mais eficazes?

Está identificada a demarcação entre a intervenção dos vários Fundos, bem como instrumentos e mecanismos para promover a articulação e coordenação entre Fundos no âmbito das abordagens territoriais integradas e a não duplicação de elegibilidades.

As relações de coerência e complementaridade com outros Fundos (FC, FEADER e FEAMP) e as possibilidades de articulação e coordenação das respetivas intervenções, são amplamente evidenciadas na resposta à QA sobre coerência externa, em que é analisada a relação com outros instrumentos de apoio ao investimento público (PO Temáticos, FEADER, FEAMP e outros instrumentos).

A delimitação de fronteiras entre o PO Regional e os PO Temáticos na observância dos critérios definidos no Acordo de Parceria, determinou a coerência e complementaridade com o PO SEUR que irá mobilizar o Fundo de Coesão. No que respeita à articulação e coordenação com o FEADER e o FEAMP, o Programa identifica também as formas de demarcação entre a intervenção dos Fundos da política de coesão e estes Fundos, em conformidade com o estabelecido no Acordo de Parceria.

A Avaliação sinaliza algumas importantes complementaridades com intervenções/Prioridades de Investimento de natureza económico-produtiva a partir de intervenções FEADER orientadas para a diversificação de atividades económicas em zonas rurais, em matéria de apoio à inovação de produtos, processos e mercados e no domínio do combate à pobreza e exclusão social, em que os instrumentos DLBC do POR Lisboa constituem oportunidade para a articulação de Fundos.

Quanto aos mecanismos previstos pelo Programa para promover a articulação e coordenação entre Fundos, destacam-se as abordagens territoriais integradas, designadamente o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa e as intervenções DLBC, como instrumentos privilegiados para concretizar esse objetivo.

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa será o instrumento privilegiado para articular financiamentos FEDER, FSE e FC, prevendo-se a elaboração de um Programa de Ação integrado que contemple intervenções a financiar por estes Fundos. As intervenções DLBC podem beneficiar da complementaridade dos apoios dos vários fundos comunitários disponíveis (FEADER, FEAMP,

FSE e FEDER) em função da EDL delineada, devendo o Programa de Ação e o Modelo de Governação refletir a utilização integrada desses fundos. A elaboração de Estratégias de Desenvolvimento Local por parte dos GAL e GAC da Região constituirá a oportunidade-chave para estabelecer as soluções mais eficazes e eficientes de articulação entre estes Fundos.

A não duplicação de elegibilidades entre Fundos será aprofundada através da formulação de documentos orientadores produzidos pelos órgãos de coordenação que explicitem as áreas de intervenção cobertas por cada Fundo. Em sede de regulamentação específica serão adotados critérios de delimitação no que respeita à mobilização das Prioridades de Investimento no quadro do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa e das intervenções DLBC.

Neste processo serão também de grande importância os mecanismos que vierem a ser definidos em matéria de coordenação operacional (setorial e territorial) entre Fundos e monitorização das abordagens territoriais integradas que deverão ser, em grande medida, assegurados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão com a colaboração dos vários Programas Operacionais e as entidades responsáveis pela coordenação do FEADER e do FEAMP.

II.6. Indicadores, monitorização e avaliação

QA. 14 - Os indicadores de realização e resultado previstos para o PO cobrem de forma adequada e suficiente os seus principais objetivos e prioridades temáticas, permitindo medir bem o seu desempenho global?

QA. 15 - Os indicadores de resultado, embora em número limitado, permitem aferir os progressos na concretização dos objetivos (para o grupo, território, setor ou outra finalidade)?

QA. 16 - São suficientemente próximos das intervenções apoiadas, de modo a não serem afetados por fatores externos à intervenção, permitindo avaliar em que medida cobrem as principais mudanças atribuíveis ao PO?

II.6.1. Relevância e pertinência dos indicadores

A análise de conjunto dos indicadores constantes do POR Lisboa evidencia uma intenção e um esforço de criação de uma bateria de indicadores restrita, integrando Indicadores Comuns Comunitários e Indicadores propostos e trabalhados no âmbito da preparação das Cadeias de Programação Temáticas, seguindo as orientações comunitárias e nacionais. No entanto, em alguns casos, considera-se que os indicadores não são os mais adequados, suficientemente específicos ou com capacidade de cobertura de modo a aferir o desempenho do Programa no alcance dos resultados a que se propõe e apresentam formulações nem sempre claras e inequívocas.

A forte orientação da programação 2014-2020 para a produção de resultados e para o reforço da transparência, amplia a centralidade e a relevância da definição do sistema de indicadores dos Programas Operacionais de modo a aferir o seu desempenho e os resultados alcançados.

De forma a melhorar o quadro de indicadores de monitorização e avaliação do PO e tendo em vista torná-lo num instrumento eficaz e eficiente no acompanhamento da respetiva “performance”, dos progressos na concretização dos objetivos e na medição dos resultados, foram analisados todos os indicadores tendo em consideração a seguinte perspetiva:

- *Os Indicadores de Realização* devem estar diretamente relacionados com a tipologia de ações realizadas/projetos apoiados, devendo ser suficientemente abrangentes para conseguir refletir a diversidade de apoios concedidos ou, então, incidir sobre as ações que se pretende apoiar maioritariamente em determinada Prioridade de Investimento;
- *Os Indicadores de Resultado* devem permitir aferir os resultados que o POR Lisboa pretende obter com determinado Objetivo Específico, tendo em consideração as tipologias de ações a apoiar.

Neste entendimento, a Avaliação alerta para a necessidade de uma reflexão mais aprofundada acerca do enunciado dos resultados esperados ao nível dos Objetivos Temáticos e segundo as Prioridades de Investimento selecionadas, nomeadamente, seguindo as orientações do Acordo de Parceria que, na apresentação dos resultados esperados dos diferentes Objetivos Temáticos, explicita as dimensões de aferição das quais decorrem indicadores de resultado, conforme referido em conteúdos do AP.

Adicionalmente aos indicadores de realização e resultado incluídos no POR Lisboa, em número bastante restrito, com regras definidas pelos Regulamentos Comunitários e de acordo com orientações de normalização a nível nacional, recomenda-se que o Programa defina, para cada um dos Objetivos Específicos/Prioridades de Investimento, um conjunto de indicadores de monitorização e avaliação mais enriquecedores para alimentar a resposta a dimensões operacionais e estratégicas de Gestão, Acompanhamento e Avaliação do PO, enquadrando, igualmente, os indicadores definidos do âmbito da AAE.

A análise efetuada ao sistema de indicadores proposto permite evidenciar as seguintes conclusões:

- Existência de indicadores de resultado e de realização quantitativos para todas as Prioridades de Investimento, integrando os Indicadores Comuns Comunitários e Indicadores propostos no Acordo de Parceria e nos Grupos de Trabalho Temáticos, seguindo as orientações comunitárias e nacionais.
- Os indicadores de resultado, de uma forma geral, são adequados e relevantes, ainda que em alguns casos não permitam aferir de forma direta os resultados e mudanças que se espera do Programa.

- Os indicadores de realização nem sempre refletem a diversidade de ações previstas, apresentando insuficiências na sua capacidade para monitorizar o desempenho do Programa.

No Anexo 7, apresenta-se um conjunto de comentários aos indicadores propostos no Programa, incluindo a sugestão de indicadores adicionais.

QA. 17 - Esses indicadores apresentam uma designação inequívoca e uma definição clara proporcionando uma interpretação normativa? QA. Está devidamente enunciada a sua forma de cálculo?

A análise efetuada aos indicadores propostos para o Programa evidencia que a maioria dos indicadores está expressa de forma clara e inequívoca. No entanto, existem casos pontuais onde uma formulação alternativa do indicador poderia contribuir para uma interpretação mais universal do que se pretende medir (cf. Anexo 7). Apesar de a fórmula de cálculo não estar enunciada, o modo como a maioria dos indicadores se encontra formulado indicia como será calculado.

II.6.2. Adequação / realismo das baselines e metas

QA. 18 - As fontes de dados para o estabelecimento dos pontos de partida e para os valores das metas são conhecidas?

QA. 19 - Está garantida a robustez – fiabilidade das fontes de dados, representatividade das amostras, para o caso dos indicadores de resultado FSE?

O Programa identifica as fontes de dados a utilizar em todos os indicadores. No que se refere aos *Indicadores de Resultado das Prioridades de Investimento FEDER* os valores são definidos com base em estatísticas produzidas por entidades nacionais ou inquéritos de base comunitária, regra geral de periodicidade anual ou bienal, p.ex., Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (BD Thompson – Reuters, Inquérito Comunitário à inovação), Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, INE (Sistema de Contas Integradas das Empresas), Direcção-Geral de Energia e Geologia e ICNF. Face a natureza oficial das fontes dos dados considera-se que está assegurada a sua fiabilidade, assim como o processo de recolha periódica de informação.

Os *Indicadores de Resultado das Prioridades de Investimento FSE* são alimentados, sobretudo, com base no Sistema de Informação do PO, não existindo informação sobre os mecanismos de recolha da informação e respetivos métodos de cálculo, nomeadamente se se referem ao universo de projetos apoiados ou a uma amostra. Dada a ausência de informação não se consegue aferir a robustez e fiabilidade dos dados a utilizar nestes indicadores, nem se as amostras (a existirem) serão representativas.

Os *Indicadores de Realização do FEDER e do FSE* serão alimentados pelo próprio Sistema de Informação do Programa, devendo o mesmo ser montado de forma a recolher e devolver os dados necessários para o cálculo dos indicadores, no entanto, face à experiência que as entidades envolvidas na gestão do PO têm do anterior período de programação não se antevem problemas na recolha desta informação.

QA. 20 - Os valores de partida (baselines) e os valores das metas estão devidamente calculados, sendo clara e explícita a sua forma de cálculo?

QA. 21 - A situação de referência (baseline) definida para os indicadores do PO (incluindo os indicadores comuns europeus previstos na proposta de regulamento e que se aplicam ao mesmo, face às ações que prevê apoiar), quando possível/aplicável, está devidamente fundamentada?

QA. 22 - As metas propostas no âmbito do quadro de performance, incluindo as metas ou objetivos intermédios (milestones). são realistas e adequadas face aos objetivos e prioridades do PO?

O POR Lisboa contempla a quantificação da generalidade dos indicadores, quer em termos de valores de partida como de metas, incluindo as metas intermédias para os indicadores incluídos no Quadro de Desempenho.

Relativamente aos valores de partida, considera-se que estão devidamente fundamentados, uma vez que assentam na utilização de fontes oficiais de informação estatística ou se se baseiam no conhecimento detido pela Autoridade de Programação sobre intervenções semelhantes.

No caso da maioria das metas o valor definido teve por base, sempre que foi possível, um dos seguintes elementos: (i) tendência de evolução recente do indicador; (ii) padrão de utilização de instrumentos de financiamento semelhantes no passado; e (iii) custos/padrão definidos por entidades especializadas. De uma forma geral, os valores apresentados são bastante realistas, mas em alguns casos de reduzida ambição, nomeadamente, face aos objetivos e resultados que se pretende alcançar com o PO. De uma forma geral, as metas intermédias apresentam valores prudentes, refletindo uma abordagem cautelosa no período inicial da programação. De referir, no entanto, que existem indicadores de realização e de resultado do FSE para os quais não existe histórico na Região, tendo as metas sido estabelecida com alguma incerteza, sendo provável que venha a existir a necessidade de posterior ajustamento em função dos níveis de execução.

II.6.3. Capacitação administrativa, sistemas de informação, monitorização e avaliação

QA. 23 - Os dispositivos previstos para assegurar a monitorização e a avaliação do PO levam em consideração a experiência de anteriores períodos de programação e o contexto institucional do país (em particular no que respeita à coordenação entre fundos, sistema de informação de suporte e de avaliação, capacitação institucional e simplificação administrativa)?

QA. 24 - Os recursos previstos para esse efeito são adequados (em quantidade e qualidade), no quadro das restrições existentes?

QA. 25 - Os dispositivos previstos têm em conta os objetivos de simplificação para os beneficiários e também para os serviços responsáveis pela gestão e monitorização do PO?

A eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de governança, gestão e acompanhamento constituem elementos-chave que condicionam ou facilitam uma boa implementação e execução dos Programas Operacionais. Neste sentido, é importante acautelar, na fase de conceção do Programa, que o modelo de governança e o sistema de gestão e acompanhamento a adotar tenham em consideração objetivos de simplificação e assegurem de forma clara todas as atividades associadas ao processo de implementação do POR Lisboa (2014-2020), devendo contemplar mecanismos que possibilitem alguma flexibilidade e capacidade de adaptação ao longo da sua vigência.

Paralelamente, é indispensável providenciar as condições materiais e imateriais (recursos humanos em quantidade e com habilitações e competências, instalações, equipamentos, consultoria externa, ...) necessárias e suficientes para realizar as atividades de gestão, acompanhamento e avaliação.

A resposta a esta QA remete, entre outros, para os seguintes aspetos: definição clara das funções dos vários órgãos de gestão (p.ex., Autoridade de Gestão, Organismos Intermédios, Comissão de Acompanhamento, Organismo Pagador, Autoridade de Auditoria, Autoridade de Certificação) e das suas atribuições e responsabilidades (exaustividade, complementaridade e não sobreposição); a identificação dos graus e dos modos de organização e articulação entre entidades envolvidas; forma como o conhecimento e qualidade da gestão são valorizados; perfil de recursos humanos afetos ao PO (quantidade, habilitações, competências, experiência, funções, ...); capacidade administrativa prevista (instalações, equipamentos, TIC, ...); e planos de desenvolvimento e capacidades de competências.

No tocante às dimensões relacionadas com o modelo de governação e a capacitação administrativa, o Programa transpõe os conteúdos constantes no Acordo de Parceria.

A arquitetura funcional do Modelo de Governação, é constituída por diferentes níveis: (i) um nível de coordenação política (Comissão Interministerial de Coordenação); (ii) um nível de coordenação técnica geral dos FEEI; (iii) uma Autoridade de Auditoria; (iv) uma Autoridade de Certificação; (v) e a um nível mais operacional, as Autoridades de Gestão dos PO e as respetivas Comissões de Acompanhamento.

Este Modelo, conforme assinalado na Avaliação *ex ante* do Acordo de Parceria, representa, com as devidas alterações decorrentes da necessidade de articulação dos vários FEEI, “uma solução de continuidade com o modelo seguido no período QREN, mobilizando e capitalizando competências e experiências adquiridas ao nível nacional (tanto na coordenação como na gestão, no controlo e na monitorização e avaliação), ao nível regional (CCDRs) e, mesmo, sub-regional (CIMs e Áreas Metropolitanas)”.

Sendo um Modelo de continuidade considera-se que, face ao Modelo adotado no período de programação 2007-2013, tem a “vantagem” de a Coordenação Política passar a abranger os vários domínios temáticos e

sectoriais dos FEEI, existindo, igualmente, uma simplificação da Coordenação Técnica com a fusão na ADC de vários organismos com responsabilidades diferenciadas no QREN.

O sucesso de aplicação dos fundos comunitários e de aplicação deste Modelo dependerá, no entanto, em grande medida dos meios (humanos e técnicos) que forem mobilizados e das suas competências, assim como da simplificação dos mecanismos regulamentares e dos procedimentos administrativos, não existindo informação que permita aferir se serão os mais adequados. A este respeito, a Equipa de Avaliação considera que a composição do futuro Secretariado Técnico deverá, por um lado, capitalizar a experiência e o conhecimento do Secretariado Técnico do POR Lisboa 2007-2013, e por outro, ser reforçada com elementos com competências nas áreas do FSE, que neste período de programação foram integradas no PO Regional.

Relativamente à organização interna da Autoridade de Gestão, a versão do Programa em avaliação é omissa, considerando a Equipa de Avaliação que deveriam ser definidos três níveis: um nível de direção; um nível técnico específico para cada área de intervenção do Programa; e um nível técnico de apoio transversal, abrangendo as áreas relativas a sistemas de informação, qualidade e controlo, comunicação, gestão de recursos humanos e assessoria jurídica.

A respeito da simplificação administrativa e redução dos encargos administrativos, o Programa transpõe as medidas previstas no AP, as quais se forem efetivamente aplicadas poderão contribuir para uma simplificação para os beneficiários e também para os serviços responsáveis pela gestão e monitorização do PO. De entre as medidas previstas, destaca-se a criação do Balcão único de Candidatura, a criação de um Quadro Regulamentar Nacional, a normalização de formulários eletrónicos comuns e a criação de Base Única de Promotores.

Tendo em consideração o estado em que se encontra o exercício de programação (com indefinição em alguns aspetos-chave da própria programação e das soluções concretas a adotar na operacionalização), a pressão que existirá para, uma vez aprovados formalmente, os Programas Operacionais serem rapidamente implementados e que vai coincidir com o encerramento do QREN (com envolvimento do Secretariado Técnico do PO e da própria ADC), importa acautelar uma adequada previsão de recursos (tempo e materiais) para concretizar as intenções de simplificação apontadas.

Relativamente ao sistema de informação, monitorização e avaliação do Programa a informação conhecida refere que, para além dos indicadores de realização e resultado e dos indicadores do quadro de desempenho que constam no Programa, existirá um conjunto de indicadores-chave de acompanhamento ao nível do Acordo de Parceria e indicadores de monitorização ao nível das estratégias regionais (p.ex., indicadores de monitorização do Plano de Ação Regional) e ao nível das estratégias nacionais que enquadram as intervenções a serem financiadas pelos FEEI (p.ex., Estratégia para a Eficiência Energética). No entanto, a

atenção das várias entidades envolvidas na programação, até ao momento, tem-se centrado na estabilização e harmonização dos indicadores de realização e resultados e do quadro de desempenho, assim como na definição das *milestones* e metas, não existindo ainda informação concreta sobre este sistema essencial para assegurar o acompanhamento e monitorização do Programa.

Neste domínio, considera-se que, na montagem do sistema de monitorização e informação, deverá ser mobilizada e capitalizada a experiência do Observatório do QREN (integrado na ADC) e das Autoridades de Gestão do período 2007-2013, bem como a experiência do Observatório das Dinâmicas Regionais, imprimindo maior eficácia e eficiência ao Sistema e contribuindo, igualmente, para agilizar a fase de arranque e operacionalização efetiva do Programa. Assim, avalia-se de forma positiva o esforço que tem sido realizado de harmonização da bateria de indicadores a incluir no Programa, bem como a intenção de criação de uma plataforma única para todos os FEEI, Programas Operacionais e beneficiários.

QA. 26 - Que avaliações devem ser promovidas para aferir, designadamente, os impactos do PO face aos objetivos e prioridades definidas?

QA. 27 - Que requisitos devem ser assegurados em matéria de informação de suporte, para permitir ou facilitar a realização dessas avaliações?

Os exercícios de Avaliação, enquanto espaços privilegiados para melhorar a qualidade, a eficácia e a coerência da intervenção dos Fundos e a estratégia de execução dos Programas Operacionais, constituem momentos de grande importância para os Programas Operacionais. Com o período de programação 2014-2020 fortemente orientado e focado nos resultados, a Avaliação vê reforçada a sua importância como instrumento para aferir de que forma os resultados são alcançados.

Na perspetiva da Equipa de Avaliação, o Plano de Avaliação a definir para o POR Lisboa, em articulação com o Plano de Avaliação do AP e dos PO do QEC, deverá prever exercícios em vários momentos do ciclo de implementação do Programa, incidindo em aspetos transversais e/ou temáticos chave. Neste sentido, e tendo em consideração a focalização existente no Programa considera-se que o Plano de Avaliação do POR Lisboa poderá abranger, entre outras, as seguintes temáticas:

- Contributo dos sistemas de incentivos para a promoção da competitividade e internacionalização da Região de Lisboa;
- Contributo do POR Lisboa para a EREI de Lisboa;
- Contributo do POR Lisboa para a promoção da inclusão social;
- Contributo do POR Lisboa para a educação e aprendizagem ao longo da vida;
- Avaliação dos instrumentos que visam o desenvolvimento urbano sustentável;

- Avaliação das intervenções DLBC na Região de Lisboa.

O conjunto de avaliações específicas do POR de Lisboa deverá ser complementado com outras avaliações transversais aos vários Programas Operacionais, a contemplar no Plano de Avaliação global dos FEEI, devendo ser assegurada a necessária articulação e complementaridade entre os vários exercícios de avaliação a realizar entre 2014-2020.

De forma a facilitar a realização dos exercícios de avaliação e a melhorar o desempenho da gestão na monitorização do Programa, considera-se que deverá existir um “upgrade” e robustecimento do sistema de informação de forma a que, para além da informação formal e obrigatória exigida pela Comissão, permita alimentar a bateria de indicadores de monitorização da estratégia regional, dando maior amplitude na monitorização de resultados e enriquecendo os exercícios de avaliação, nomeadamente, numa ótica de aferição de impactos e de adoção de metodologias inovadoras.

II.7. Consistência da alocação dos recursos financeiros

QA. 28 - Os recursos alocados ao PO são coerentes face aos desafios e necessidades identificadas, assegurando uma adequada concentração dos mesmos nas mais relevantes?

QA. 29 - Os recursos alocados ao PO são coerentes com os objetivos e prioridades selecionadas/focadas?

Em matéria de dotação financeira do PO, e embora se esteja em presença de um aumento dos recursos comunitários para a Região de Lisboa, este não evita a persistência da sua escassez, nomeadamente em comparação com as outras regiões do País, sendo também mais restritas as regras regulamentares relativas à concentração temática dos apoios.

Em termos globais, tendo em consideração a dotação global programada para o POR Lisboa, observa-se um esforço de concentração e focalização dos apoios em domínios específicos como o Domínio Temático Competitividade e Internacionalização (EP1 e EP2), a concentrar cerca 45% dos Fundos, seguido do Domínio Temático Inclusão social e Emprego (EP5 e EP6), com 23,2% dos apoios. O restante surge distribuído pelo Domínio Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (17,3%), pelo Domínio Temático Capital Humano (11,7%) e pela Assistência Técnica (2,9%). Esta alocação de recursos afigura-se, em geral, coerente com as opções tomadas face aos principais desafios e necessidades da Região, com uma concentração financeira nos Eixos Prioritários mais relevantes, coerência que decorre dos elementos de reflexão adiante sistematizados.

De acordo com a programação financeira apresentada, o POR Lisboa prevê um montante de financiamento comunitário de 833 M€, repartidos entre o FEDER (622,6M€) e o FSE (210,7 M€). Comparando estes recursos financeiros com os disponíveis no período de programação 2007-2013 para a Região (488 M€ = 307 M€ do

FEDER no POR Lisboa + 181 M€ no POPH), verifica-se um valor adicional de 345 M€, isto é, um acréscimo de 70%, sendo que o apoio FEDER duplica e o FSE (agora incluído no POR Lisboa) regista um aumento de 30 M€ (cerca de 17%) face à dotação destinada a Lisboa no Eixo 9 do POPH.

No FEDER, o aumento da dotação programada é significativamente absorvido pelo Domínio Temático da Competitividade e Internacionalização (EP1 e EP2), o qual concentra cerca de 60% dos apoios FEDER. O montante previsto para o EP1 e EP2, somado dos apoios para o EP3 e de parte do EP 8, representa cerca de 73,8% da dotação FEDER do POR Lisboa, ficando abaixo do estipulado no Artigo 4º do Regulamento FEDER, referente à “Concentração temática” (pelo menos 80 % do total dos recursos do FEDER a nível nacional são atribuídos a dois ou mais dos Objetivos Temáticos 1., 2., 3. e 4.), facto que resulta da existência de verbas no PO SEUR para a Região no OT 4. No FSE existe uma distribuição relativamente equilibrada, entre os EP 5, 6 e 7, ainda que se destaque ligeiramente o EP5, com 35,1% da dotação financeira FSE.

Tabela 6. Distribuição da Comparticipação Comunitária, por Eixo Prioritário

Un: Euros

Eixos	FEDER	FSE	Total	% Total
EP1 Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação (OT1)	171.710.983	-	171.710.983	20,6
EP2 Reforçar a competitividade das PME (OT3)	202.713.177	-	202.713.177	24,3
EP3 Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores (OT4)	55.000.000	-	55.000.000	6,6
EP4 Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos (OT6)	15.000.000	-	15.000.000	1,8
EP5 Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (OT8)	-	74.010.864	74.010.864	8,9
EP6 Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (OT9)	47.000.000	72.000.000	119.000.000	14,3
EP7 Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida (OT10)	32.933.477	64.696.046	97.629.523	11,7
EP 8. Desenvolvimento urbano sustentável (OT 4, 6 e 9)	74.000.000	-	74.000.000	8,9
Assistência Técnica	24.270.000	-	24.270.000	2,9
Total	622.627.637	210.706.910	833.334.547	100,0

Fonte: CCDR LVT, *POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.*

Esta alocação de recursos financeiros, de uma forma global, afigura-se coerente com as opções tomadas face aos desafios e necessidades identificadas, apresentando-se, nos pontos seguintes um conjunto de reflexões, tendo com conta os montantes financeiros por Objetivo Temático e Domínio de Intervenção.

➤ *Domínio Temático Competitividade e Internacionalização*

A concentração de recursos financeiros no Domínio Temático Competitividade e Internacionalização (EP1. e EP2.) é coerente e reflete a prioridade atribuída ao “Reforço da competitividade regional”, intensificando de forma muito marcante as apostas na inovação, na I&D e na diversificação e fortalecimento das PME, com vista à sua internacionalização e participação nos processos de crescimento e inovação.

Embora se verifique um aumento significativo da dotação financeira afeta a este Domínio Temático comparativamente aos recursos do período de programação 2007-2013 (o POR Lisboa apenas previa 155 MEuros para o Eixo Competitividade, Inovação e Conhecimento, enquanto os recursos afetos ao OT 1. e OT3. representam 371 MEuros), salienta-se que, em termos absolutos, a dotação destinada a este Domínio Temático no POR Lisboa é bastante inferior à prevista para os PO Regionais de maior dimensão (Norte e Centro). Adicionalmente, e conforme é mencionado no Relatório de Execução de 2012 do POR Lisboa, a Região de Lisboa conta com uma “procura qualificada (entendida como a que possui nível de mérito suficiente para ser apoiada, tendo em consideração os subjacentes critérios de avaliação nos respetivos instrumentos)” que resulta da “existência de um tecido empresarial e de um SCT denso e qualificado que possui condições para cumprir os critérios de seletividade definidos em termos nacionais”.

Esta constatação deixa claro que persistirá uma situação de escassez tendencial de recursos financeiros e que essa escassez continuará a ser uma realidade na utilização de fundos para a Região de Lisboa, característica que determina uma marca para a programação em múltiplas dimensões.

O ajustamento da programação em função da escassez dos recursos aconselha a que, para além da subordinação da programação à Estratégia de Desenvolvimento definida para a Região, as escolhas nesta matéria devam ter sempre presente o contexto de prolongamento dessa escassez de recursos na Região de Lisboa, nomeadamente, na geração de expectativas junto das entidades beneficiárias.

Sendo muito diversa a dimensão dos pacotes financeiros atribuídos aos diversos PO Regionais e Temáticos, dever-se-á evitar uma mimetização das opções decididas a nível nacional a coberto de um exercício de harmonização instrumental. Esse exercício deve ser conduzido, antes, tendo em consideração as realidades distintas observadas em cada Região.

A prática seguida pela gestão do POR Lisboa do atual QREN em matéria de sistemas de incentivos ao investimento empresarial, privilegiando os projetos de I&DT e participando de forma seletiva nos concursos abertos para a generalidade das regiões do território do Continente, deve ser continuada e aprofundada no próximo período de programação. Neste entendimento, a afetação de recursos deverá ser efetuada de forma muito criteriosa, focando-se especialmente em ações com níveis de adicionalidade e de alavancagem considerados significativos, para o que se identificam os aspetos da programação onde deve ser tida em consideração a referida continuidade:

- escolha seletiva das Áreas de Intervenção/Ações que integram as Prioridades de Investimento que suportam o Domínio da Competitividade e Internacionalização;
- identificação de atividades económicas ou clusters a selecionar;
- clarificação da natureza dos projetos a apoiar;

- enunciado das tipologias de instrumentos de apoio a utilizar; e
- referência ao método de seleção dos projetos.

No que se refere à distribuição financeira entre os apoios mais dirigidos à I&D&I (EP1) e aqueles mais vocacionados para a promoção de outras dimensões de competitividade das empresas (EP2), observa-se uma maior afetação aos segundos, o que reflete a aposta da Região na promoção da competitividade do seu tecido empresarial.

No que se refere aos recursos do EP1, estes são coerentes com a Estratégia Regional e com “tradição” de concentração de incentivos às empresas no apoio à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT). A análise da repartição financeira por Domínio de Intervenção indica uma orientação do apoio em favor de uma I&D&I com envolvimento do tecido empresarial, sendo canalizado apenas 1/3 das verbas disponíveis no OT 1 para o apoio mais direto às entidades do SCT (Domínios de Intervenção 58, 60 e 61).

Ainda neste âmbito, no período de Programação 2007-2013, o PO de Lisboa tinha (a 31 de Dezembro de 2012), aprovados no âmbito do SI I&DT (futuramente enquadrado na PI 1b) cerca de 68 MEuros de FEDER, ou seja, a dotação prevista para todos os Domínios de Intervenção com referência às empresas (DI 2, 56, 57, 62 e 63) é de 115 M €, o que expressa a aposta da Região na valorização da produção de conhecimento apropriável pelas empresas.

Tabela 7. Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP1, por Domínios de Intervenção

Domínio de Intervenção	Montante (Euros)	%
2 - Processos de investigação e inovação em grandes empresas	25.000.000	14,6
56 - Investimento em infraestruturas, capacidades e equipamento em PME diretamente ligadas a atividades de investigação e de inovação	12.000.000	7,0
57 - Investimento em infraestruturas, capacidades e equipamento em grandes empresas diretamente ligadas a atividades de investigação e de inovação	7.000.000	4,1
58 - Infraestruturas de investigação e de inovação (público)	21.000.000	12,2
60 - Atividades de investigação e de inovação em centros públicos de investigação e centros de competência, incluindo a cooperação em rede (networking)	29.710.983	17,3
61 - Atividades de investigação e de inovação em centros privados de investigação, incluindo a cooperação em rede (networking)	6.000.000	3,5
62 - Transferência de tecnologia e cooperação entre universidades e empresas, sobretudo em benefício das PME	50.000.000	29,1
63 - Apoio a grupos de empresas (clusters) e redes de empresas, sobretudo em benefício das PME	21.000.000	12,2
Total	171.710.983	100,0

Fonte: CCDR LVT, *POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.*

Relativamente à alocação financeiro do EP2 por Domínio de Intervenção, observa-se uma concentração no Domínio 1 “Investimento produtivo genérico em pequenas e médias empresas” seguido do Domínio 66 “Serviços avançados de apoio a PME e grupos de PME” e do 67 relacionado com a promoção do empreendedorismo qualificado, o que é coerente com os principais desafios com que se deparam as empresas regionais e as necessidades existentes em matéria de promoção da competitividade empresarial.

Tabela 8. Distribuição da Participação Comunitária do EP2, por Domínios de Intervenção

Domínio de Intervenção	Montante (euros)	%
1 - Investimento produtivo genérico em pequenas e médias empresas («PME»)	67.000.000	33,0
64 - Processos de investigação e inovação nas PME (incluindo «vales», processos, conceção, serviços e inovação social)	19.000.000	9,4
66 - Serviços avançados de apoio a PME e grupos de PME (incluindo serviços de gestão, marketing e design)	59.000.000	29,1
67 - Desenvolvimento das atividades das PME, apoio ao empreendedorismo e incubação, incluindo apoio a empresas derivadas (spin-outs) e a novas empresas (spin-offs)	41.713.177	20,6
69 - Apoio a processos de produção amigos do ambiente e a medidas de eficiência dos recursos nas PME	5.000.000	2,5
71 - Desenvolvimento e promoção de empresas especializadas no fornecimento de serviços que contribuem para a economia com baixas emissões de carbono e para a resistência às alterações climáticas (incluindo apoio a tais serviços)	5.000.000	2,5
75 - Desenvolvimento e promoção de serviços turísticos em ou para PME	6.000.000	2,9
Total	202.713.177	100,0

Fonte: CCDR LVT, *POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.*

➤ *Domínio Temático da Inclusão Social e do Emprego*

O Domínio Temático da Inclusão Social e do Emprego é o segundo que apresenta maior alocação de recursos, concentrando 23,2% do total de apoios disponíveis e 69,3% do FSE. Esta concentração de apoios no EP5 e EP6 (OT 8 e 9) mostra-se coerente com a necessidade de combater o desemprego e a exclusão social, qualificar os ativos e aumentar a coesão social.

No EP5 existe uma concentração dos apoios no Domínio de Intervenção 102 (Acesso ao emprego), com quase metade da sua dotação, seguido do Domínio 106 (Adaptação à mudança) com 38,4%, o que é coerente com a necessidade de combater o desemprego e de qualificar os trabalhadores e empresários, compreendendo a diversidade de ações previstas no âmbito das PI 8i e 8v.

Tabela 9. Distribuição da Participação Comunitária do EP5, por Domínios de Intervenção

Domínio de Intervenção	Montante (Euros)	%
102 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e as pessoas inativas, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores	36.610.864	49,5
104 - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	6.000.000	8,1
105 - Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual	3.000.000	4,1
106 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	28.400.000	38,4
Total	74.010.864	100,0

Fonte: CCDR LVT, *POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.*

No EP6 a distribuição do montante FEDER pelos restantes Domínios de Intervenção é coerente com as prioridades da Região, nomeadamente em termos de melhoria das “Infraestruturas de saúde. Na componente FSE destaca-se o apoio à Inclusão ativa, também com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em coerência com a diversidade de ações que este Domínio contempla.

Relativamente ao investimento afeto ao DLBC, a dotação de 24 MEuros representa cerca de 13,6% do montante de financiamento indicativo das intervenções DLBC previsto no Acordo de Parceria, montante que se considera razoável face à dimensão financeira global do PO de Lisboa, aos montantes previstos a nível nacional e ao número reduzido de áreas de intervenção e de GAL FEDAER e FEAMP existentes (e a criar).

Tabela 10. Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP6, por Domínios de Intervenção

Domínio de Intervenção	Montante (Euros)	%
53 - Infraestruturas de saúde	33.000.000	70,2
55 - Outras infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local	3.000.000	6,4
114 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	11.000.000	23,4
Total FEDER	47.000.000	100,0
109 - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade	44.000.000	61,1
111 - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades	2.000.000	2,8
112 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	13.000.000	18,1
114 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	13.000.000	18,1
Total FSE	72.000.000	100,0

Fonte: CDDR LVT, POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.

➤ *Domínio Temático Capital Humano*

O Domínio Temático Capital Humano contempla apenas 64,7 MEuros de apoio FSE para os objetivos que visam combater o abandono escolar e a qualificação da população adulta ativa e de jovens. Tal significa também que a margem de intervenção resultante da dotação FSE programada para este Domínio Temático poderá não se revelar suficiente para cobrir as necessidades e os compromissos da Região de Lisboa com o objetivo da Estratégia Europa 2020. Acrescente-se que, por força da não consideração da PI10.2, não são considerados apoios neste EP para a elevação da “percentagem de população com Ensino Superior ou equiparado entre 30-34 anos.

Ainda relativamente a este Domínio Temático, e face à dotação programada de apenas 32 MEuros FEDER para apoio à melhoria das infraestruturas de ensino e formação, importa definir claramente quais as prioridades da Região e o perfil de projetos a apoiar, nomeadamente, no que se refere ao reforço das capacidades da Rede de Ensino Superior, sob pena de proliferar um conjunto de investimento dispersos.

Assim, considera-se que seria importante ponderar a articulação dos apoios neste âmbito com os apoios concedidos no EP1 às entidades do SCTN.

Na componente FSE destaca-se uma concentração dos apoios na redução e prevenção do abandono escolar, assim como na melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho o que é coerente com a diversidade de ações incluídas nestes domínios e com as prioridades definidas para a Região.

Tabela 11. Distribuição da Participação Comunitária do EP7, por Domínios de Intervenção

Domínio de Intervenção	Montante (Euros)	%
49 - Infraestruturas educativas para o ensino superior	8.000.000	24,3
50 - Infraestruturas educativas para o ensino e formação profissional e a educação de adultos	9.933.477	30,2
51 - Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino básico e secundário)	10.000.000	30,4
52 - Infraestruturas de ensino pré-escolar e de cuidados infantis	5.000.000	15,2
Total FEDER	32.933.477	100,0
115 - Redução e prevenção do abandono escolar e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	30.000.000	46,4
117 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização dos conhecimentos, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências	5.000.000	7,7
118 - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem em contexto laboral, incluindo sistemas de ensino dual e formação de aprendizes	29.696.046	45,9
Total FSE	64.696.046	100,0

Fonte: CCDR LVT, *POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.*

➤ *Domínio Temático da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos*

No Domínio Temático da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos observa-se uma concentração dos apoios no EP8 Desenvolvimento urbano sustentável, que contempla intervenções inseridas na PI 4e, 6e e 9b, seguido do EP3 Economia de Baixo Carbono. Esta distribuição dos apoios justifica face, por um lado, ao objetivo da Estratégia Europa 2020 de um Crescimento Sustentável assente numa economia com baixas emissões de carbono e na melhoria da eficiência energética e, por outro, à importância do desenvolvimento urbano para a promoção da competitividade da Região.

No EP 3 a distribuição financeira por Domínio de Intervenção evidencia uma forte valorização das questões associadas à melhoria da eficiência energética do parque habitacional, com 45% da dotação programada para este EP, o que é coerente com o peso elevado da habitação social existente na Região. O aumento da eficiência energética nas empresas (com apoios previstos quer para PMEs, quer para grandes empresas)

absorve quase 1/3 da dotação o que se justifica face á necessidade de alteração dos padrões de consumo energético das empresas.

Tabela 12. Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP3, por Domínios de Intervenção

Domínio de Intervenção	Montante (euros)	%
13 - Renovação de infraestruturas públicas no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	12.000.000	21,8
14 - Renovação do parque habitacional existente no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	25.000.000	45,5
68 - Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	12.000.000	21,8
70 - Eficiência energética em grandes empresas	6.000.000	10,9
Total	55.000.000	100,0

Fonte: CCDR LVT, *POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.*

O EP4 é aquele que apresenta uma menor dotação financeira prevista (apenas 15 MEuros), o que se compreende na medida em que apenas contempla uma PI relacionada com a valorização turística do património natural e cultural. A análise por Domínio de Intervenção evidencia uma concentração de recursos na promoção proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais, com 9 M Euros.

Tabela 13. Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP4, por Domínios de Intervenção

Domínio de Intervenção	Montante (euros)	%
91 - Desenvolvimento e promoção do potencial turístico das zonas naturais	3.000.000	20,0
94 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	9.000.000	60,0
95 - Desenvolvimento e promoção de serviços públicos culturais e patrimoniais	3.000.000	20,0
Total	15.000.000	100,0

Fonte: CCDR LVT, *POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.*

O EP 8. visa promover o desenvolvimento urbano sustentável, absorvendo 8,9% dos fundos totais disponíveis, sendo o terceiro com maior montante FEDER alocado (74 MEuros), o que é coerente com necessidades existentes na Região de Lisboa ao nível da qualificação ambiental e urbanística. A mobilidade sustentável (promoção de transportes urbanos limpos, sistemas de transporte inteligentes, ciclovias e vias pedonais) concentra cerca de 40% da dotação para este EP, em coerência com a expressão que este tema assume, sobretudo, na Área Metropolitana de Lisboa e na EE2020. Destaca-se, ainda, a concentração de 1/3 das verbas nas infraestruturas de habitação e de 20% na reabilitação de instalações industriais.

Tabela 14. Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP8, por Domínios de Intervenção

Domínio de Intervenção	Montante (euros)	%
43 - Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)	12.000.000	16,2
44 - Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas informáticos de informação, monitorização e controlo)	6.000.000	8,1
54- Infraestruturas de habitação	25.000.000	33,8
83 - Medidas relativas à qualidade do ar	2.000.000	2,7
89 - Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	15.000.000	20,3
90 – Ciclovias e vias pedonais	12.000.000	16,2
94 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	2.000.000	2,7
Total	74.000.000	100,0

Fonte: CCDR LVT, *POR Lisboa 2014-2020, versão dezembro de 2014.*

QA. 30 - A(s) forma(s) de apoio proposta(s) para a alocação dos recursos (ajudas reembolsáveis, não reembolsáveis, instrumentos financeiros, etc.) são adequadas face aos objetivos e prioridades temáticas definidas, à luz dos princípios da racionalidade económica, da sustentabilidade e da mais-valia da política pública?

O POR Lisboa privilegia a utilização de subvenções não reembolsáveis, estando prevista a utilização da subvenção reembolsável apenas no EP1, 2 e 3 e o recurso a instrumentos de engenharia financeira nos EP2 (PI 3a, 3b. e 3c.), EP3 (PI 4b e 4c), EP5 (PI 8iii), EP 6 (PI 9d) e EP 8 (PI 6e e 9b), ainda que a sua efetiva mobilização esteja dependente das conclusões das Avaliações ex-ante dos Instrumentos Financeiros, em curso.

A utilização de Instrumentos Financeiros quer no apoio às empresas, quer em outras situações específicas, apresenta um conjunto de vantagens face aos apoios não reembolsáveis, nomeadamente: possibilidade de reutilização dos fundos, uma vez que os instrumentos de engenharia financeira são reembolsáveis; e efeito alavanca em termos do financiamento assegurado aos promotores, por exemplo, através de “linhas de crédito” com garantia pública, onde parte do financiamento é assegurada pelas instituições financeiras, o que permite aumentar a relação despesa pública/investimento empresarial (uma unidade de recurso público pode induzir um investimento de oito unidades).

Neste sentido, a mobilização de Instrumentos Financeiros nas Prioridades de Investimento mencionadas é adequada face aos objetivos e natureza das ações a apoiar, considerando-se apenas que os instrumentos de financiamento das PME deviam abranger a PI 1b.

III. PRINCIPAIS RESULTADOS DA AAE

III.1. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica do POR Lisboa

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do POR Lisboa foi desenvolvida de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Todo o processo de AAE foi estruturado com o intuito de fornecer um quadro de análise estratégica dos efeitos positivos/ oportunidades que podem ser valorizadas e dos efeitos negativos/ ameaças que será necessário acautelar com a implementação do POR Lisboa, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e regional da área de intervenção.

Uma análise integrada dos efeitos positivos e negativos e das recomendações associadas às apostas estratégicas do POR Lisboa demonstra um balanço significativamente positivo sobre os diversos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) alvos de avaliação, sendo, não obstante, importante salvaguardar uma série de considerações e recomendações no âmbito da versão final do POR, em particular para a sua fase de implementação, regulamentação e execução, que se considera que consolidarão o Programa e reforçarão as questões associadas à salvaguarda da sustentabilidade e de uma estratégia integrada (nomeadamente com outros PO temáticos nacionais) para o desenvolvimento da Região e do País. Neste contexto, e numa análise estruturada por FCD, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

Competitividade e I&D&I

As opções estratégicas do POR Lisboa assentam no investimento nas infraestruturas do Sistema Científico da Região e das respetivas capacidades de inovação e investigação (consolidação e organização, transferência de conhecimento para as empresas, inserção em redes internacionais, criação de novos produtos e novos processos), bem como no reforço e promoção da competitividade do tecido empresarial, visando promover uma maior diversificação das PME dentro dos setores chave para a Região de Lisboa, a sua qualificação e internacionalização, bem como uma maior participação no processo de crescimento e de inovação a valorização do património cultural enquanto recurso de elevado valor e potencial para a economia (indústria criativa).

Neste sentido, considera-se que as prioridades de investimento apresentadas constituem uma oportunidade para o crescimento verde e azul, associado ao ambiente e ao mar, respetivamente, assente no desenvolvimento das oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, da

investigação e inovação, da transferência de tecnologia, na ecoeficiência das empresas, processos, serviços e produtos.

É fundamental a aposta do POR Lisboa de valorizar e orientar que os projetos e investimentos que tenham em conta o caráterecoinovador das iniciativas com especial destaque para o apoio de projetos e serviços ambientais diferenciadores, assentes em critérios de sustentabilidade, valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática, ecoeficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e melhores técnicas disponíveis e reforce os mecanismos que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação.

Qualificação Territorial e Eficiência Energética

No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, verificou-se que os conteúdos disponibilizados pelo POR Lisboa apresentam apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução consideravelmente positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do parque edificado público e privado, demonstrando capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico, através da pretensão de aprovação de projetos e ações que prometem potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos, bem como a promoção de ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção, demonstrando-se assim concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitários associadas a estas matérias. Constata-se, também, uma preocupação em promover a intermodalidade e a otimização dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação, visando o incremento da sua utilização e a redução do congestionamento gerado pelo transporte individual.

No que se refere à qualificação territorial, o POR Lisboa dispõe de apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano, demonstrando discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.ex., zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação pela deposição não controlada de resíduos. A integração de princípios orientadores para as ações a desenvolver que integram e definem como fundamentais a inclusão

de boas práticas ambientais e a consideração por questões associadas às alterações climáticas e uso eficiente de recursos endógenos e eficiência energética é também fundamental.

Valores naturais, patrimoniais e culturais

Considera-se, no âmbito do presente FCD que o PO reconhece a ameaça potencial inerente ao desenvolvimento das atividades económicas, promovendo inclusivamente o consumo de recursos e a alteração/destruição dos ecossistemas presentes. Considera ainda que a sua gestão e valorização constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustentável, pelo que as recomendações apresentadas neste âmbito surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Temático correspondente. Não obstante é patente a aposta na consolidação da Estrutura Ecológica Metropolitana e na valorização, salvaguarda e concretização das questões e proveitos associadas aos serviços dos ecossistemas.

Desta forma, assume-se que a implementação do POR proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valoração.

Capital Humano, Inclusão e Desenvolvimento Social

A implementação do POR Lisboa contribui de forma positiva e significativa para o Capital Humano, Inclusão e Desenvolvimento Social através das prioridades de investimento de promoção da sustentabilidade e qualidade do emprego, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Além disso, o reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação bem como a competitividade das PME fomentam a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que promovem o emprego e a capacidade de resolver problemas ambientais.

No entanto, e apesar de não serem identificados efeitos negativos, o POR poderá reforçar a importância da formação ambiental com vista a um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente, sobretudo, a qualidade de vida da população.

Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas

Apesar do âmbito das ações previstas na estratégia do POR Lisboa não contemplar uma abordagem direta ao nível do nível dos riscos, exceto no que respeita às dissonâncias ambientais, perspetiva-se uma evolução positiva neste domínio nomeadamente através das recomendações efetuados no âmbito deste FCD e que se prendem de forma geral com a internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos. Todavia

considera-se que esta articulação e salvaguarda deve estar claramente identificada na Abordagem Integrada de Desenvolvimento Territorial.

Relativamente à resiliência e adaptação às alterações climáticas, perspetiva-se uma evolução positiva neste domínio nomeadamente através das recomendações efetuados no âmbito deste FCD e que se prendem de forma geral com a internalização de princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

III.2. Principais efeitos do POR Lisboa e Recomendações da AAE

A AAE do POR Lisboa procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro dos objetivos estratégicos da região onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Programa.

Tendo em consideração os elementos da proposta do POR Lisboa e os respetivos efeitos ambientais identificados para cada Fator Crítico para a Decisão (FCD), foram apresentadas diversas recomendações passíveis de inclusão no programa e outras como medidas complementares e subsequentes para posterior implementação durante a elaboração de Regulamentos e/ou avisos de abertura de fase de candidatura. No Quadro 1.1.1 são apresentados os potenciais efeitos identificados e avaliados, pela AAE, que o POR Lisboa poderá ter sobre cada FCD e as respetivas recomendações que daí resultam. São também identificados os objetivos definidos para cada FCD ao qual os efeitos podem responder e, quando aplicável, as recomendações que se considerou pertinente integrar para reforçar ou assegurar o cumprimento de determinados objetivos e minimização de algum efeito negativo.

Tabela 15. Recomendações e principais efeitos no âmbito dos Fatores Críticos para a Decisão da AAE

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Competitividade e I&D&I”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a produção de bens e serviços ecoinovadores e transacionáveis, que contribuam para o aumento das exportações e para a qualificação do perfil de especialização da economia da Região de Lisboa. ▪ Melhorar a base de conhecimentos, promover a inovação e ecoeficiência, contribuindo para o aumento sustentável da produtividade, assegurando ao mesmo tempo a utilização sustentável dos recursos e atenuando as pressões sobre o ambiente. ▪ Promover a criação e desenvolvimento de tecnologias ecológicas benéficas para a economia e que ajudam a criar emprego, considerando que a ecoinovação é fundamental para a competitividade económica da Europa. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contributo para o aumento da investigação científica e desenvolvimento tecnológico ecoinovador e ecoeficiente. ▪ Contributo para a redução de custos associados a consumos e perdas de matérias, reduzindo a necessidade de utilização de recursos naturais, nomeadamente água e energia, preservando assim o ambiente. ▪ Contributo para a capacitação das empresas para criar e inovar, uma vez que a ecoeficiência está em grande medida, vinculada à criatividade e inovação no desenvolvimento de produtos, sendo um dos recursos fundamentais para o desenvolvimento, podendo gerar um grande retorno económico para a Região. ▪ Contributo para a criação de valor associado ao desenvolvimento de soluções e aplicações tecnológicas, ligadas à inovação e empreendedorismo, com efeito positivos no turismo sustentável. ▪ Contributo para a preservação e valorização da identidade histórico-cultural e do potencial económico e social das regiões, numa perspetiva de elemento dinamizador de outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração, os transportes e como contributo para a economia do conhecimento. ▪ Contributo para a congregação da atividade científica e tecnológica, sistemas produtivos inovadores, indústrias criativas, produção de conhecimento e competências e dinamismo cultural e artístico, numa lógica de majoração de benefícios mútuos e de afirmação de uma imagem atrativa da Região. ▪ Contributo para a entrada no mercado de tecnologias e produtos respeitadores do ambiente e aumento dos rótulos ecológicos. ▪ Oportunidade para promover a economia hipocarbónica e eficiente na utilização da energia e outros recursos, tendo em vista a preservação do ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existem recomendações.

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Qualificação Territorial e Eficiência Energética”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização eficiente dos recursos energéticos. ▪ Promoção de uma economia de baixo carbono e uma mobilidade urbana sustentável. 	➔	<p>Efeitos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerando as tipologias de ações previstas, designadamente o incentivo ao uso dos transportes públicos e dos modos suaves (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.), bem como a criação de corredores próprios uni ou multimodais, e a implementação de Planos Intermunicipais de Mobilidade Sustentável, perspetivam-se efeitos claramente positivos, prevendo-se uma redução no consumo de combustíveis fósseis por parte dos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorando a qualidade do ar ambiente, ruído, e incentivando a prática de desporto e atividades de lazer que trazem consequências positivas para a saúde humana e qualidade de vida em termos gerais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existem recomendações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização eficiente dos recursos energéticos. ▪ Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados. 	➔	<p>Efeitos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerando as tipologias de ações previstas perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos nos edifícios públicos, através da implementação prevista de equipamentos de microgeração, sistemas eco-eficientes de iluminação, criação inovadora de redes urbanas de energia térmica (RUTE), auditorias energéticas, Planos de Racionalização dos Consumos de Energia, bem como outras medidas ou boas práticas que potenciem os efeitos positivos já referidos a nível energético. Além do mais, estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. ▪ Considerando as tipologias de ações previstas perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, através da implementação prevista de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existem recomendações

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Qualificação Territorial e Eficiência Energética”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização eficiente dos recursos energéticos. ▪ Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados. (cont.) 	➔	<p>Efeitos Positivos (cont.):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerando as tipologias de ações previstas, designadamente, a recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas atividades económicas, a recuperação e qualificação do espaço público e espaços verdes urbanos, a melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos, perspetivam-se efeitos positivos ao nível do bem-estar e qualidade de vida, do desenvolvimento económico e competitividade mediante a utilização de espaços obsoletos, bem como ao nível da valorização paisagística e turística dos espaços requalificados. ▪ Perspetiva-se a redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos, através da aquisição de equipamentos de combustão, de climatização, isolamento e iluminação mais eficientes, bem como a aquisição de tecnologias de produção de energia a partir de FER, equipamentos de microgeração, sistemas eco-eficientes de iluminação, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, aquisição de capacidade de produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. Permitirá também dissociar a produtividade de fenómenos poluentes e consumo/depleção de materiais fósseis, permitindo a recolha de créditos ambientais (p.ex., emissão de GEE) que permitirão o reforço da competitividade, imagem, e responsabilidade civil das empresas. ▪ Perspetivam-se efeitos positivos ao nível qualificação dos edifícios, espaços e rede de equipamentos inseridos no território, através da preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais e naturais, permitindo a promoção turística e desenvolvimento social e económico da Região. ▪ Perspetivam-se efeitos positivos para a qualidade do ar e celeridade na resposta a situações de excedência dos valores limite, capacitando assim o território de ferramentas que preservem as condições ambientais, e promovam o desenvolvimento turístico, bem-estar da comunidade e qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ponderar a inclusão, nos princípios orientadores para a seleção de operações da PI 6.5, do seguinte princípio: Nos casos aplicáveis, valorizar as operações que promovam a eficiência energética e boas práticas ambientais. ▪ Na PI 9.8 deverá ser explicitada a possibilidade de, no âmbito dos Programas de Regeneração e Revitalização Urbana, ser possível a articulação das ações elegíveis com ações para a melhoria da eficiência energética no setor habitacional social, previstas na PI 4.3., tal como referido na secção 4.2 – Abordagens Integradas para o Desenvolvimento urbano sustentável.

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Qualificação Territorial e Eficiência Energética”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização eficiente dos recursos energéticos. ▪ Promoção de uma economia de baixo carbono e uma mobilidade urbana sustentável. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Perspetiva-se a redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos, através da aquisição de equipamentos de combustão, de climatização, isolamento e iluminação mais eficientes, bem como a aquisição de tecnologias de produção de energia a partir de FER, equipamentos de microgeração, sistemas eco-eficientes de iluminação, criação inovadora de redes urbanas de energia térmica (RUTE), introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética, aquisição de capacidade de produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior. Permitirá também dissociar a produtividade de fenómenos poluentes e consumo/depleção de materiais fósseis, permitindo a recolha de créditos ambientais (p.ex., emissão de GEE) que permitirão o reforço da competitividade, imagem, e responsabilidade civil das empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, associado à criação de uma plataforma online de comunicação / recolha de dados (indicadores) com os promotores dos projetos. Para a operacionalização e funcionalidade da plataforma e do sistema de monitorização deve ser definido como obrigatório (em sede do regulamento do POR) o reporte e inserção e comunicação dos dados de base por parte dos promotores. ▪ Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, e de indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.
FCD “Valores Naturais, Patrimoniais e Culturais”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção e valorização do património natural e cultural. ▪ Valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. ▪ Proteção e utilização sustentável dos valores naturais. 		<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a integração do ambiente natural e valores com as atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar). ▪ Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimulo do interesse e participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional.

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Valores Naturais, Patrimoniais e Culturais”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção e valorização do património natural e cultural. 	↗	Efeitos Positivos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente. ▪ Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou de renaturalização. ▪ Ponderar a inclusão, nos princípios orientadores para a seleção de operações da PI 6e, do seguinte princípio: Nos casos aplicáveis, valorizar as operações que promovam a eficiência energética e boas práticas ambientais.
	→	Efeitos Negativos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção e localização de edifícios e infraestruturas que poderão surtir efeitos negativos na biodiversidade em resultado de perturbações, destruição e fragmentação de habitats e das populações de fauna e flora. 	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção e valorização do património natural e cultural. ▪ Valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. ▪ Proteção e utilização sustentável dos valores naturais. 	↗ →	Efeitos Positivos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevêem-se efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através do controlo da poluição e gestão eficiente dos recursos endógenos, mas também pela valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas. ▪ Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor. ▪ Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um <i>continuum naturale</i> em todo o território. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado. ▪ Definição dos mecanismos específicos de gestão articulada e cruzamento entre dados de base e temáticas partilhadas com os PO temáticos (em particular o POSEUR, uma vez que este terá ações concretas associadas à EEM e de ações de recuperação funcional e estrutural de áreas sensíveis terrestres e marinhas e valorização dos serviços dos ecossistemas) que permitam o cruzamento dos diversos critérios de seleção e a sua representação espacial, auxiliando a tomada de decisão.

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Capital Humano, Inclusão e Desenvolvimento Social”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, e de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade. ▪ Integração social e urbana dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e exclusão social. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O apoio à formação e capacitação de gestores e ativos nas empresas poderão representar uma oportunidade de melhoria do conhecimento dos aspetos legais e regulamentares dos sistemas de gestão ambiental a que as empresas deverão responder, contribuindo para uma eficácia integrada da inovação das mesmas. ▪ Oportunidade para aumentar a formação e sensibilização ambiental. ▪ A sensibilização de crianças e jovens para a prática de estilos de vida saudável contribui positivamente para o consumo informado e responsável e para a adoção de comportamentos mais sustentáveis. ▪ A prioridade de investimento no apoio à produção de produtos locais de qualidade e à criação de circuitos curtos e mercados locais bem como a promoção da economia local permite aumentar o conhecimento/formação na área do ambiente e na sustentabilidade dos recursos naturais. ▪ A aposta na melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação e formação representa uma oportunidade para apostar fortemente na educação ambiental dos alunos/jovens, sendo este um fator crucial para a mudança de comportamentos e atitudes que conduzam as pessoas a participar ativamente não só na resolução dos problemas ambientais como numa forma de viver mais sustentável. ▪ Oportunidade de reforço de cursos relacionados com a gestão ambiental, tendo em consideração que as empresas têm responsabilidades na geração de riqueza como na proteção do ambiente, sendo fundamental dispor dos meios técnicos, humanos e financeiros que garantam a minimização e controlo dos impactes provocados pelas empresas e/ou entidades. ▪ Aumento do emprego e diminuição da população em risco de pobreza e exclusão social. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existem recomendações.

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos. ▪ Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região de Lisboa. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, mistos e tecnológicos ao nível da regeneração física de zonas desfavorecidas, de áreas industriais, de infraestruturas de ensino secundário reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. ▪ Oportunidade de internalização de princípios de prevenção dos riscos naturais, mistos e/ou tecnológicos em projetos apoiados no âmbito da criação de empresas, nomeadamente se estes projetos visam a construção de infraestruturas. ▪ Oportunidade de, através dos projetos apoiados no âmbito da produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, gerar conhecimento e mais-valias no que concerne à temática Riscos nomeadamente ao nível tecnológico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo POR Lisboa, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas, e a articulação na governação entre o PO regional e o respetivo PO temático. ▪ Reforçar a internalização do princípio do desenvolvimento sustentável de forma transversal, contemplando na Secção 11.1 do POR Lisboa a seguinte medida, em coerência com o definido no Acordo de Parceria: integrar na seleção de projetos, quando relevante, critérios no domínio da mitigação e adaptação às alterações climáticas, prevenção de catástrofes e prevenção e gestão de riscos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução/eliminação dos conflitos/ dissonâncias ambientais gerados por atividades humanas (p.ex., problemas de qualidade do ar). 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de promover a qualidade do ar através dos projetos apoiados no âmbito da eficiência energética. ▪ Possibilidade de resolução de situações de ruído e poluição do ar, associada às ações e princípios orientadores para as ações a desenvolver no âmbito da mobilidade regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sem recomendações).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos. ▪ Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região de Lisboa. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos mistos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e risco tecnológico (e.g. “a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico)” e “as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto”).

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução/eliminação dos conflitos/ dissonâncias ambientais gerados por atividades humanas. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de eliminar dissonâncias ambientais identificadas, através das ações apoiadas no âmbito do POR Lisboa para valorização dos valores naturais da Região. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sem recomendações.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos. ▪ Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região de Lisboa. ▪ Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, mistos e tecnológicos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. ▪ Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização dos projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável, através da utilização racional dos materiais, com o respeito pelos ciclos naturais do ar e da água, com o recurso a estratégias passivas de produção de energia e com a gestão e reciclagem de lixos, contribuindo ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às AC.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução/eliminação dos conflitos/ dissonâncias ambientais gerados por atividades humanas. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de promover comportamentos adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais, contribuindo para a não ocorrência de dissonâncias ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão de orientações no sentido de promover a educação e sensibilização dos visitantes nos projetos apoiados no âmbito das ações de promoção, proteção e valorização da biodiversidade. Os projetos de promoção, proteção e valorização da biodiversidade, sempre que possível e pertinente, devem incluir ações de educação e sensibilização (e.g. atividades de promoção das ações implementadas, ao nível das escolas, dos meios de comunicação), destacando a(s) sua(s) potencialidade(s) e necessidade de salvaguarda) de modo a potenciar a consciencialização da população para as mais-valias nomeadamente ao nível dos serviços prestados pelos ecossistemas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através das ações apoiadas no âmbito do POR Lisboa para valorização do Património Natural e ações de valorização da estrutura ecológica metropolitana. ▪ Oportunidade de gerar conhecimento e consequentemente mais-valias nomeadamente de base tecnológica de alto valor acrescentado no que concerne à dotação da Região de Lisboa de uma maior capacidade de adaptação e resiliência perante fenómenos associados às AC. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sem recomendações.

Objetivo(s) do FCD	Contributo	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações
FCD “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas”			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos. ▪ Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região de Lisboa. 	➔	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da regeneração física de zonas desfavorecidas, de áreas industriais, de infraestruturas de ensino secundário reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Lisboa com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, nomeadamente no âmbito da gestão da AIDUS.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos. ▪ Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região de Lisboa. ▪ Redução/eliminação dos conflitos/ dissonâncias ambientais gerados por atividades humanas; ▪ Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas. 	➔	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esta recomendação é de caráter geral e transversal a todos os FCD e resulta sobretudo, no que respeita ao FCD “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas” da inexistente informação referida no Capítulo 6.5.3 (Situação Atual) e que impossibilitou compreender se o anterior POR Lisboa contemplou a internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação dos riscos naturais, tecnológicos e mistos e dissonâncias ambientais, bem como princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 2007-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Lisboa, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Lisboa se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.

Legenda:

	➔	➔
Contributo	Potencia os efeitos positivos/ oportunidades	Responde aos efeitos negativos/ ameaças

A proposta de POR apresenta claramente efeitos positivos e a aposta das prioridades de investimento nas áreas traçadas na EREIL promove o desenvolvimento sustentável e vocacionado da região da Lisboa.

Nesta região concentra-se uma parte significativa dos recursos do país em termos produtivos, de inovação e investigação, de turismo e lazer, de equipamentos sociais, de gestão e administração pública, posicionando-se no grupo das regiões inovadoras europeias. Neste sentido, o POR Lisboa promove o desenvolvimento com base nas especificidades regionais e de acordo com o que já se tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, especialmente no concerne à produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico (com projeção nacional e internacional), empreendedorismo, qualificação territorial e desenvolvimento social. Verifica-se também um acréscimo de preocupações relacionadas com a ecoeficiência, eco inovação e a economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, que contribuirão para o aumento da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e redução dos custos associados a consumos e perdas de matérias.

Em termos sociais, há uma preocupação em atenuar os efeitos do desemprego (um dos graves problemas sociais na atualidade) e aumentar os níveis de qualificação escolar e profissional, contribuindo assim para a redução da população em risco de pobreza e exclusão social bem como para a melhoria da qualidade de vida.

Atualmente, a região ocupa a 9ª posição de ranking de regiões metropolitanas europeias em número de dormidas, o que reforça a importância do património natural e cultural existente. Salienta-se que existem 3 locais classificados como Património da Humanidade, mais de uma centena de monumentos nacionais e sete dezenas de museus bem como uma extensa área com reconhecido interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, o que confere uma atividade turística intensa ao longo de todo o ano. As prioridades de investimento com vista à preservação e proteção do ambiente e a promoção da utilização eficiente dos recursos contribuirão para gerar efeitos positivos não só sobre a preservação, recuperação física e valorização do património cultural como sobre a biodiversidade, os recursos naturais e a valoração dos serviços de ecossistemas. No entanto, a implementação do POR Lisboa poderá gerar alguns efeitos negativos, especialmente relacionados com a impermeabilização dos solos e fragmentação de ecossistemas, o aumento de recursos naturais com o aumento do turismo e dificuldades na articulação de projetos dadas as diferentes pretensões e prioridades dos agentes envolvidos, para o território regional.

Numa região exposta a um conjunto de riscos e pressões humanas (e.g. risco sísmico, cheias e inundações, risco de incêndios em edifícios, acidentes industriais, contaminação de aquíferos, entre outros), o POR contribuirá positivamente para a prevenção e minimização dos mesmos através da produção científica, de tecnologias geradas nos processos de I&D&I, bem como através da regeneração urbana e de áreas industriais e de ações de valorização do património natural. No entanto, no que se refere às temáticas “Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos”, que têm um caráter fundamental para a sustentabilidade do território regional,

apesar dos projetos diretamente associados a estas temáticas serem assegurados no PO SEUR, considera-se fundamental a integração e salvaguarda, no POR Lisboa, de orientações e princípios nesse âmbito, enquanto domínio transversal às ações e projetos previstos, para que estes não entrem em conflito com os objetivos do PO SEUR e que, inclusivamente, os potenciem e complementem. Neste caso considera-se pertinente reforçar a internalização do princípio do desenvolvimento sustentável de forma transversal, contemplando na Secção 11.1 do POR Lisboa a seguinte medida, em coerência com o definido no Acordo de Parceria: integrar na seleção de projetos, quando relevante, critérios no domínio da mitigação e adaptação às alterações climáticas, prevenção de catástrofes e prevenção e gestão de riscos.

Em síntese, as recomendações propostas pela AAE aplicam-se especialmente à fase de implementação do POR Lisboa, em particular aquando da elaboração dos seus regulamentos e acompanhamento, com vista a concretizar os objetivos de cada FCD e assegurar as questões ambientais e de sustentabilidade da AAE. A seleção de projetos que promovam aecoinovação, o ecodesign, a ecoeficiência e a minimização dos riscos naturais, mistos e antropogénicos potenciam as oportunidades identificadas em diversos FCD. Consideram-se igualmente que devem ser reforçados e especificados os procedimentos e ferramentas de governação e articulação entre os diferentes PO, em particular com o POSEUR.

Por outro lado, a atual proposta do POR Lisboa integra já uma série de recomendações apresentadas em fases anteriores do processo de programação que consolidam uma estratégia mais sustentável para a região, em particular nos domínios da qualificação territorial e eficiência energética, que foram reforçados com a definição de critérios de seleção de candidaturas que permitiram priorizar e garantir o cumprimento dos respetivos objetivos.

É importante estimular o interesse a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural bem como a formação ambiental, como forma de combater o défice de conhecimento nessa área. Estas recomendações aplicam-se essencialmente aos Eixos e OE cujo âmbito mais diretamente influi sobre as questões de sustentabilidade da Região, e os potenciais efeitos ambientais que o POR poderá ter, no sentido da forma como contribuirá para salvaguardar, reforçar, potenciar e concretizar uma estratégia de desenvolvimento regional integrada e sustentável, não obstante alguns domínios ambientais mais específicos estarem enquadrados nos respetivos PO temáticos.

Em suma, a proposta de POR Lisboa assume-se como bastante positiva, assegurando as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um importante contributo para uma estratégia integrada para a sustentabilidade.

IV. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO

IV.1. Conclusões

IV.1.1. Relevância Estratégica do PO

O Perfil de intervenção do PO é coerente com o diagnóstico regional, que abrange as várias dimensões contempladas no quadro de intervenção do PO e nos objetivos da EE 2020, sendo desejável realizar um esforço de aprofundamento de algumas matérias relevantes para a tomada de decisão no âmbito da regulamentação e gestão do PO e para a sua monitorização estratégica.

As opções estratégicas e as intervenções propostas permitem contrariar os constrangimentos regionais identificados e aproximar a Região das metas da EE 2020, nos limites do seu quadro de intervenção. A concentração de recursos no desenvolvimento económico, emprego e coesão social, reforçada pela opção de focalizar as intervenções integradas de base territorial em áreas desfavorecidas/críticas, encontra-se justificada pelo diagnóstico e elementos de fundamentação apresentados e é reforçada pela maior distância da Região face à situação desejável em matérias como a qualificação do capital humano, o desemprego e a exclusão social/risco de pobreza.

A relevância do PO face aos referenciais estratégicos de desenvolvimento regional é evidenciada pelo seu alinhamento com a ERL e EREIL, revelando elementos-chave com potencial para a sua concretização:

- ✓ O POR Lisboa 2014-20 apresenta grande coerência com a estratégia de desenvolvimento regional (PAR 2014-20), constituindo-se como instrumento adequado para a sua concretização, principalmente no que respeita às prioridades relacionadas com o Crescimento Inteligente, não só pela coerência programática mas também pela convergência dos recursos que se propõe mobilizar. Merece referência também o contributo para a “Qualificação urbana”, uma das prioridades da ERL, através da introdução de um Eixo Prioritário dedicado ao Desenvolvimento Urbano Sustentável, contemplando abordagens integradas para a qualificação e regeneração de áreas desqualificadas do ponto de vista social, físico, ambiental e económico. O seu perfil de intervenção, em grande parte resultado das orientações emanadas do AP e do Grupo de Trabalho para a elaboração dos PO Regionais (Cadeias de Programação), determinou a irrelevância do PO, por um lado, ao nível da Capacitação regional, domínio em que o Programa não terá qualquer intervenção e, por outro lado, o seu menor contributo para a concretização das prioridades estratégicas regionais no domínio do Crescimento Sustentável, designadamente, as associadas aos domínios-chave “Recursos, serviços ambientais e riscos” e “Economia de Baixo Carbono”.

Outra prioridade regional em que o PO terá menor relevância é a resposta aos desafios demográficos e serviços de proximidade.

- ✓ O Programa possui grande potencial para a concretização da EREIL, revelado pela cobertura dos domínios temáticos de especialização e pela explicitação da orientação dos apoios à competitividade e internacionalização (investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, competitividade das PME e dos sistemas produtivos e formação profissional), para os domínios da EREIL.

O alinhamento com os referenciais estratégicos de desenvolvimento regional, principalmente com a EREIL, fundamental para a competitividade e internacionalização regional, deve ser aprofundado, ao nível da regulamentação que vier a ser produzida e também da governação do Programa, tal como proposto no capítulo das Recomendações da Avaliação.

A relevância do PO para a concretização da Estratégia Europa 2020 em Portugal, é visível através do alinhamento da sua estruturação temática com os Objetivos Temáticos da EE e da adoção de medidas específicas cujos resultados esperados concorrem para a melhoria da situação de referência regional nas áreas para as quais a EE 2020 definiu metas (intensidade em I&D, empregabilidade, nível de educação, inclusão social e clima e energia). Contudo, a intensidade do contributo do PO é variável, destacando-se a sua maior relevância para a Empregabilidade e Intensidade em I&D, potenciados por um maior número de Prioridades de Investimento e a menor relevância para a área da Energia e Clima, pelo que o seu alcance na Região contará em grande parte com o contributo do PO Temático SEUR e de outros instrumentos de financiamento, como a Iniciativa ELENA. A menor relevância do Programa faz-se ainda sentir ao nível do acréscimo da População com Ensino Superior ou equiparado entre 30-34 anos, objetivo da EE 2020, devido à opção de não mobilizar a PI 10ii.

Contudo, regista-se a ausência de comprometimento da Região com metas estratégicas que evidenciem o contributo esperado para a concretização das metas da EE 2020 e das metas nacionais alinhadas.

Não obstante as evidências da relevância estratégica do PO face ao Diagnóstico, à ERL e à EREIL e ainda face à EE 2020, a Avaliação sinaliza os seguintes aspetos que deverão ser alvo de maior atenção na fase de operacionalização e gestão do POR Lisboa 2014-2020:

- ✓ Numa região com as características da AML, face à sua dimensão e complexidade territorial, num contexto de grande escassez de recursos financeiros, o aprofundamento de algumas matérias teria facilitado uma maior focalização das opções de investimento e uma maior seletividade do Programa, designadamente, domínios que vieram a assumir grande relevância na programação e que têm grande centralidade nos objetivos da EU, e que justificariam uma identificação mais sistemática e objetiva da ambição, do posicionamento e dos resultados esperados.

- ✓ As PI estão desenhadas por forma a acolher investimentos pertinentes, mas é desejável através de mecanismos de operacionalização e de uma gestão pró-ativa, garantir a orientação do investimento, reforçando o seu carácter estratégico e assegurar a mobilização de outros instrumentos de financiamento, maximizando as potenciais complementaridades (internas e externas).

IV.1.2. Coerência Interna e Externa do PO

A Coerência interna do programa é, em grande parte, assegurada pela sua estruturação em torno de opções de programação comunitárias e nacionais e por uma formatação decorrente em grande medida das orientações consubstanciadas no Acordo de Parceria.

Considerando o quadro de intervenção do Programa definido no Acordo de Parceria, os objetivos específicos definidos, as ações e os respetivos resultados esperados são, na generalidade, coerentes com as Prioridades de Investimento em que se enquadram, contribuindo para a sua concretização. As medidas propostas são adequadas para responder de forma positiva à generalidade das preocupações e constrangimentos que se colocam em cada domínio temático e também para alcançar os objetivos delineados e os resultados esperados.

A coerência interna é também traduzida pelas relações de complementaridade entre Eixos Prioritários e PI que revelam a consistência do Programa, potenciam o efeito sinérgico e a maximização dos resultados esperados. A Avaliação destaca a forte relação de complementaridade entre os EP 1 e 2, os Eixos focais para a promoção da Competitividade e Internacionalização e destes com os EP 5 e 7, revelando níveis de sinergia elevados entre as opções do Programa. Os Eixos que deverão receber mais contributos, são o EP 5 e o EP 2 revelando o potencial do PO e o impacto esperado na dinamização e competitividade empresarial e no emprego; os Eixos 3 e 4 surgem como os mais isolados, com níveis de sinergia inferiores e cujos resultados serão menos potenciados.

A existência de agendas estratégicas e de objetivos comuns aos PO Regionais e Temáticos, permite também níveis de coerência estratégica satisfatórios entre os objetivos do POR Lisboa e os associados aos PO Temáticos.

Contudo, existe margem para melhorar a coerência interna e externa do Programa no sentido de potenciar os resultados esperados, nomeadamente, através de um melhor aproveitamento dos níveis de coerência interna e externa e das sinergias entre Eixos e PI e entre o PO e outros instrumentos de financiamento, designadamente PO Temáticos. Tal poderá ser potenciado pela criação de mecanismos ao nível do modelo de governação, da gestão operacional e da regulamentação que vier a ser produzida, destacando-se também o papel que as abordagens integradas poderão vir a assumir como instrumentos privilegiados de intervenção territorial.

IV.1.3. Integração dos Princípios Horizontais

A Avaliação concluiu que o PO integrou os princípios da Parceria, da Igualdade de Género, da Igualdade de Oportunidades e da não discriminação e do Desenvolvimento sustentável na sua conceção e programação.

Na programação são contempladas ações dirigidas à promoção da participação da mulher no mercado de trabalho, à empregabilidade a tempo parcial e à melhoria das práticas das entidades empregadoras no que respeita à igualdade de oportunidades para o combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social, com expressão significativa na Região de Lisboa, para a integração social, em particular no mercado de trabalho, de grupos vulneráveis, imigrantes e minorias, para o combate às discriminações e estereótipos e para a promoção da igualdade de acesso a equipamentos e serviços sociais e de saúde.

O PO incorpora também o Princípio do Desenvolvimento sustentável nas suas várias dimensões - ambiental, económica e social dedicando um Eixo Prioritário ao desenvolvimento urbano sustentável (EP 8) e dois Eixos Prioritários aos Objetivos Temáticos centrais do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (EP 3 – Economia de Baixo Carbono e EP 4 – Preservar e Proteger o Ambiente e Promover a Utilização Eficiente de Recursos), criando condições para promover a sustentabilidade ambiental. Pelo seu perfil de intervenção e pelo volume de recursos alocados a estes dois Eixos, o contributo para os respetivos OT deverá ser limitado, esperando-se um maior contributo do PO SEUR.

A promoção da sustentabilidade ambiental será reforçada de forma transversal, através da internalização de princípios orientadores para a seleção das operações, neste sentido e através de mecanismos previstos no PO, em conformidade com o disposto no Acordo de Parceria (aplicação do princípio poluidor-pagador e majoração de apoios a projetos que demonstrem boas práticas), que deverão ser operacionalizados na regulamentação do Programa. Destaca-se ainda o contributo da regeneração e revitalização urbana de áreas desfavorecidas, para a otimização do recurso solo, contrariando as tendências de expansão urbana, e dos serviços urbanos, designadamente através da promoção da mobilidade dos modos suaves.

Na dimensão económica, destaca-se o incentivo à produção de elevado valor acrescentado, ao crescimento da economia verde e azul, estimulando o aproveitamento de oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, com impacto nas economias locais e criação de emprego. O contributo para a dimensão social do desenvolvimento sustentável é evidenciado pelo investimento no ensino e formação e na melhoria das condições de empregabilidade, promoção do emprego e forte aposta na inclusão social e combate à pobreza.

IV.1.4. Participação / Governança multinível

A análise efetuada revelou que o envolvimento e participação dos principais *stakeholders* na fase de preparação do POR Lisboa, assentou principalmente na sua auscultação em momentos específicos para recolha de contributos de enriquecimento e “validação” dos Documentos que o suportam (PAR 2014-20 e EREI de Lisboa), tendo sido minimizado o seu envolvimento na fase de programação.

O PO apresenta evidências do envolvimento dos *stakeholders*, principalmente na fase de elaboração do PAR, bem como da adoção de um modelo de governança multinível e do estímulo à criação de parcerias (designadamente, para a implementação de intervenções integradas de base territorial) nas fases de execução e acompanhamento, prevendo o envolvimento de organismos públicos com competências nos domínios específicos e de outras entidades parceiras estratégicas relevantes, bem como de parceiros privados e associativos, abordagem que deverá contribuir para uma maior eficácia na execução das ações a financiar.

O modelo de governança do POR Lisboa deverá ser objeto de ajustamentos em conformidade com o DL nº 137/2014 de 12 de setembro, diploma que estabelece o modelo de governança dos FEEI.

IV.1.5. Indicadores, monitorização e avaliação

A Bateria de indicadores proposta para o POR Lisboa integra os Indicadores Comuns Comunitários e Indicadores propostos no Acordo de Parceria e nas Cadeias de Programação Temáticas e evidencia uma intenção e um esforço de definição de um conjunto de indicadores restrito o que em algumas Prioridades de Investimento se revela insuficiente para monitorizar a execução de todas as ações propostas e a prossecução dos vários objetivos e resultados esperados.

De uma forma geral, os indicadores propostos são claros, existindo casos pontuais de algumas Prioridades de Investimento em que a redação dos indicadores poderia ser reformulada de forma a permitir uma maior clareza de interpretação ou uma maior harmonização da redação do conjunto de indicadores.

IV.1.6. Consistência da alocação dos recursos financeiros

Em termos globais, tendo em consideração a dotação global programada para o POR Lisboa, observa-se um esforço de concentração e focalização dos apoios em domínios específicos como o Domínio Temático Competitividade e Internacionalização (EP1 e EP2), a concentrar cerca 45% dos Fundos, seguido do Domínio Temático Inclusão social e Emprego (EP5 e EP6), com 23,2% dos apoios. O restante surge distribuído pelo Domínio Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (17,3%), pelo Domínio Temático Capital Humano (11,7%) e pela Assistência Técnica (2,9%). Esta alocação de recursos afigura-se, em geral, coerente

com as opções tomadas face aos principais desafios e necessidades da Região, com uma concentração financeira nos Eixos Prioritários mais relevantes.

Com base na informação existente na versão do PO objeto de Avaliação, considera-se adequada a mobilização de Instrumentos Financeiros nas PI identificadas.

IV.2. Recomendações

Ao longo da elaboração do POR Lisboa, foram internalizadas sugestões e recomendações dos relatórios anteriores das AAE e AEA que conduziram a uma consolidação da relevância e pertinência estratégicas dos Eixos Prioritários face aos principais referenciais da programação, a uma crescente adequação e coerência do Programa, principalmente interna, bem como à minimização de algumas fragilidades e inconsistências sinalizadas pelas AAE e AEA.

No que respeita à AEA, destaca-se:

- A incorporação de mecanismos de seletividade e orientação do investimento, promovendo um maior alinhamento das ações com as opções e referenciais estratégicos, em que se destaca a EREIL. Esta orientação foi na generalidade incorporada na apresentação dos objetivos específicos e respetivos resultados esperados, nas ações a apoiar e nos princípios orientadores para a seleção das operações.
- O reforço da incorporação, de forma transversal, do princípio do desenvolvimento sustentável, em grande medida, através da definição de princípios orientadores da seleção das operações.
- O aprofundamento das ações e da orientação do investimento em matéria de promoção da eficiência energética incluindo a mobilidade urbana sustentável (Eixo 3).
- O maior aproveitamento da complementaridade e sinergias internas (entre os diferentes Eixos) e com outros Fundos.
- A identificação de oportunidades de articulação com outros instrumentos de financiamento.

O aprofundamento das abordagens integradas de desenvolvimento territorial, bem como do Modelo de Governação do PO deu também resposta a algumas preocupações e recomendações anteriormente sinalizadas.

A Avaliação identifica, ainda, um conjunto de recomendações a contemplar na fase de operacionalização e implementação do Programa.

Modelo de governação

- Aprofundar o modelo de governação de acordo com o DL nº 137/2014 de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos FEEI.

- Aprofundar/clarificar os mecanismos que visam a não sobreposição de elegibilidades no que respeita às abordagens integradas de desenvolvimento territorial (ITI e DLBC).

Articulação com PO Temáticos, PO FEADER e FEAMP e com outros instrumentos de financiamento

- Estabelecer medidas pró-ativas no sentido de divulgar os instrumentos de financiamento complementares dos apoios concedidos através do PO, tendo em vista incentivar a procura por parte dos promotores e maximizar resultados associados aos objetivos específicos das Prioridades de Investimento selecionadas.

Regulamentação (tipologia de operações a apoiar, critérios de seleção, pareceres, condições de admissibilidade das operações, beneficiários...)

✓ *De carácter geral / transversais*

- Promover o alinhamento do Programa e a articulação das operações apoiadas com a ERL e a EREIL (nas PI com maior relevância para a sua concretização), através: (i) da solicitação aos órgãos de gestão responsáveis pela implementação destas estratégias, da demonstração do interesse e/ou do carácter prioritário das operações para a sua concretização, mediante parecer; e (ii) da valorização nos critérios de seleção do interesse estratégico das operações para a sua concretização.
- Promover a implementação das políticas públicas através dos fundos comunitários, condicionando a admissibilidade das operações à demonstração de evidência do seu enquadramento em instrumentos (planos setoriais, estratégias, programas, instrumentos de gestão do território,...) aprovados e em vigor, nos casos em que tal contribua explicitamente para promover a implementação das políticas públicas ou a racionalidade dos investimentos.
- Promover a discriminação positiva de componentes de investimento das operações apoiadas que evidenciem complementaridade com ações cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento comunitários ou nacionais.
- Assegurar a evidência de condições de sustentabilidade económica e financeira das operações em sede de candidatura.
- Reforçar a internalização do princípio do desenvolvimento sustentável de forma transversal, contemplando na Secção 11.1 do POR Lisboa a seguinte medida, em coerência com o definido no Acordo de Parceria: integrar na seleção de projetos, quando relevante, critérios no domínio da mitigação e adaptação às alterações climáticas, prevenção de catástrofes e prevenção e gestão de riscos.

✓ *Competitividade e Internacionalização*

- Promover a focalização do POR Lisboa em áreas de interesse estratégico regional, concentrando os apoios no domínio da Competitividade e Internacionalização quer se trate de projetos do Sistema Científico Tecnológico Nacional, quer os investimentos de natureza empresarial:
 - (i) em atividades identificadas como possuindo potencial de desenvolvimento, segundo o Plano de Ação Regional e a Estratégia de Especialização Inteligente; e/ou
 - (ii) em Estratégias de Eficiência Coletiva destinadas a estimular a constituição de clusters ou de outras redes.

Contudo, importa manter um grau de flexibilidade adequado no sentido de não limitar abordagens transversais. As prioridades identificadas deverão ser explicitadas nos Regulamentos Específicos e/ou Avisos de Abertura de Concursos.

- Considerar nas tipologias de ações a apoiar as iniciativas de intra-empendedorismo em empresas já estabelecidas, em articulação com a criação/desenvolvimento de núcleos de investigação e inovação.
- Contemplar na PI 3c, o apoio à formação em Gestão de projetos, já que a gestão do desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, supõe a existência de competências organizacionais e de gestão de projetos.
- Promover ações específicas nas empresas de desenvolvimento de capacidades para criar novos produtos/serviços, tendo em conta que a mera disponibilização de instrumentos financeiros de apoio ao reforço de capitais, sendo importante, não garante o efetivo desenvolvimento dessas capacidades.
- Promover, através dos critérios de seleção de “ações de valorização económica dos resultados da investigação, nomeadamente: patenteamento e licenciamento de propriedade industrial”, a existência de uma estratégia clara de exploração comercial das invenções no mercado internacional, por parte das entidades de investigação.
- Adotar uma perspetiva mais sistémica e menos linear das relações entre as Universidades e os centros de I&D e as empresas, reconhecendo que a dinâmica da inovação vem fundamentalmente da procura e não da oferta; sem uma articulação da procura de I&D, que é principalmente articulada pelas empresas, em função da sua ‘interpretação’ das tendências do mercado, a inovação torna-se muito mais difícil. Assim, a inovação deve ser considerada como uma consequência da necessidade de afirmação competitiva internacional das empresas e não o contrário (as empresas inovam para serem competitivas).

- Contemplar, na regulamentação dos instrumentos específicos de apoio às relações entre Universidades e centros de I&D e empresas, formas de atuação tanto do lado da procura como do lado da oferta, de modo a assegurar formas sustentadas e mutuamente benéficas de interação; adicionalmente, tais regulamentos devem ser articulados com a promoção da clusterização, designadamente nas áreas indicadas na EREIL.
- Definir critérios específicos para a conceção de instrumentos de apoio à promoção do empreendedorismo, tendo em conta a diversidade dos negócios, nomeadamente, de forma a serem tidas em conta as características específicas das indústrias culturais e criativas, da economia digital e da biotecnologia.
- Contemplar, entre as ações de promoção do empreendedorismo no âmbito da PI 3a, o apoio ao desenvolvimento de atividades que proporcionem o contacto com experiências que evidenciem os fatores de risco e condições de sustentabilidade de novas ideias, de preferência em articulação com unidades de incubação instaladas e com empresários e executivos experimentados.
- Contemplar, na regulamentação da PI 3b, o apoio a ações no domínio da dinamização de modelos de negócio orientados para a internacionalização e adequados à natureza das empresas a apoiar (consultoria, *coaching*,...).
- Estabelecer nos Regulamentos mecanismos que articulem adequadamente as interfaces entre Prioridades de Investimento, com especial atenção para as relações entre o EP 2 e os EP 5 e 7, designadamente “Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança” e “Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos *curricula* e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem” e a “Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas”.

✓ *Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos*

- Nas Ações Integradas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, no âmbito dos instrumentos para a sua operacionalização, será desejável a articulação das ações elegíveis com ações para a melhoria da eficiência energética (PI 4c).
- Ponderar a definição de critérios de seleção de operações da PI 6e, que contemplem, nos casos aplicáveis, a valorização das operações que promovam a eficiência energética e boas práticas ambientais, uma vez que esta PI irá apoiar a recuperação de edifícios e espaços para a instalação de atividades económicas, bem como a qualificação do espaço público e a qualificação do ambiente urbano.

✓ *Inclusão Social e Emprego*

- Reforçar a integração dos princípios da igualdade de género, da igualdade de oportunidades e da não discriminação na gestão do Programa, mediante mecanismos que, ao nível da seleção dos projetos, garantam a melhor integração destes princípios e potenciem os resultados esperados. Em particular, recomenda-se:
 - A integração do contributo para a igualdade de género e de oportunidades para grupos vulneráveis, desfavorecidos e minorias, em conformidade com os instrumentos de políticas públicas na área da igualdade de género e da não discriminação, como critério para a avaliação, classificação e aprovação das candidaturas;
 - A criação de mecanismos que envolvam as entidades com competências nas várias dimensões da igualdade de género, da igualdade de oportunidades e da não discriminação, na avaliação das intervenções e/ou no processo de acompanhamento do PO (representantes da CITE, da CIG, ACM, INR).

Monitorização e Acompanhamento

- Assegurar a monitorização estratégica do PO, desenvolvendo um sistema de indicadores que permita aferir a evolução do posicionamento da Região face às orientações do Quadro de Referência Estratégico, não só comunitárias, mas também dos instrumentos de política nacionais e regionais, entre os quais a EREIL, bem como as alterações que se pretendem induzir, subjacentes às opções estratégicas do PO nos vários domínios. No caso do desenvolvimento urbano sustentável, uma das prioridades de intervenção do FEDER e Eixo Prioritário de grande relevância na Região de Lisboa, esta monitorização estratégica será fundamental num quadro de alteração de paradigma que se pretende alcançar, em que a infraestruturação física será minimizada. A título de exemplo, a monitorização da PI da mobilidade sustentável deve ser suportada em indicadores que permitam avaliar o peso

relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e a alteração que se pretende induzir nas quotas dos modos de transporte, designadamente, o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.

- Definição das metas estratégicas globais no que respeita aos indicadores-meta da EE 2020, no sentido de tornar claro o comprometimento da Região e o seu contributo para a EE 2020.
- Assegurar condições de processamento de informação regionalizada para o cálculo dos indicadores selecionados para definir as metas da EE 2020 e nacionais nas áreas de energia e emissões de gases, pobreza e desigualdades sociais, por forma a permitir avaliar a evolução do *gap* regional face às metas definidas no PNR e na EE 2020.
- Incorporar nos sistemas de informação do PO campos de informação e indicadores compatíveis com a informação de contexto disponível e diretamente relacionáveis com as metas e objetivos setoriais e do PO, designadamente, as metas com que o PO se encontra comprometido.
- Promover a criação de mecanismos de monitorização de resultados e impactos que permitam aferir o contributo dos projetos para os objetivos e metas do PO. Esta recomendação deveria passar pela apresentação explícita pelo promotor, em sede de candidatura, dos indicadores que permitam aferir o contributo esperado do projeto para os objetivos e metas do PO e de um plano de monitorização e reporte do cálculo desses indicadores durante um período determinado após o início da fase de exploração do projeto.
- Criar condições de monitorização do desempenho energético das infraestruturas, equipamentos e edifícios apoiados quer ao nível do desenvolvimento do sistema de monitorização, quer ao nível dos mecanismos de reporte de informação por parte dos promotores. Esta recomendação pressupõe criar indicadores de desempenho em matéria de consumo de energia e eficiência energética, pertinentes e mensuráveis que permitam a aferir os resultados esperados e a sua contribuição para a concretização dos objetivos de política nesta matéria.
- Criar um sistema de recolha e análise de informação que permita monitorizar e avaliar o impacto do Programa no que respeita às alterações que se pretende induzir em matéria de Igualdade de Género e Não Discriminação (face às debilidades do diagnóstico nesta matéria). Trata-se de viabilizar a construção e cálculo de indicadores desagregados ao nível das várias dimensões da participação no mercado de trabalho, da promoção da igualdade de oportunidades e integração social, em particular no mercado de trabalho, de grupos vulneráveis e desfavorecidos, bem como de minorias, e na redução das várias formas de discriminação com base em estereótipos.

- Assegurar condições de observação do setor dos meios criativos e indústrias culturais, de monitorização do seu peso/importância na dinamização e internacionalização da economia regional, e da sua afirmação em geral, considerando a centralidade deste setor na estratégia de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

- Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 (dezembro, 2014);
- Guidance document on monitoring and evaluation, European Regional Development Fund and Cohesion Fund – Concepts and Recommendations, European Commission (março, 2014);
- The Programming Period 2014-2020. Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy – Guidance document on ex-ante evaluation” (janeiro, 2013).
- Plano de Ação Regional 2014-2020 (dezembro, 2013);
- Estratégia de Especialização Inteligente 2014-20 (dezembro, 2013);
- EUROPA 2020 Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (março, 2010);
- Estratégia Europa 2020- Ponto de Situação das Metas em Portugal (abril, 2013);
- Resolução do Conselho de Ministros de 20 de maio de 2013;
- Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020 (julho, 2014);
- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (agosto, 2014);
- Programa Operacional Emprego e Inclusão Social (agosto, 2014);
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (agosto, 2014);
- Programa Operacional Capital Humano (agosto, 2014);
- Avaliação ex ante da Proposta de Acordo de Parceria (novembro de 2013);
- Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas (março, 2011);
- Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro, que estabelece o Modelo de Governação dos FEEI
- REGULAMENTO da UE N.º 1287/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas -COSME (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1290/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação 2014-2020 (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1291/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação 2014-2020 (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1293/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa para o Ambiente e a Ação Climática - LIFE (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1295/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa Europa Criativa 2014-2020 (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1296/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social "EaSI (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1300/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo de Coesão (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1301/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1303/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece

disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1304/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Social Europeu (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1305/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1309/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização 2014-2020 (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1311/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020 (dezembro, 2013);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/201 de 26.12.2013 - Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020
- Estudo de avaliação da integração da perspetiva do género nos fundos estruturais, no período de programação 2007-2013, IGFSE.
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, Resolução do Conselho de Ministros 12.12.2013
- A Criatividade Urbana na Região de Lisboa (junho, 2012).
- Programming Period 2014-2020 Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund, European Commission (janeiro 2013);
- European Commission, The Programming Period 2014-2020. Guidance Document on Monitoring and Evaluation – European Regional Development Fund and Cohesion Funds – Concepts and Recommendations (abril);
- Documento de Programação do Programa Operacional do Potencial Humano (revisão de junho de 2012);
- Relatório de Execução 2012, Programa Operacional do Potencial Humano (junho 2013);
- Documento de Programação do Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013 (Dezembro de 2012);
- Relatório de Execução 2012, POR Lisboa (junho 2013).

ANEXOS

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 1 - Reforçar a Investigação, o desenvolvimento Tecnológico e a Inovação

Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu			
1: Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização regional e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	<ul style="list-style-type: none"> Fragmentação das infraestruturas de I&D Baixo nível do registo europeu de patentes 	<ul style="list-style-type: none"> Concentração de equipamentos de ensino superior e de centros de investigação Massa crítica assinalável na área da investigação científica Desenvolvimento de um polo regional de excelência internacional no ensino e na investigação Elevada mobilidade de diversos atores sociais no espaço europeu nos domínios do ensino e investigação 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de consolidar e valorizar a presença de Lisboa entre as regiões inovadoras da UE e de colocar a I&D ao serviço da internacionalização da Região. Necessidade de consolidar as infraestruturas de I&D&I com vista a assegurar massa crítica e escala. Fomentar o investimento em I&D, aproximando o valor de investimento do PIB em I&D (2,31% em 2010) da meta europeia (3%).
Prioridade de Investimento 1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral			
1. Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo maior eficácia no Sistema de Inovação Regional e a criação de valor económico	<ul style="list-style-type: none"> Fracos níveis de colaboração entre as empresas e as universidades, entre as empresas e os centros tecnológicos e entre as empresas em geral e as atividades de I&D. Deficiências na prestação de serviços avançados às empresas por parte das infraestruturas tecnológicas Deslocalização de empresas de capital estrangeiro tecnologicamente avançadas Empresas da Região recorrem pouco à prestação de serviços avançados por parte das unidades de I&D e das infraestruturas tecnológicas. Reduzida eficiência na transferência de tecnologia e défice de “transformação de conhecimento” gerados pela I&D em produtos ou serviços inovadores e reduzidas competências internas das empresas em I&D&I e reduzida inserção de recursos humanos qualificados nas empresas. Baixo nível do registo europeu de patentes 	<ul style="list-style-type: none"> Região do país com maior volume de despesas e recursos humanos afetos a I&D Existência de elementos e condições de base para fazer crescer e desenvolver o sistema de inovação regional, orientado para a transferência de tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> Acelerar a transferência e difusão de resultados de I&D no tecido empresarial Dinamizar núcleos de investigação e desenvolvimento nas empresas Dinamizar a procura de serviços tecnológicos pelas empresas Aumentar a cooperação e a articulação entre empresas e entre estas e centros de I&D ou outras entidades no âmbito das atividades de inovação Acelerar a difusão e transferência de resultados de I&D no tecido empresarial Reforçar as estratégias de clusterização, nomeadamente nos domínios de especialização inteligente Necessidade de aumentar a intensidade exportadora
2: Aumentar o investimento empresarial em I&D&I, reforçando a ligação das empresas às entidades do SCT e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseado na inovação.			
3: Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem o reforço da inovação e da internacionalização de empresas e cadeias de valor (Clusterização).			
4: Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão na cadeia de valor.			

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 2: Reforçar a Competitividade das PME

Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 3a - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas			
1: Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca taxa de sobrevivência de iniciativas empresariais associada às debilidades de gestão e organização • Predominância de uma visão individualizada dos projetos das indústrias criativas e falta de sensibilidade para o funcionamento em redes com maior sustentabilidade económica • Défice de transformação do conhecimento gerado pela I&D em produtos ou serviços inovadores • Dispersão, reduzida articulação e qualificação das infraestruturas de incubação 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte dinâmica de nascimento de empresas em especial nos setores de alta e média tecnologia • Condições para residência permanente de empreendedores de nível europeu e mundial 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o empreendedorismo qualificado, os spin off e a consolidação de empresas intensivas em tecnologia e conhecimento, aproveitando o capital humano que a região possui. • Qualificar e aumentar a sobrevivência das iniciativas empresariais e inovadoras; • Melhorando o quadro de apoio técnico e financeiro de estímulo às iniciativas inovadoras, em particular as capacidades de gestão e a organização empresarial
Prioridade de Investimento 3b - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização			
1: Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal.	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos de especialização com procura internacional pouco dinâmica no contexto de forte concorrência e valor das exportações em percentagem do PIB praticamente inalterado • Reduzido peso nas exportações de produtos com maior intensidade de tecnologia • Significativa orientação do setor produtivo para o mercado interno e base exportadora exigua, e fraca capacitação de muitas empresas para a presença nos mercados externos 	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração das principais infraestruturas logísticas do sistema de transportes e internacionalização • Posicionamento geoestratégico – localização privilegiada enquanto plataforma de intermediação entre Europa e o resto do mundo • Condições para residência permanente de empreendedores de nível europeu e mundial • Destino turístico de excelência e reconhecido, com destaque para o turismo cultural, desportivo, náutico e de negócios • Crescimento do turismo cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de aumentar a intensidade exportadora

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 2: Reforçar a Competitividade das PME (cont.)

Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de investimento 3c - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços			
1: Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços.	<ul style="list-style-type: none"> • Especialização produtiva da Região assente ainda em atividades de reduzido valor acrescentado e baixa intensidade tecnológica e de conhecimento. • Insuficiente desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado. • Baixos níveis de I&D&I nas empresas • Baixo nível do registo europeu de patentes • Falta de conhecimento sobre as indústrias culturais e criativas, nomeadamente peso real na economia • Incapacidade das empresas para investir e falta de incentivos fiscais atrativos • Falhas de mercado relevantes ao nível da disponibilidade de capital para partilha de risco do empreendedorismo e da inovação • Mercado financeiro conservador e com pouca disponibilidade para promover formas inovadoras de financiamento • Reduzida capacidade das PME em acederem a financiamento internacional ou a mecanismos de financiamento não bancário • Diminuição do potencial atrativo e quebra de cadeias de valor emergentes, devido ao contexto financeiro e económico desfavorável • Elevada dependência das indústrias criativas dos apoios públicos, fraca sustentabilidade dos modelos de financiamento e funcionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte potencial da região em setores na área da sustentabilidade e dos serviços às empresas e às pessoas. • Dimensão marítima e estuarina com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas portadoras de valor • Emergência e crescimento sustentado de uma economia do conhecimento suportada na cultura, onde o segmento das indústrias culturais e criativas desempenha um papel preponderante • Multiculturalidade e massa crítica com capacidade de atração de atividades que associem a valorização do património, criação artística e cultural, lazer, turismo e vivências urbanas • Elementos históricos para criação de marcas (Fado, Pessoa, Oceanos..) 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de acrescer a produção e bens e serviços de qualidade e diferenciadores com elevado nível de incorporação de valor nacional • Necessidade de mitigar as condições adversas de financiamento das PME

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 3 – Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbono

Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
<p>Prioridade de investimento 4b - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas; Prioridade de investimento 4c – Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.</p>			
<p>4b 1. Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização de consumos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada dependência energética do exterior, sustentada nos combustíveis fósseis ou na eletricidade gerada com base nestes • Falta de cultura energética e ambiental, nos setores da construção e da indústria, com consequências na baixa eficiência energética de edificado público e privado e das atividades económicas • Intensidade energética do setor empresarial regional (consumo de energia elétrica na indústria regional representa 22,2% do consumo total da indústria nacional). • Grande ineficiência energética do setor público que concentra elevado nº de equipamentos e serviços públicos em resultado do efeito de capitalidade (a iluminação interior de edifícios da Administração Pública representa 6,8% do consumo de energia elétrica regional) Parque habitacional com baixos índices de eficiência energética (56% do parque habitacional tem mais de 30 anos e apresenta níveis de vetustez e degradação elevados e baixos índices de eficiência energética). 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescente otimização da gestão energética dos edifícios de serviços e indústria, dos edifícios públicos e dos modelos de iluminação pública • Promoção de medidas para a implementação da eficiência energética no setor dos serviços e no setor doméstico • Priorização política para a execução das principais medidas que compõem o ECO.AP • Efeito dinamizador do aproveitamento do potencial endógeno e do aumento da eficiência energética na atividade económica • Relevância dos instrumentos de apoio à eficiência energética para dinamizar a reabilitação urbana do edificado privado 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de reduzir a fatura energética nos custos de produção dada a intensidade energética do setor empresarial regional • Necessidade de atingir as metas para 2020, definidas no PNAE. • Necessidade de aumentar a competitividade económica por via da adoção de novos modelos de consumo de energia pelas empresas, sobretudo nas unidades industriais com maior dimensão - indústrias químicas, de cerâmica e vidro, e de cimentos. Estes setores terão de adaptar o seu modelo de negócio apostando na ecoeficiência e nas tecnologias limpas.
<p>4c 1. Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, da administração regional e local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos</p>			
<p>4c 2. Aumentar a eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social</p>			

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 4 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

	Constrangimentos	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de investimento 6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural			
1: Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a Região de Lisboa como destino turístico de excelência	<ul style="list-style-type: none"> • Emergência de novos concorrentes no mercado turístico e renovação dos tradicionais • Dispersão urbana e fracionamento de corredores ecológicos e ecossistemas • Aumento descontrolado da atividade turística, de lazer e recreio, designadamente na faixa litoral e nas áreas rurais e florestais com o consequente aumento da construção urbana e de infraestruturas em áreas sensíveis • Restrições orçamentais no domínio do ambiente, decorrentes da conjuntura socioeconómica, com consequente subvalorização dos parâmetros de qualidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Destino turístico consolidado e reconhecido internacionalmente (A região ocupa atualmente a 9ª posição no ranking de regiões metropolitanas europeias em nº de dormidas) • Forte identidade histórico-cultural e Imagem atrativa da região com potencial económico. A riqueza dos ativos culturais (3 locais classificados como Património da Humanidade, mais de 1 centena de monumentos nacionais e sete dezenas de museus) é a base da atividade turística com uma procura significativa e geradora de dinâmica hoteleira • Existência de inúmeras áreas urbanas com notabilidade patrimonial, histórica, cultural, arquitetónica e paisagística com grande singularidade e atratividade • Potencial da região para se afirmar como destino turístico de excelência, com destaque para o turismo cultural, desportivo, náutico e de negócios • Elevados níveis de biodiversidade e presença de recursos naturais e paisagísticos de grande qualidade e diversidade • Elevada concentração de espécies e habitats • Existência de vastas áreas com usos agrícolas, florestais e silvestres fundamentais para a qualificação ambiental e paisagística e para o desafogo e segmentação de áreas urbanizadas • Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção eficaz das zonas ecologicamente sensíveis • Recursos paisagísticos e ambientais com potencial para fomentar vivências e práticas de ar livre e atrair fluxos de lazer e turismo afirmando a região como “destino verde” • Espaços naturais diferenciadores e de importância estratégica para a conservação da natureza associando a produção agrícola, florestal e silvestre à qualificação ambiental e paisagística ao lazer e turismo • Crescente procura de produtos naturais/biológicos • Incremento da libertação de linhas de água e zonas de máxima permeabilização, recuperação de leitos de cheia, associadas à constituição de estruturas ecológicas e de aproveitamento produtivo do solo • Desenvolvimento do conceito de estruturas ecológicas e de hortas urbanas como elementos de gestão e de fruição do espaço público 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar as estruturas ecológicas metropolitanas e os serviços dos ecossistemas • Melhorar o uso e gestão sustentáveis dos recursos naturais • Resolver fenómenos de poluição e desqualificação ambiental

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 5 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de investimento 8i - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores			
1: Integrar os desempregados de forma sustentada no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Elevada taxa de desemprego (no 2º trimestre de 2013 – 19,3%, sendo que os desempregados com 55 e mais anos representavam 18% do total. Aumento de permanência no desemprego Elevada taxa de desemprego jovem e número significativo de jovens inativos fora do sistema educativo e formativo o que potencia o seu afastamento do mercado de trabalho Procura de mão-de-obra barata e desqualificada face ao atual contexto socioeconómico Fuga de quadros técnicos superiores 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projetos estruturantes ou inovadores com impacto no emprego e na economia regional Criação de emprego nos domínios da economia azul com potencial de absorção de mão-de-obra de setores em declínio 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a inserção profissional de desempregados Financiar a melhoria das qualificações dos desempregados Contribuir para a meta da EU de 75% da população entre os 20 e os 64 anos esteja empregada em 2020
Prioridade de Investimento 8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras			
1: Aumentar o número de empresas criadas e as iniciativas de criação do emprego por conta própria	<ul style="list-style-type: none"> Reduzido peso dos trabalhadores por conta própria no total da população empregada (13,8% em 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Pese embora a crescente relevância do empreendedorismo, esta é uma área com ampla margem de progressão 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de estimular a participação económica dos ativos apoiando o empreendedorismo Reduzir a taxa de desemprego Rejuvenescer o tecido produtivo e promover a inovação

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 5 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (cont.)

	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 8iv - Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual			
1: Melhorar as condições de conciliação da vida familiar e profissional promovendo o emprego a tempo parcial.	<ul style="list-style-type: none"> • Adiamento da idade média da mulher ao nascimento do 1º filho e redução da taxa de natalidade • Ausência de estratégias de incentivo à natalidade e de estímulo à conciliação entre vida profissional e familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do PINEP 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a natalidade e a empregabilidade através de medidas inscritas no PINEP • Combater o envelhecimento demográfico
2: Integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos sectores público, privado e cooperativo.	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenças de género assinaláveis no que respeita à participação no mercado de trabalho e ao ganho médio mensal 		<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar a desigualdade de género na participação no mercado de trabalho
Prioridade de Investimento 8v - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários			
1: Promover a modernização dos processos produtivos e de gestão que sustentem a internacionalização e maior incorporação de I&D&I nas PME.	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos humanos pouco qualificados e desajustados das necessidades do mercado de trabalho, o que constitui obstáculo à estratégia de internacionalização e à aposta na inovação • Forte relação entre a falta de qualificação e as dificuldades de empregabilidade • Crescente dificuldade de integração de recursos humanos qualificados no mercado de trabalho com efeitos colaterais negativos na valorização social do ensino e da formação • Dificuldades no processo de transformação produtiva potenciadas pelas fragilidades do quadro de qualificações dos ativos 		<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de qualificação dos ativos em geral e dos empresários em particular, para promover a transição para um modelo de desenvolvimento económico assente na inovação • Necessidade de promover maior incorporação de I&D&I nas PME • Melhorar as condições de empregabilidade dos ativos empregados e desempregados • Reduzir as taxas de desemprego
2: Aumentar a empregabilidade dos ativos (desempregados, empregados em risco de desemprego e empregados) através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.			
3: Inserção de RH altamente qualificados (com habilitações ao nível de pós-graduação) nas empresas como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I			

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 9i - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade			
1: Aumentar as competências pessoais, sociais e profissionais e facilitar o acesso ao mercado de trabalho de grupos vulneráveis, ampliando a empregabilidade e reduzindo a vulnerabilidade económica.	<ul style="list-style-type: none"> Elevada taxa de desemprego e dificuldade de(re)integração dos desempregados no mercado de trabalho Incidência do desemprego mais acentuada junto de grupos mais vulneráveis Concentração de pensionistas e beneficiários de RSI e acréscimo destes últimos no período 2007/2011 Empobrecimento generalizado das famílias e situações de pobreza acentuada Desenho de projetos sociais locais muito pressionado pelas necessidades de financiamento das organizações e pouco suportado em diagnósticos e nas necessidades prioritárias dos indivíduos e comunidades Fragilidade financeira das entidades do terceiro setor e 3 das organizações de base local 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização crescente da sociedade para a cidadania ativa e das empresas e suas organizações para a responsabilização social e para dinamizarem iniciativas de combate à pobreza e exclusão social Aumento significativo na última década de projetos de combate à pobreza centrados na capacitação dos indivíduos e das suas organizações e no trabalho em rede Crescente consolidação do Terceiro Setor no combate à pobreza e exclusão social Mobilização crescente da sociedade para a cidadania ativa Valorização do saber dos cidadãos seniores 	
2: Reduzir a pobreza, a exclusão social e o desemprego em territórios urbanos problemáticos			
3: Reduzir os níveis de exclusão social e económica dos imigrantes e dos indivíduos pertencentes a minorias étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Inversão da taxa de crescimento migratório na última década Acréscimo da população estrangeira em 50% entre 2001 e 2011, sendo que a região concentra 50% dos estrangeiros residentes em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> Crescente valorização de projetos de mediação intercultural como forma de aproximação e integração de comunidades imigrantes e minorias étnicas Boas práticas no acolhimento, integração e capacitação das comunidades imigrantes 	
Prioridade de Investimento 9iii - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades			
1: Combater as discriminações e os estereótipos.	<ul style="list-style-type: none"> Expressivo aumento de idosos em situação de isolamento nos centros históricos e áreas centrais das principais aglomerações urbanas Prevalência de baixa empregabilidade das pessoas deficientes Potencial de fenómenos de discriminação étnica, racial ou religiosa devido à concentração de residentes estrangeiros 		<ul style="list-style-type: none"> Luta contra os estereótipos sexistas, a violência doméstica e o apoio a vítimas, mães solteiras e grávidas adolescentes são prioridades na região

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (cont.)

	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 9iv - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral			
1: Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde, dirigidas a pessoas com deficiências ou incapacidades e de pessoas idosas e suas famílias.	<ul style="list-style-type: none"> • Debilidade na oferta de equipamentos de proximidade orientados para indivíduos com deficiência, idosos e de apoio à 1ª infância, designadamente creches • Reduzido investimento na área da saúde mental e das demências • Aumento da incidência de problemas de saúde mental • Célebre mudança no perfil da população sénior exigindo uma readaptação das respostas sociais e dos equipamentos existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescente valorização dos serviços de proximidade que permitam manter os idosos nos seus quotidianos 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de reestruturar as redes de equipamentos coletivos devido às transformações na procura decorrentes da conjuntura recessiva • Fortes necessidades de ampliação e qualificação de respostas sociais (serviços saúde mental, apoio a eficientes e pessoas idosas)
Prioridade de Investimento 9vi - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais 9d - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária			
1: Aumentar o número de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local em territórios costeiros e em territórios urbanos desfavorecidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de vitalidade social e económica dos centros históricos e das áreas urbanas centrais • Persistência de áreas urbanas desfavorecidas, com graves problemas sociais económicos e menor disponibilidade de meios para responderem a essa desvantagem • Presença de comunidades rurais e piscatórias com problemas de cariz social e económico • Insuficiências nas abordagens urbanas integradas desenvolvidas nos últimos anos, nomeadamente na articulação das dimensões física-social-económica e na conjugação de instrumentos financeiros comunitários 	<ul style="list-style-type: none"> • A região e Lisboa tem sido um espaço privilegiado para o ensaio de abordagens urbanas inovadoras que concederam grande centralidade à participação da sociedade civil • Elevados investimentos ao longo das últimas décadas na qualificação urbana com melhorias significativas na qualidade do ambiente urbano, na dotação de equipamentos de proximidade, no espaço público e nas infraestruturas viárias • Elevada heterogeneidade de iniciativas inovadoras no domínio do empreendedorismo social • Crescente consolidação do Terceiro Setor no combate à pobreza e exclusão social 	

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (cont.)

	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 9a -Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.			
1: Aumentar as taxas de cobertura da oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados e de creches.	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação do envelhecimento demográfico • Debilidade na oferta de equipamentos de proximidade orientados para idosos e de apoio à 1ª infância, designadamente creches • Baixa taxa de cobertura de creches (28% em 2011) 		<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de ampliar a rede de cuidados continuados integrados para responder ao envelhecimento da região • Necessidade de ampliar a oferta de serviços de saúde destinados a doentes com problemas e necessidades que exigem apoio específico
2: Aumentar a taxa de cobertura dos serviços de saúde e de proximidade assegurando uma intervenção precoce na doença e a introdução de inovação e desenvolvimento do sistema de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de várias unidades dispersas pela cidade de Lisboa a funcionarem em edifícios inadequados e envelhecidos • Alterações ao nível do envelhecimento da população, cronicidade e epidemiológicas que agravam as necessidades de cuidados de saúde 		<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a eficiência e eficácia da prestação de cuidados de saúde
3: Aumentar a capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos			

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 7 – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem

	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridades de Investimento 10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.			
1: Melhorar o sucesso escolar no ensino básico e secundário.	<ul style="list-style-type: none"> • Persistência de uma taxa de abandono escolar precoce (22,7% em 2011) superior à média europeia • Níveis de insucesso escolar significativos (taxas de retenção e desistência 8,9% em 2011) superiores à média nacional (7,5% em 2011) e fragilidades relevantes ao nível do desempenho escolar (competências adquiridas) • Persistência de um segmento importante da população entre os 3 e os 5 anos que não frequenta o ensino pré-escolar 	Recente diminuição em cerca de 10 pontos percentuais da taxa de abandono escolar	Intervenção precoce na infância e educação especial Realização de programas de apoio a necessidades educativas especiais Apoio a famílias de menores recursos para que frequentem o ensino obrigatório
2. Aumentar a participação no ensino pré-escolar, básico e secundário por crianças e jovens com necessidades educativas especiais ou com contextos socioeconómicos desfavorecidos			
Prioridade de Investimento 10iii - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas			
1. Aumentar o nível de qualificação da população adulta ativa, através da conclusão de percursos de formação escolar ou de dupla certificação para a aquisição de uma certificação ISCED 2 ou 3, que permita melhorar as condições de empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Persistência de segmentos da população com baixos níveis de educação e formação comparativamente aos valores médios comunitários (o nível de escolaridade de nível secundário entre os 25 e 64 anos era em 2011 de 59,5% contra 74,2 na UE. • População com ensino superior inferior à média europeia (16,8% contra 26,8%) • Rácio doutorados /1.000 habitantes, inferior à média europeia (1,95 contra 2,92) 	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração de recursos de ensino 	

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 7 – Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem (cont.)

	Dimensões problema	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes.			
1: Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho, para uma formação significativa de quadros médios especializados.	<ul style="list-style-type: none"> Défice de quadros médios especializados Desfasamento entre a oferta de ensino e a formação profissional, as procuras individuais e as necessidades de mercado Peso das vias profissionalizantes no total dos alunos do secundário abaixo da média da UR (31,8% contra 51,5%) 		
Prioridade de Investimento 10a - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.			
1. Requalificar as infraestruturas do ensino profissional e pré-escolar, básico e secundário	<ul style="list-style-type: none"> Prevalecem domínios e territórios com deficiências na oferta de serviços e equipamentos dirigidos a crianças e ao ensino profissional 		
2: Reforçar as capacidades do Ensino Superior	<ul style="list-style-type: none"> Rede de estabelecimentos do ensino superior antiga e com necessidades de requalificação. Crescente concorrência internacional entre universidades, 	<ul style="list-style-type: none"> Elevada mobilidade no espaço europeu nos domínios do ensino 	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de captação de estudantes do ensino superior do espaço europeu num contexto de forte concorrência internacional entre universidades Necessidade de promover a modernização e adaptação das instalações que revelem maiores necessidades

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 8 – Desenvolvimento urbano sustentável

	Constrangimentos	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 4e - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação			
1: Promover a mobilidade ecológica e com baixa emissão de carbono.	<ul style="list-style-type: none"> Excessivo recurso ao transporte individual Lisboa registou entre 2001 e 2011 um crescimento 11,6% na utilização do automóvel como meio de transporte e uma redução no recurso a transportes coletivos, sendo o automóvel utilizado por 54% da população da Região nas deslocações de casa para o trabalho ou local de estudo. Os transportes possuem um peso importante no consumo de energia primária regional (próximo de 1/3, sendo o consumo de combustível de 0,5 TEP/habitante), constituindo um dos domínios críticos para promover a eficiência energética. 	<ul style="list-style-type: none"> Crescente otimização da gestão energética dos transportes Crescente investimento na aquisição de transportes coletivos movidos a eletricidade e a gás natural, em redes cicláveis e parques de estacionamento com sistemas de recarga de veículos elétricos Melhoria da rede de transportes coletivos, alargando a cobertura da população e promovendo a intermodalidade e a utilização de modos suaves de transporte 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de Incentivar a transferência modal do transporte individual motorizado para modos de transporte mais eficientes e de reforçar a intermodalidade e mobilidade urbana sustentável, com a criação de condições para um aumento de meios de mobilidade suaves.
Prioridade de Investimento 6e - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.			
1: Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas e a melhoria da qualidade de informação e monitorização disponíveis sobre a qualidade do ar	<ul style="list-style-type: none"> Subsistência de passivos ambientais ainda com alguma expressão, sobretudo solos contaminados e salinizados, e áreas críticas. Existência de áreas significativas de uso industrial obsoletas ou em declínio Elevados níveis de poluentes atmosféricos em determinados pontos de áreas urbanas, em particular associados à circulação rodoviária 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de áreas significativas de uso industrial obsoletas ou em declínio, abandonadas com localizações de excelência para protagonizar novas dinâmicas económicas e ancorar projetos estruturantes do novo modelo económico regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualificação e reconversão dos espaços industriais abandonados cujas vantagens locativas podem gerar novas dinâmicas económicas, em articulação com a RIS3 A qualidade do ar é um dos principais desafios ambientais da região, pelo que a redução da poluição do ar assume especial relevância e prioridade

Anexo 1. Diagnóstico Regional - Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-20

Eixo 8 – Desenvolvimento urbano sustentável (cont.)

	Constrangimentos	Potencialidades / oportunidades	Necessidades de intervenção
Prioridade de Investimento 9b - Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais			
1: Regenerar física, social e economicamente as zonas desfavorecidas.	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de vitalidade social e económica dos centros históricos e das áreas urbanas centrais • Existência de áreas urbanas críticas, com graves problemas sociais e urbanísticos • Insuficiências nas abordagens urbanas integradas desenvolvidas nos últimos anos, nomeadamente na articulação das dimensões física-social-económica e na conjugação de instrumentos financeiros comunitários • Incapacidade de investimento na reabilitação urbana no atual contexto económico e dificuldade de associação entre investimento público e privado • Crescente inoperacionalidade dos instrumentos públicos de apoio à reabilitação urbana do parque habitacional privado e não elegibilidade destas intervenções no âmbito dos Fundos comunitários • Aumento de áreas urbanas em perda, aumento de fogos vagos e degradação do edificado • Degradação de áreas infraestruturadas e/ou alvo de investimentos para o desenvolvimento devido à conjuntura atual • Políticas socio-urbanísticas inadequadas e desarticuladas, continuação da extensificação urbana e subaproveitamento dos ativos construídos 	<ul style="list-style-type: none"> • Recente revalorização das áreas urbanas centrais e históricas • Tendência de aumento de investimento na reabilitação urbana face à construção de novas edificações • Associação das políticas de dinamização económica do setor da construção civil e de dinamização do emprego com as políticas de reabilitação urbana • Elevados investimentos ao longo das últimas décadas na qualificação urbana com melhorias significativas na qualidade do ambiente urbano, na dotação de equipamentos de proximidade, no espaço público e nas infraestruturas viárias • Capitalização dos investimentos realizados na regeneração urbana para dinamizar o investimento na reabilitação do edificado privado 	

Anexo 2. Contributo Potencial das Opções Estratégicas do POR Lisboa para a Concretização de cada um dos Domínios-Chave da Estratégia Regional de Lisboa 2014-20

POR Lisboa 2014-20		Estratégia Regional de Lisboa 2014-20 – Domínios Chave								
		Crescimento inteligente			Crescimento sustentável			Crescimento inclusivo		Capacitação Regional
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Sistemas produtivos e especialização inteligente	Educação, emprego e empreendedorismo	Meios criativos e indústrias culturais	Recursos, serviços ambientais e riscos	Economia de baixo carbono	Qualificação urbana	Demografia e serviços e proximidade	Inclusão e inovação social	
EP 1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	PI 1a	✓								
	PI 1b	✓								
EP 2 - Competitividade das PME	PI 3a	✓	✓	✓						
	PI 3b	✓		✓						
	PI 3c	✓		✓	✓					
EP 3 - Economia de Baixo Carbono	PI 4b					✓				
	PI 4c					✓				
EP 4 - Ambiente e Eficiência dos Recursos	PI 6c	✓		✓	✓		✓			
EP5 - Emprego e Mobilidade Laboral	PI 8i	✓	✓							
	PI 8iii	✓	✓						✓	
	PI 8iv		✓					✓		
	PI 8v	✓	✓							

(continua)

Anexo 2. Contributo Potencial das Opções Estratégicas do POR Lisboa para a Concretização de cada um dos Domínios-Chave da Estratégia Regional de Lisboa 2014-20

POR Lisboa 2014-20		Estratégia Regional de Lisboa 2014-20 – Domínios Chave								
		Crescimento inteligente			Crescimento sustentável			Crescimento inclusivo		Capacitação Regional
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Sistemas produtivos e especialização inteligente	Educação, emprego e empreendedorismo	Meios criativos e indústrias culturais	Recursos, serviços ambientais e riscos	Economia de baixo carbono	Qualificação urbana	Demografia e serviços e proximidade	Inclusão e inovação social	
EP 6 - Inclusão Social e Combate à Pobreza	PI 9i		✓					✓	✓	
	PI 9iii								✓	
	PI 9iv							✓	✓	
	PI 9vi/9d						✓	✓	✓	
	PI 9a							✓	✓	
EP 7 - Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	PI 10i								✓	
	PI 10iii		✓						✓	
	PI 10iv		✓						✓	
	PI 10a		✓				✓	✓		
EP 8- Desenvolvimento Urbano Sustentável	PI 4e					✓	✓			
	PI 6e						✓			
	PI 9b						✓	✓	✓	

Anexo 3. Contributo Potencial do POR Lisboa para a Estratégia Regional de Lisboa 2014-20

Estratégia Regional de Lisboa 2014-20		POR Lisboa	
Domínios chave	Prioridades estratégicas	Eixos do POR Lisboa	PI do POR Lisboa
CRESCIMENTO INTELIGENTE			
Sistemas produtivos e especialização inteligente	1. Potenciar os recursos do sistema científico e tecnológico já presentes na região e afirmar Lisboa como território de produção de conhecimento e de investigação de excelência	Eixo 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação Eixo 5. Emprego e mobilidade laboral	1a 8i
	2. Afirmação e qualificação do turismo enquanto base económica da região: a) o reforço da promoção turística no contexto internacional; b) o reforço da sua posição competitiva mundial no segmento das reuniões, congressos e conferências internacionais; e c) a melhoria/gestão da oferta existente para o turista de lazer e dos short breaks.	Eixo 4- Ambiente e eficiência de recursos	6c
	3. Consolidação dos cachos de atividades emergentes e/ou consolidados nos sectores de média e média alta tecnologia ou serviços intensivos em conhecimento	Eixo 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação Eixo 2. Competitividade das PME Eixo 5. Emprego e mobilidade laboral Eixo 7. Ensino e aprendizagem ao longo da vida	1b, 3a., 3b, 3c, 8i, 8iii, 8v 10iv, 10a
	4. Promover o aproveitamento do potencial da “economia azul” beneficiando da localização privilegiada da região, das oportunidades criadas pela extensão da plataforma continental e das fortes tradições de ligação às temáticas da água e do mar.	Eixo 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação Eixo 2. Competitividade das PME Eixo 5. Emprego e mobilidade laboral Eixo 7 Ensino e aprendizagem ao longo da vida	1a, 1b 3a, 3b, 3c, 8i, 8iii, 8v, 10iv, 10a.
	5. Afirmar Lisboa enquanto espaço de localização de investimento direto estrangeiro	Eixo 1 Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação Eixo 2. Competitividade das PME	1b 3c
	6. Reforçar a colaboração entre as empresas e as universidades e aumentar a eficiência na transferência de tecnologia e transformação de conhecimento	Eixo 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação Eixo 2. Competitividade das PME	1b, 3c, 8i,

Anexo 3. Contributo Potencial do POR Lisboa para a Estratégia Regional de Lisboa 2014-20

Estratégia Regional de Lisboa 2014-20		POR Lisboa	
Domínios chave	Prioridades estratégicas	Eixos do POR Lisboa	PI do POR Lisboa
Educação, emprego e empreendedorismo	1. Reforçar o combate ao desemprego intensificando as medidas de apoio à inserção no mercado de trabalho (promovendo o acesso ao mercado de trabalho daqueles que dispõem de piores condições de empregabilidade)	Eixo 2. Competitividade das PME Eixo 5. Emprego e mobilidade laboral Eixo 6. Inclusão social e combate à pobreza	3a, 8i, 8iii, 8iv, 9i.
	2. Promover a empregabilidade dos jovens facilitando a sua inserção no mercado de trabalho e combatendo o abandono e o insucesso escolar	Eixo 5. Emprego e mobilidade laboral Eixo 7. Ensino e aprendizagem ao longo da vida	8i, 8iii, 10i, 10iv.
	3. Promover a qualificação do capital humano e o reforço do acesso à aprendizagem ao longo da vida	Eixo 5. Emprego e mobilidade laboral Eixo 7. Ensino e aprendizagem ao longo da vida	8v, 10iii, 10iv.
Meios criativos e indústrias culturais	1. Potenciar os impactos económicos em termos de crescimento, criação de emprego e exportações da forte criatividade já existente em Lisboa, por via do apoio à profissionalização e qualificação das iniciativas dos criadores, promovendo a passagem da lógica de meios criativos e indústrias culturais à economia criativa com capacitação dos agentes do setor	Eixo 2. Competitividade das PME Eixo 4. Ambiente e eficiência de recursos	3a, 3b, 3c, 6c.
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL			
Recursos, serviços ambientais e riscos	1. Promover o conhecimento, proteção, valorização e uso e gestão sustentáveis dos recursos naturais, das águas e fundos da plataforma continental, faixa costeira e ambientes de transição, nas suas múltiplas perspetivas: biodiversidade e conservação da Natureza, educação ambiental, lazer, aproveitamento económico, qualificação territorial e ambiental	Eixo 4. Ambiente e Eficiência dos Recursos	6c.
	2. Valorizar as áreas com potencial agrícola, florestal e silvestre como elementos fundamentais para a produção primária, qualificação ambiental e paisagística e incremento do lazer	Eixo 4. Ambiente e Eficiência dos Recursos	6c.
	3. Promover a proteção e valorização das linhas e zonas de máxima infiltração, e o uso eficiente da água, prevenindo a degradação e sobre-exploração dos aquíferos e a reutilização de águas para usos urbanos não potáveis.	Eixo 4. Ambiente e Eficiência dos Recursos	6c.
	4. Promover a resolução dos passivos ambientais, a redução da deposição em aterro, bem como a prevenção, reciclagem dos resíduos urbanos	-	-
	5. Promover o aumento da resiliência territorial aos diferentes tipos de riscos naturais, gerando respostas adaptativas às alterações climáticas e desenvolvendo sistemas de gestão de catástrofes	-	-

Anexo 3. Contributo Potencial do POR Lisboa para a Estratégia Regional de Lisboa 2014-20

Estratégia Regional de Lisboa 2014-20		POR Lisboa	
Domínios chave	Prioridades estratégicas	Eixos do POR Lisboa	PI do POR Lisboa
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL			
	6. Promover a produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, explorando o elevado potencial energético endógeno (solar, eólica, das ondas, biomassa florestal e agrícola, e biogás) e o recurso a tecnologias e investimentos inovadores	-	-
Economia de baixo carbono (principalmente energia-eficiência e produção, mobilidade e transportes)	1. Promover o desenvolvimento de modelos e sistemas de acessibilidades, de transportes ecológicos e com baixo teor carbónico, fomentando a transferência modal do transporte individual motorizado para modos de transporte mais eficientes, a mobilidade urbana sustentável e inclusiva e a qualidade do ambiente urbano.	Eixo 8. Desenvolvimento urbano sustentável	4e.
	2. Promover uma cultura energética e ambiental, em particular no setor da construção, fomentadora de uma maior eficiência energética do edificado público e privado	Eixo 3. Economia de baixo teor de carbono	4c.
	3. Aumentar a competitividade económica do tecido industrial, mediante novos padrões de consumo de energia suportados numa crescente aposta na eficiência energética e na utilização de energias renováveis	Eixo 3. Economia de baixo teor de carbono	4b.
	4. Criar as condições para uma efetiva política de eficiência energética no Estado, suportada em estratégias integradas de baixo teor de carbono	Eixo 3. Economia de baixo teor de carbono	4c.
	5. Assumir uma perspetiva multissetorial na implementação da estratégia de baixo carbono, relevando a sua inclusão em estratégias integradas de desenvolvimento urbano, de modo a reduzir a intensidade energética e carbónica nas cidades	Eixo 8. Desenvolvimento urbano sustentável	4e / AIDUS
Qualificação urbana	1. Fortalecer o sistema urbano regional, nomeadamente a rede de aglomerações estruturantes da AML, promovendo um desenvolvimento urbano sustentável que privilegie a reabilitação urbana e a revitalização económica das áreas centrais, contrariando a extensificação urbana e o subaproveitamento dos ativos construídos	Eixo 3. Economia de baixo carbono Eixo 4. Ambiente e Eficiência dos Recursos Eixo 6. Inclusão Social e Combate à Pobreza Eixo 7. Ensino e aprendizagem ao longo da vida Eixo 8. Desenvolvimento urbano sustentável	4c, 4e 6c, 6e 9i, 9vi/9d, 9a e 9b, DLBC e AIDUS
	2. Qualificar as áreas urbanas críticas caracterizadas pela coexistência de graves problemas sociais e urbanísticos, contribuindo para a inclusão social, combate à pobreza e para a coesão socio-territorial da Área Metropolitana de Lisboa		
	3. Qualificar as áreas industriais obsoletas e em declínio, eliminando os passivos ambientais existentes e criando condições para o acolhimento de novas atividades produtivas estruturantes da Área Metropolitana		

Anexo 3. Contributo Potencial do POR Lisboa para a Estratégia Regional de Lisboa 2014-20

Estratégia Regional de Lisboa 2014-20		POR Lisboa	
Domínios chave	Prioridades estratégicas	Eixos do POR Lisboa	PI do POR Lisboa
Qualificação urbana	4. Assegurar uma qualificação integrada dos espaços urbanos, que contemple as várias dimensões da vida urbana – ambientais, económicas, sociais e culturais – suportada em parcerias sólidas entre residentes, organizações da sociedade civil, economia local e os vários níveis de governação		
CRESCIMENTO INCLUSIVO			
Demografia e serviços de proximidade	Aumentar a eficácia e a eficiência das redes de equipamentos e de serviços sociais instaladas na Região, respondendo mais adequadamente às necessidades das crianças, dos idosos, das famílias e comunidades e da população com deficiência	Eixo 6. Inclusão Social e Combate à Pobreza Eixo 7. Ensino e aprendizagem ao longo da vida Eixo 8. Desenvolvimento urbano sustentável	9iv, 9a e 9b 10a.
	Responder aos desafios demográficos da Região, criando condições para um envelhecimento ativo e de qualidade e para uma melhor conciliação entre a vida familiar e profissional	Eixo 5. Emprego e mobilidade laboral Eixo 6. Inclusão Social e Combate à Pobreza	8iv, 9i.
	Responder aos desafios emergentes na área da saúde mental e das demências e na promoção de melhores condições de vida para este segmento da população, bem como de apoio e formação aos cuidadores familiares	Eixo 6. Inclusão Social e Combate à Pobreza	9i, 9iv.
Inclusão e Inovação Social	Promover a inclusão social dos principais grupos vulneráveis como as crianças e jovens, idosos e desempregados em situação de pobreza, os imigrantes, pessoas com deficiência, pessoas sem-abrigo, toxicodependentes e ex-reclusos.	Eixo 6. Inclusão Social e Combate à Pobreza Eixo 7. Ensino e aprendizagem ao longo da vida Eixo 8. Desenvolvimento urbano sustentável	9i, 9iii, 9iv, 9vi, 9a, 9b, 10i, 10iii, 10iv.
	Reforçar as iniciativas de mediação intercultural como forma de aproximar e integrar as comunidades imigrantes e as minorias étnicas	Eixo 6 – Inclusão Social e Combate à Pobreza	9i.
	Reforçar o papel e a sustentabilidade da Economia Social no combate à pobreza e à exclusão social	Eixo 5. Emprego e mobilidade laboral Eixo 6 – Inclusão Social e Combate à Pobreza Eixo 8 – Desenvolvimento urbano sustentável	8iii 9i, 9vi, 9b
	Densificar, diversificar e qualificar o tecido associativo local conferindo-lhe um papel central no combate à pobreza e à exclusão social, no reforço da participação das populações nos processos de desenvolvimento local e no aumento da resiliência suportada em redes de solidariedade local	Eixo 6 – Inclusão Social e Combate à Pobreza Eixo 8 - Desenvolvimento urbano sustentável	9i, 9vi, 9b.

Anexo 4. Coerência entre os Eixos e Prioridades de Investimento do POR Lisboa e os Eixos de Intervenção da EREI de Lisboa

POR Lisboa		Eixos de intervenção da EREIL					
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	O apoio ao sistema científico e tecnológico e à produção e conhecimento	O apoio à cooperação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas e à transformação de conhecimentos	O apoio ao empreendedorismo, em particular o empreendedorismo de base tecnológica que promova a valorização económica do conhecimento	O apoio à investigação e inovação nas empresas	O apoio à internacionalização das atividades de produção de conhecimento e das empresas	O apoio à qualificação dos recursos humanos
EP 1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	PI 1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu	✓					
	PI 1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior (...);	✓	✓	✓	✓		
EP 2 - Competitividade das PME	PI 3a - Promoção do espírito empresarial (...)	✓	✓	✓			
	PI 3b - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização			✓		✓	
	PI 3c – Concessão de apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	✓		✓	✓	✓	

Anexo 4. Coerência Entre os Eixos e Prioridades de Investimento do POR Lisboa e os Eixos de Intervenção da EREI de Lisboa

POR Lisboa		Eixos de intervenção da EREIL					
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	O apoio ao sistema científico e tecnológico e à produção e conhecimento	O apoio à cooperação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas e à transformação de conhecimentos	O apoio ao empreendedorismo, em particular o empreendedorismo de base tecnológica que promova a valorização económica do conhecimento	O apoio à investigação e inovação nas empresas	O apoio à internacionalização das atividades de produção de conhecimento e das empresas	O apoio à qualificação dos recursos humanos
EP 3 - Economia de Baixo Carbono	PI 4b - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas						
	PI 4c - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no sector da habitação						
EP4 - Ambiente e Eficiência dos Recursos	PI 6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural						

Anexo 4. Coerência Entre os Eixos e Prioridades de Investimento do POR Lisboa e os Eixos de Intervenção da EREI de Lisboa

POR Lisboa		Eixos de intervenção da EREI					
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	O apoio ao sistema científico e tecnológico e à produção e conhecimento	O apoio à cooperação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas e à transformação de conhecimentos	O apoio ao empreendedorismo, em particular o empreendedorismo de base tecnológica que promova a valorização económica do conhecimento	O apoio à investigação e inovação nas empresas	O apoio à internacionalização das atividades de produção de conhecimento e das empresas	O apoio à qualificação dos recursos humanos
EP5 - Emprego e Mobilidade Laboral	PI 8i - Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos (...)						
	PI 8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas (...)			✓			✓
	PI 8iv- Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego (...)						
	PI 8v - Adaptação à mudança, dos trabalhadores, das empresas e dos empresários			✓			✓
EP 6 - Inclusão Social e Combate à Pobreza	PI 9i - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade						✓
	PI 9iii - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades						
	PI 9iv - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral						

Anexo 4. Coerência Entre os Eixos e Prioridades de Investimento do POR Lisboa e os Eixos de Intervenção da EREI de Lisboa

POR Lisboa		Eixos de intervenção da EREIL					
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	O apoio ao sistema científico e tecnológico e à produção e conhecimento	O apoio à cooperação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas e à transformação de conhecimentos	O apoio ao empreendedorismo, em particular o empreendedorismo de base tecnológica que promova a valorização económica do conhecimento	O apoio à investigação e inovação nas empresas	O apoio à internacionalização das atividades de produção de conhecimento e das empresas	O apoio à qualificação dos recursos humanos
EP 6 – Inclusão Social e Combate à Pobreza	PI 9vi Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais						✓
	PI 9a - Investimentos na saúde e infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local (...)						
EP 7 - Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	PI 10i- Redução e prevenção do abandono escolar precoce (...)						✓
	PI 10iii - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida (...)						✓
	PI 10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho (...)						✓
	PI 10a - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino						✓
EP 8 – Desenvolvimento urbano sustentável	PI 4e - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas (...)						
	PI 6e- Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas (...)						
	PI 9b - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais						✓

Anexo 5. Principais Relações de Contributividade entre os Eixos do POR Lisboa

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivos específicos	EP 1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	EP 2- Competitividade das PME	EP 3 - Economia de Baixo Carbono	EP4 - Ambiente e Eficiência dos Recursos	EP5 - Emprego e Mobilidade Laboral	EP 6 - Inclusão Social e Combate à Pobreza	EP 7 - Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	EP 8 – Desenv. Urbano Sustentável	
EP 1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	PI 1a	1		✓	✓		✓	✓	✓		
	PI 1b	1		✓			✓				
		2		✓			✓		✓		
		3		✓							
		4		✓			✓		✓		
EP 2 - Competitividade das PME	PI 3a	1	✓			✓	✓				
	PI 3b	1									
	PI 3c	1	✓		✓	✓		✓	✓		
EP 3 - Economia de Baixo Teor de Carbono	PI 4b	1		✓			✓			✓	
	PI 4c	1					✓			✓	
		2					✓			✓	
EP 4 - Ambiente e Eficiência na Utilização dos Recursos	PI 6c	1		✓			✓	✓		✓	
EP 5 - Emprego e Mobilidade Laboral	PI 8i	1						✓			
	PI 8iii	1		✓				✓	✓		
	PI 8iv	1						✓			
		2						✓			
	PI 8v	1	✓	✓							
		2		✓					✓	✓	
3		✓	✓								

Anexo 5. Principais Relações de Contributividade entre os Eixos do POR Lisboa

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Objetivos específicos	EP 1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	EP 2 - Competitividade das PME	EP 3 - Economia de Baixo Carbono	EP4 - Ambiente e Eficiência dos Recursos	EP5 - Emprego e Mobilidade Laboral	EP 6 - Inclusão Social e Combate à Pobreza	EP 7 - Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	EP 8 – Desenv. Urbano Sustentável	
EP 6 - Inclusão Social e Combate à Pobreza	PI 9i	1					✓		✓		
		2					✓			✓	
		3					✓				
	PI 9iii	1									
		PI 9iv	1								
	PI 9vi/9d	1				✓		✓	✓	✓	
		PI 9a	1					✓			✓
			2								
		3	✓								
EP 7 - Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	PI 10i	1						✓			
		2						✓			
	PI 10iii	1		✓			✓	✓			
	PI 10iv	1		✓	✓		✓	✓			
	PI 10a	1						✓		✓	
2			✓								
EP 8 - Desenvolvimento Urbano Sustentável	PI 4e	1			✓	✓					
	PI 6e	1		✓		✓					
	PI 9b	1		✓	✓	✓	✓	✓			

Anexo 6. Alinhamento dos Eixos Prioritários e das Prioridades de Investimento PO com os Domínios Temáticos de Estruturação da Programação Nacional dos FEEI

POR Lisboa		Domínios temáticos de estruturação da programação nacional dos FEEI			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Competitividade e internacionalização	Inclusão social e emprego	Capital humano	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos
EP 1 - Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	PI 1a - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu	✓		✓	
	PI 1b - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior (...);	✓		✓	
EP 2 - Competitividade das PME	PI 3a - Promoção do espírito empresarial (...)	✓	✓		
	PI 3b - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	✓			
	PI 3c – Concessão de apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	✓			
EP 3 - Economia com baixo teor de Carbono	PI 4b - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	✓			✓
	PI 4c - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no sector da habitação				✓

(continua)

Anexo 6. Alinhamento dos Eixos Prioritários e das Prioridades de Investimento PO com os Domínios Temáticos de Estruturação da Programação Nacional dos FEEI

POR Lisboa		Domínios temáticos de estruturação da programação nacional dos FEEI			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Competitividade e internacionalização	Inclusão social e emprego	Capital humano	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos
EP4 - Ambiente e Utilização Eficiente dos Recursos	PI 6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	✓			✓
EP5 - Emprego e Mobilidade Laboral	PI 8i - Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos (...)	✓	✓		
	PI 8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas (...)	✓	✓	✓	
	PI 8iv- Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego (...)		✓		
	PI 8v - Adaptação à mudança, dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	✓	✓	✓	
EP 6 - Inclusão Social e Combate à Pobreza	PI 9i - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade		✓	✓	
	PI 9iii - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades		✓	✓	
	PI 9iv - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral		✓	✓	

(continua)

Anexo 6. Alinhamento dos Eixos Prioritários e das Prioridades de Investimento PO com os Domínios Temáticos de Estruturação da Programação Nacional dos FEEI

POR Lisboa		Domínios temáticos de estruturação da programação nacional dos FEEI			
Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Competitividade e internacionalização	Inclusão social e emprego	Capital humano	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos
EP 6 - Inclusão Social e Combate à Pobreza e discriminação (cont.)	PI 9vi Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais		✓	✓	
	PI 9a - Investimentos na saúde e infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local (...)		✓	✓	
EP 7 - Ensino e Aprendizagem	PI 10i- Redução e prevenção do abandono escolar precoce (...)		✓	✓	
	PI 10iii - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida (...)		✓	✓	
	PI 10iv - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho (...)		✓	✓	
	PI 10a - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino	✓	✓	✓	
EP 8 – Desenvolvimento Urbano Sustentável	PI 4e - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas (...)				✓
	PI 6e- Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas (...)	✓			✓
	PI 9.8 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais		✓		

Anexo 7. Comentários aos Indicadores de Resultado e Realização

Eixo Prioritário 1. Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
1a	<ul style="list-style-type: none"> • Patentes EPO por PIB em PPC (por mil M€ PIB em PPC) 	Considera-se que o indicador é relevante.
1b	<ul style="list-style-type: none"> • Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das unidades de I&D (excluindo as unidades do setor empresas) (%) • Despesa das empresas em I&D no VAB (%) • Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação (%) • Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (Não PME do inquérito comunitário à inovação) (%) 	Considera-se que os indicadores são relevantes, ainda que os indicadores deste tipo, por serem percentuais, estão sujeitos a erros e distorções (ver por exemplo MM Godinho e V C Simões, Relatório Erawatch, 2011). Estes indicadores são, no entanto, insuficientes e não cobrem a totalidade de objetivos da PI, salientando-se a ausência p.ex., de indicadores relativos a estabelecimento de novos centros de I&D nas empresas.
PI	Indicadores de Realização	Considerações
1a	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação, Inovação: Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas (ETI) • Projetos de I&D apoiados • Infraestruturas de investigação apoiadas 	Considera-se que os indicadores são relevantes.
1b	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções • Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (€) • Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI) • Investigação, Inovação Número de empresas em cooperação com instituições de investigação • Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado • Projetos de transferência e utilização de conhecimento (Nº) 	Considera-se que os indicadores são relevantes, ainda que não permitam obter informação desagregada para as vertentes de apoio, p.ex., inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, núcleos de I&D, cluserização.
Eixo Prioritário 2. Reforçar a Competitividade das PME		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
3a	<ul style="list-style-type: none"> • Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (%) 	Considera-se que o indicador é relevante, mas tem a limitação de deixar de fora as indústrias criativas.
3b	<ul style="list-style-type: none"> • Valor de exportações no volume de negócios nas PME (%) 	Indicador insuficiente para medir os vários objetivos da PI, não permitindo aferir resultados em termos, p.ex., de diversificação de mercados e utilização de novos modelos de negócio, ou recurso à economia digital.
3c	<ul style="list-style-type: none"> • PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q) com atividades de Inovação no total de PME do inquérito comunitário à inovação (%) 	Este indicador tem a limitação de restringir-se apenas a um dos campos de atuação da PI, a inovação.
PI	Indicadores de Realização	Considerações
3a	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções • Investimento Produtivo: Número de novas empresas apoiadas • Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI) 	Considera-se que os indicadores são relevantes, mas não abrangem todo o campo de atuação da PI, nomeadamente as infraestruturas e ações coletivas apoiadas.

Eixo Prioritário 2. Reforçar a Competitividade das PME (cont.)		
PI	Indicadores de Realização	Considerações
3b	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções • Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (€) • Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI) 	Considera-se que o indicador é relevantes, no entanto, não abrange todo o campo de atuação da PI. Acresce que a serem mobilizados instrumentos de engenharia financeira devia ser acrescentado o indicador “Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções”.
3c	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções • Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (€) • Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI) • Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa 	Considera-se que os indicadores são relevantes.
Eixo Prioritário 3. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
4b	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia primária nas empresas (tep) 	Considera-se que o indicador é relevante e suficientemente abrangente para cobrir os objetivos da PI.
4c	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia primária na administração regional e local (Tep) • Fogos de habitação social com classificação energética melhorada (%) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir os objetivos da PI.
PI	Indicadores de Realização	Considerações
4b	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio • Nº Empresas com consumo de energia melhorado 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir as ações da PI.
4c	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado • Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos • Redução das emissões de gases com efeito de estufa • Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa • Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir as ações da PI.
Eixo Prioritário 4. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
6c	<ul style="list-style-type: none"> • Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (milhares) 	Considera-se que o indicador é relevante e suficientemente abrangente para cobrir os objetivos da PI.
PI	Indicadores de Realização	Considerações
6c	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo sustentável Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de apoio (visitas/ano) 	Considera-se que o indicador é relevante, mas insuficientemente abrangente para cobrir as ações da PI.

Eixo Prioritário 5. Promover a sustentabilidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
8i	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação (%) • Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional (%) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir os objetivos da PI.
8iii	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%) 	Considera-se que o indicador é relevante e suficientemente abrangente para cobrir os objetivos da PI.
8iv	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades apoiadas com planos para a igualdade implementados com avaliação efetuada (%) • Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação (%) 	Considera-se que o 1º indicador é relevante. No caso do 2º sugere-se alterar para “Participantes empregados a tempo parcial 6 meses depois de terminada a participação nas ações”.
8v	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio (%) • Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação (%) • Empresas que implementaram planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas (%) • Participantes desempregados, incluindo DLD, que obtiveram competências escolares e/ou profissionais certificadas (%) • Participantes empregados que pelo menos mantêm o emprego 6 meses depois de terminada a participação na formação (%) 	Indicadores relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir os objetivos da PI.
PI	Indicadores de Realização	Considerações
8i	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação (n.º) • Participantes desempregados que beneficiam de estágios profissionais (n.º) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir as ações da PI.
8iii	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (n.º) 	Considera-se que o indicador é relevante.
8iv	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades apoiadas que implementaram planos para a igualdade (n.º) • Participantes desempregados que beneficiam de apoio à contratação (n.º) 	Considera-se que o 1º indicador é relevante. No caso do 2º indicador sugere-se a sua alteração para “Nº de beneficiários apoiados para transitarem para trabalho a tempo parcial”.
8v	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas (n.º) • Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial (n.º) • PME apoiadas em programas de formação-ação (n.º) • Participantes desempregados, incluindo DLD, na formação (n.º) • Participantes empregados na formação (n.º) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir as ações da PI.
Eixo Prioritário 6. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
9a	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de cobertura das creches (%) • Taxa de cobertura de utentes abrangidos por Unidades de Saúde Familiar (%) • Tempos médios de espera para acesso a cuidados de saúde hospitalares de prioridade de nível II (dias) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir os objetivos da PI.
9d	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado 	Considera-se que o indicador é relevantes mas insuficientemente abrangentes para cobrir os objetivos da PI.

Eixo Prioritário 6. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (cont.)		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
9i	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes nas ações dos CLDS que se encontram abrangidos por medidas ativas de emprego ou formação profissional (%) • Participantes do Programa Escolhas entre os 6 e os 24 anos que completaram com sucesso o ano escolar ou foram reintegrados na escola, formação ou emprego (%) • Participantes com deficiência e incapacidade que foram certificados no final da formação (%) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir os principais objetivos da PI.
9iii	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes em ações de formação de públicos estratégicos que concluíram a formação (%) 	Considera-se que o indicador é relevante, mas insuficiente para cobrir os objetivos da PI.
9iv	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes que concluem ações de formação para profissionais de serviços sociais e de saúde (%) • Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis (%) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir os principais objetivos da PI.
9vi	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%) 	Considera-se que o indicador é insuficiente face aos objetivos do DLBC.
PI	Indicadores de Realização	Considerações
9a	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde: População abrangida por serviços de saúde melhorados (pessoas) • Equipamentos sociais e de saúde apoiados (n.º) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir as ações da PI.
9d	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias DLBC apoiadas 	Considera-se que o indicador é insuficiente face aos objetivos e ações previstas para o DLBC.
9i	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes nas ações dos CLDS (n.º) • Participantes no Programa Escolhas entre os 6 e os 24 anos (n.º) • Participantes com deficiência e incapacidade em ações de reabilitação profissional (n.º) • Projetos de inovação e experimentação social apoiados (n.º) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir as principais ações da PI.
9iii	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes em ações de formação de públicos estratégicos (n.º) 	Considera-se que o indicador é relevante, mas insuficiente para cobrir as ações da PI.
9iv	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes em ações de formação para profissionais de serviços sociais e de saúde (n.º) • Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis (n.º) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir as principais ações da PI.
9vi	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (%) 	Considera-se que o indicador é insuficiente face aos objetivos e ações do DLBC.
Eixo Prioritário 7. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
10a	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos) • Taxa de cobertura do pré-escolar (% de crianças) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir os objetivos da PI.
10i	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (%) • Taxa de cobertura de crianças no pré-escolar, associada aos contratos de desenvolvimento (% de alunos) 	Considera-se que os indicadores são relevantes mas insuficientemente abrangentes para cobrir os objetivos da PI.
10iii	<ul style="list-style-type: none"> • Adultos certificados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional (%) 	Considera-se que o indicador é relevante e suficientemente abrangente para cobrir os objetivos da PI.
10iv	<ul style="list-style-type: none"> • Diplomados nos cursos de dupla certificação, de nível ISCED 3 (%) • Diplomados em cursos, de nível ISCED 4 (CET) (%) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir os objetivos da PI.

Eixo Prioritário 7. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida		
PI	Indicadores de Realização	Considerações
10a	<ul style="list-style-type: none"> Acolhimento de crianças e educação: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (pessoas) 	Considera-se que o indicador não é muito relevante; sugere-se a utilização de um indicador mais ligado às intervenções p.ex., “Instituições de ensino intervencionadas”.
10i	<ul style="list-style-type: none"> Escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo, de nível ISCED 2 (n.º) Crianças apoiadas em contratos de desenvolvimento no pré-escolar por ano (n.º) 	Considera-se que os indicadores são relevantes, mas insuficientemente abrangentes para cobrir as ações da PI.
10iii	<ul style="list-style-type: none"> Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional (n.º) Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3 (n.º) 	Considera-se que os indicadores são relevante e suficientemente abrangente para cobrir as ações da PI.
10iv	<ul style="list-style-type: none"> Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível, ISCED 3 (n.º) Jovens apoiados em cursos de nível, ISCED 4 (CET) (n.º) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangente para cobrir as ações da PI.
Eixo Prioritário 8. Desenvolvimento urbano sustentável		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
4e	<ul style="list-style-type: none"> Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa na área urbana (Ton/CO2) 	Considera-se que o indicador é relevante, mas insuficiente abrangente para cobrir os objetivos da PI.
6e	<ul style="list-style-type: none"> Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano 	Considera-se que o indicador é relevante mas pouco objetivo.
9b	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção 	Considera-se que o indicador é relevante mas pouco objetivo.
PI	Indicadores de Realização	Considerações
4e	<ul style="list-style-type: none"> Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (Km) 	Considera-se que o indicador é pouco claro, e que não reflete a diversidade de ações prevista para esta PI.
6e	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2) Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2) 	Considera-se que os indicadores são relevantes e suficientemente abrangentes para cobrir as ações da PI.
9b	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2) Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (nº) 	Considera-se que os indicadores são relevantes, mas insuficiente abrangentes para cobrir as ações da PI.
Eixo Prioritário Assistência Técnica		
PI	Indicadores de Resultado	Considerações
	<ul style="list-style-type: none"> Tempo médio de aprovação do projeto (desde a candidatura até à assinatura do contrato) Tempo médio de pagamento aos beneficiários desde a data de submissão do pedido de pagamento 	Considera-se que os indicadores são relevantes.
PI	Indicadores de Realização	Considerações
	<ul style="list-style-type: none"> Ações de acompanhamento (%) Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT (ETI) Manuais de procedimentos disponíveis on-line (%) 	Considera-se que os indicadores são relevantes.

Anexo 8. Focus Group “Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) na Região de Lisboa”

Data: Lisboa 2 de Abril de 2014, CCDRLVT

Agenda

- 1. **Balanço da gestão e execução do PO anterior – virtualidades e limitações**
- 2. **Colaboração entre as Empresas e a Universidade e Valorização Económica da I&D**

Presenças

CCDR LVT [Eduardo Brito Henriques (Presidente da CCDR LVT); José Damas Antunes; Diogo Martins; Fernanda do Carmo]

IESE [António Oliveira das Neves e Vítor Corado Simões]

Interlocutores

- André Barata Moura (Turismo de Lisboa)
 - António Sarmiento (Instituto Superior Técnico)
 - Casimiro Ramos (ACEGE)
 - Fernando Santana (Faculdade de Ciências)
 - João Neto (AICEP)
 - Jorge Guerra Justino (Instituto Politécnico de Santarém)
 - Maria João Corte Real (FCT)
 - Pedro Dominginhos (Instituto Politécnico de Setúbal)
 - Pedro Rebordão (LISPOLIS)
 - Pedro Ferreira de Carvalho (AERLIS)
 - Vítor Ventura Ramos (AERLIS)
 - Luís Correia da Silva (Empresário e Professor Universitário)
-
- Como potenciar a interação / cooperação entre empresas, Centros de I&D e Instituições de Ensino Superior?
 - Que tipo de iniciativas deverão ser apoiadas pelo PO para contribuir de forma eficaz para que o esforço em investigação se transforme em inovação empresarial?
 - Como potenciar a inserção das entidades do SCTN e empresas sedeadas na Região em redes internacionais e nacionais de clusterização e de excelência científica e tecnológica?
 - Como estimular a criação de novas empresas de base cognitiva orientadas para os mercados internacionais?

Introdução

A sessão foi iniciada pelo presidente da CCDR LVT sobre as principais orientações do POR Lisboa 2014-2020, referindo nomeadamente:

- Pistas para orientações de implementação;
- Necessidade de prosseguir o aprofundamento das relações do PO com a EREIL; e
- Domínios da Especialização Inteligente com forte enquadramento na Área Temática da Competitividade e Internacionalização.

Seguiu-se uma intervenção do Coordenador da Equipa de Avaliação *Ex-ante* do POR Lisboa 2014-2020 relativamente às principais vertentes da abordagem da Competitividade e I&D&I no Plano Lisboa 2014-2020, concluindo com a identificação das questões-chave a abordar no Focus Group:

- Avaliação / Balanço do POR Lisboa 2007-2013: Olhar o passado, identificando o que convirá manter e o que se trona necessário melhorar; e
- Valorização económica do investimento em Investigação científica.

1. Balanço da execução e gestão do PO anterior – virtualidades e limitações

As intervenções incidiram especialmente nos seguintes aspetos:

- Complexidade e burocracia do processo de candidatura e avaliação: foi sublinhada a necessidade de reduzir a carga burocrática e de adaptar melhor os formulários das candidaturas aos objetivos dos projetos (foi notada, em particular, a não adaptação dos formulários no caso de projetos de investigação de natureza disruptiva); necessidade de cumprimento efetivo dos prazos de avaliação definidos;
- Necessidade de avaliar empiricamente o nível de esforço exigido aos agentes económicos para elaborar e acompanhar uma candidatura; foi referido a este respeito a existência de um projeto em curso incidindo sobre uma análise comparada destes processos a nível comunitário;
- Condições de acesso a financiamentos complementares;
- Dificuldade sentida pelos agentes económicos de conhecer todos os instrumentos disponíveis, daqui decorrendo a necessidade de melhorar a informação disponível;
- Na área específica do turismo, foi referido que muitos projetos de investigação apoiados não são totalmente do interesse das empresas, havendo necessidade de uma aproximação entre associações empresariais e instituições de investigação (mais sobre isto adiante);
- Problemas decorrentes da definição de mandatos regionais para algumas entidades públicas, inviabilizando a sua atuação fora do espaço geográfico delimitado (tendo sido referido o caso específico do IP Setúbal); foi explicado na altura que tal definição não pode ser ultrapassada, tendo

- sido sugerido, no entanto, que ela pode ser contornada através de uma maior cooperação entre PO, mas também entre as várias entidades, de modo a responder às limitações das barreiras geográficas;
- Dificuldade de definição exata de quem está, ou não, sujeito aos princípios da Lei da Contratação Pública; e
 - Necessidade de maior articulação entre instrumentos de financiamento da investigação a nível nacional e europeu; foi argumentado que seria conveniente considerar, nos programas nacionais, instrumentos de financiamento não apenas do processo de candidaturas ao Horizon 2020 mas também da participação em grupos de trabalho a nível europeu, cujo trabalho é fundamental para a posterior definição de programas de financiamento.

Conclusões

Das apreciações de balanço acima referidas resultam, como principais conclusões, na ótica da Avaliação *ex-ante*, as seguintes:

1. Necessidade de maior eficiência na implementação dos sistemas de incentivos, de modo a reduzir os custos (em esforço e em tempo) para os agentes económicos;
2. Relevância de uma análise comparativa, a nível europeu, dos custos e tempos do processo de candidatura e avaliação, na perspetiva dos agentes económicos;
3. Melhoria do sistema de informação disponível, de modo a permitir aos agentes económicos uma perspetiva global dos instrumentos disponíveis, cruzando dimensões temáticas e regionais e diferentes sistemas de incentivos;
4. Adaptação dos sistemas nacionais (e regionais) de financiamento para projetos de investigação e desenvolvimento experimental de modo a facilitar a participação de entidades nacionais a nível europeu (Horizon 2020), tanto no processo de candidatura como na participação em grupos de trabalho.

2. Colaboração entre as Empresas e a Universidade e Valorização Económica da I&D

Como potenciar a interação/cooperação entre Empresas, Centros de I&D e Instituições de Ensino Superior?

Das várias intervenções efetuadas no sentido de responder a esta questão ressaltou um consenso no sentido de promover aquela colaboração. Alguns participantes sublinharam a importância de atuar do lado da oferta (p.ex., a criação de “comerciais do conhecimento”), enquanto outros notaram que será indispensável atuar também do lado da procura, promovendo as capacidades internas das empresas, como elemento estimulante do diálogo que importa estabelecer. Igualmente sublinhada, a necessidade de uma “mudança de cultura”, no sentido de estabelecer métricas socialmente relevantes de avaliação da investigação.

Mais especificamente ressaltaram os contributos seguintes:

- Criação de “comerciais do conhecimento”, de forma a promover, junto das empresas, as competências existentes nas unidades de I&D;
- Estímulo do desenvolvimento de capacidades internas das empresas e de recrutamento de quadros, especialmente nas PME, de modo a poder articular a procura (o argumento é o de que uma aposta focada na oferta e na chamada ‘transferência de tecnologia’ é insuficiente e distorcida, esquecendo a base de conhecimento existente nas empresas e as necessidades específicas destas);
- Promoção de “alianças de conhecimento” entre empresas e organizações de I&D (embora os contornos exatos do conceito não tenham ficado nítidos);
- Promoção do ensino como instrumento de estímulo da convergência entre empresas e organizações de I&D e Universidades, tendo sido sugeridas iniciativas relativas a cursos em parceria, estímulo de projetos de Mestrado e de Doutoramento sobre temas definidos pelas empresas e cursos de Gestão da Inovação (dirigidos tanto para os quadros das empresas como para investigadores (foi referido especificamente as iniciativas modelo desenvolvidas no âmbito do projeto City Eco Energy));
- Alteração das métricas de avaliação da investigação, de modo a orientar a investigação para temas socialmente mais relevantes, não ficando apenas pelas publicações e pedidos de patentes; como foi referido, “o investigador não pode ficar apenas pelo resultado científico”; e
- Promoção da colocação de docentes e de bolseiros de investigação nas empresas, desejavelmente em torno de projetos concretos.

Que tipo de iniciativas deverão ser apoiadas pelo PO para contribuir de forma eficaz para que o esforço em investigação se transforme em inovação empresarial?

Esta questão encontra-se estreitamente relacionada com a anterior, havendo algumas sugestões acima referidas que também se aplicam neste caso. O consenso em termos da desejabilidade de promover a valorização da investigação através da inovação empresarial, incluindo a criação de novas empresas. Foi notado, todavia, que esse processo não deve ser encarado como de sentido único, das Universidades e centros de I&D para as empresas. Quando as iniciativas partem das empresas, a probabilidade da sua transformação em inovação é muito superior. Foi sublinhada também a necessidade, referida acima, de uma mudança cultural, alterando os critérios usados para avaliação do desempenho de investigação e os incentivos a eles associados. Aquela mudança deveria envolver também, argumentou-se, a transição dos Parques de Ciência para Business Parks, de modo a sublinhar a importância da transformação das atividades científicas e de investigação em resultados económicos.

Mais especificamente, foi destacado o seguinte:

- Alteração das métricas de avaliação da investigação, de modo a valorizarem a aplicação do conhecimento, encarada como a passagem da patente para o produto (embora tenha sido observado que ter produtos para vender não significa capacidade de ‘interpretar’ o mercado, sendo esta essencial para garantir o sucesso económico);
- Foram referidas as limitações das patentes e os custos que implicam, tanto no que respeita a obtenção como a manutenção em vigor e eventual ação sobre infratores;
- Passagem de Parques de Ciência para Business Parks; foi referida a importância de promover o estabelecimento, tanto nuns parques como nos outros, de grandes empresas, capazes de atuar como empresas-âncora; foi apontado ainda que as regras de rotatividade deverem ser discriminadas em função da posição da empresa no seu ciclo de vida (evitando, nomeadamente, que permaneçam em incubadoras empresas que já ultrapassaram a fase de incubação);
- Foi ainda discutida a contribuição dos Vales I&D e dos Vales Inovação no sentido de estimularem relações de mais longo prazo entre PME e organizações de investigação (foi referido que esta questão poderia ser objeto de um estudo específico cobrindo toda a vigência do QREN 2007-2013, de modo a tirar conclusões sobre novas medidas a tomar neste campo).

Por razões de tempo, as duas últimas questões tiveram uma abordagem menos detalhada que as anteriores. Em todo o caso, foram referidas pistas importantes que importa referir.

Como potenciar a inserção das entidades do SCTN e empresas sedeadas na Região em redes internacionais e nacionais de clusterização e de excelência científica e tecnológica?

Especificamente sobre esta questão, foi ressaltado, nomeadamente pelas Associações Empresariais presentes, o papel que o associativismo empresarial pode ter na promoção da participação em redes. Foi sublinhada também a importância da participação nos projetos europeus de I&DT. Uma observação muito pertinente respeitou à articulação entre a política de *clusters* e a Estratégia Nacional de Especialização Inteligente. A necessidade da articulação das empresas da Região Lisboa com os *clusters* mais ancorados em outras regiões do País.

Mais especificamente, convirá ressaltar o seguinte:

- O papel que as associações empresariais podem ter como via de comunicação entre o mundo empresarial e o universitário;
- A iniciativa tomada no seio da AIP (confirmar) de estabelecimento de uma plataforma aberta que possa ligar-se a outras plataformas para desenvolver formas de *networking*, indo do plano regional para o nacional e daí para o internacional;

- A participação em projetos europeus de I&DT constitui um elemento essencial de *networking* e de promoção da excelência científica e tecnológica;
- A importância de combinar a política de *clusters* com a especialização inteligente;
- A conveniência de as empresas da região serem estimuladas a participar em iniciativas de clusterização ancoradas em outras regiões;
- A relevância de promover políticas específicas de promoção de *clusters* no domínio das indústrias culturais e criativas; e
- A promoção de ecossistemas empreendedores.

Como estimular a criação de novas empresas de base cognitiva orientadas para os mercados internacionais?

Na discussão relativa a este tema surgiu um consenso claro: a necessidade de promover iniciativas empreendedoras de base cognitiva visando os mercados internacionais. O movimento de globalização económica leva a que o mercado doméstico deva ser cada vez menos a referência. Como foi referido, “as empresas têm de correr o risco de ser internacionais”. Daí o interesse em promover mecanismos que incentivem a internacionalização numa fase precoce.

As principais propostas avançadas em resposta à questão formulada foram as seguintes:

- Desenvolvimento de mecanismos, em ligação com os sistemas de incentivos, que incentivem a internacionalização em fase precoce da vida das empresas;
- Aproveitamento da experiência do programa NEOTEC como instrumento de promoção da criação de novas empresas de base cognitiva orientadas para a internacionalização; uma iniciativa deste tipo deveria contar, desde o início com um leque alargado de parceiros, incluindo *business angels* e empresas de capital de risco;
- Estímulo da participação de empresas multinacionais, portuguesas e estrangeiras, suscetíveis de apoiar a internacionalização de *start-ups* portuguesas;
- Apoio à participação de novas empresas de base cognitiva em feiras internacionais; e
- Promoção da participação em redes internacionais, tendo sido sublinhados os contactos com empresas europeias (considerando que a Europa é geograficamente a área privilegiada de internacionalização das empresas portuguesas).

Conclusões

Como principais conclusões, na ótica da Avaliação *ex-ante*, salientam-se as seguintes:

1. Medidas de política que permitam conjugar ações simultaneamente sobre a procura e a oferta (e não apenas sobre a primeira), de modo a promover a cooperação entre empresas e organizações de I&D e a estimular a valorização económica dos resultados da investigação; noutros termos, a

- promoção dos “comerciais do conhecimento” deverá ser conjugada com a capacitação e o reforço dos quadros técnicos das PME para definir as necessidades das empresas e fazer a ‘ponte’ com o sistema científico e tecnológico;
2. Promoção da colocação de docentes nas empresas, desejavelmente em torno de projetos concretos de cooperação;
 3. Utilização do ensino como meio de promoção da convergência entre empresas e organizações de I&D e Universidades (cursos em parceria, apoio a projetos de Mestrado e de Doutoramento sobre temas definidos pelas empresas e cursos de Gestão da Inovação);
 4. Alteração das métricas de avaliação da investigação, visando a valorização da aplicação do conhecimento (isto implica não apenas passar das publicações e das patentes para os produtos mas também a capacidade de envolver empresas com capacidade para concorrer em mercados internacionais);
 5. Focalização nos negócios e não na investigação per se, implicando nomeadamente a transição do conceito de Parques de Ciência para Business Parks (de facto, importa ultrapassar a ideia da superioridade intrínseca da Ciência para considerar também os méritos sociais da atividade empresarial, dos negócios);
 6. Apoio à participação em projetos europeus de I&DT, enquanto vetor de *networking* internacional, de promoção da excelência científica e tecnológica e de exploração de possibilidades de aplicação dos conhecimentos científicos;
 7. Aprofundamento das possibilidades de combinação entre a política de *clusters* e a especialização inteligente; nesta linha, importa estimular a participação das empresas da região Lisboa em *clusters* ancorados em outras regiões;
 8. Promoção do desenvolvimento de ecossistemas empreendedores, tendo presente que a promoção do empreendedorismo baseado no conhecimento deverá estar orientada para projetos visando os mercados internacionais (e não focadas sobretudo no mercado doméstico);
 9. Desenvolvimento de sistemas de incentivos orientados para a promoção da internacionalização em fase precoce da vida das empresas; nesta linha, importaria analisar as possibilidades de aproveitar as virtualidades do programa NEOTEC para promover a criação de novas empresas de base cognitiva orientadas para a internacionalização, envolvendo um leque alargado de parceiros, incluindo *business angels* e empresas de capital de risco; e

10. Lançamento de iniciativas específicas focadas no apoio à criação e afirmação competitivas de empresas *born globals* (pesquisa de mercados, formação específica em *marketing* internacional, desenvolvimento de parcerias internacionais e redes de inteligência estratégica, participação em feiras internacionais e parcerias com grandes empresas, nacionais e internacionais).

Anexo 9. Focus Group “Eficiência Energética e Mobilidade Sustentável”

Data: Lisboa 4 de Abril de 2014, CCDRLVT

Agenda

- Breve apresentação do quadro de intervenção do POR Lisboa, dos objetivos e de alguns elementos de diagnóstico da temática em discussão;
- Apresentação das principais questões a discutir com os participantes, designadamente:

Face à exiguidade de recursos num território com a dimensão e características da AML, como potenciar resultados significativos e garantir um contributo expressivo para as metas a atingir, no quadro de intervenção do Programa, no setor empresarial, nas infraestruturas e parque edificado da administração pública regional e local, na habitação social e na mobilidade urbana sustentável?

Que opções em termos de priorização e concentração do investimento em tipologias e/ ou setores relevantes e com maior impacto no cumprimento dos compromissos e metas internacionais assumidas por Portugal?

Como promover a articulação com os instrumentos setoriais – PNAEE, Eco-Ap e PNAER 2020 e internalizar as diretrizes estratégicas e operacionais na regulamentação e critérios de seleção das operações?

Como articular os apoios a conceder com as estratégias e instrumentos municipais?

Que procedimentos específicos promover para o acompanhamento e monitorização eficaz desta matéria neste setor?

- Discussão em torno das questões propostas.

Participantes

CCDRLVT – Eduardo Brito Henriques (Presidente da CCDRLVT), Fernanda do Carmo, José Antunes, Isabel Quaresma, Diogo Martins, Alexandra Almeida, João Afonso.

Equipa de Avaliação (IESE) – Dulce Santana e Sérgio Almeida.

Interlocutores – Representantes das seguintes entidades: Câmaras Municipais de Almada, Amadora, Cascais, Loures, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira; Instituto de Mobilidade e Transportes; e IHRU.

Principais resultados a reter das intervenções dos participantes

✓ *Edifícios e infraestruturas da Administração Pública Regional e Local*

A iluminação pública foi referida como uma área preferencial de investimento das câmaras municipais (Amadora, Almada, Setúbal, Oeiras e Seixal), uma vez que concentra em grande medida a fatura energética destas entidades. No caso da Câmara da Amadora, é responsável por 50 a 60% da fatura energética (3M€ de despesa com iluminação – despesa fixa) e no caso de Almada, 60% dos consumos de energia são para iluminação pública. As 2 câmaras pretendem proceder à substituição das luminárias atuais por LED, sendo que no concelho da Amadora a estimativa do investimento total é ordem dos 6M€. Face aos custos de investimento envolvidos nesta área em particular, os apoios disponibilizados pelo PO foram considerados muito reduzidos as verbas disponíveis ao seu financiamento através do PO, face ao financiamento indicativo disponível (80.000.000 euros para todo o Eixo 3), terá que ser muito seletivo e criterioso.

A questão das potenciais implicações dos projetos de substituição das luminárias por LED nos contratos de concessão com a EDP (potencial risco de transposição de custos de manutenção da rede para a autarquia), foi levantada por vários participantes.

Foram apresentadas sugestões de financiamento como o apoio aos sistemas de telegestão de iluminação pública e o apoio à elaboração do cadastro. A ausência deste, como referido pela CM de Oeiras, pode dificultar o investimento por parte das Autarquias na substituição da iluminação pública.

A CM de Almada pretende investir na eficiência energética dos edifícios apostando em ações passivas (p.ex. isolamento térmico de edifícios) por serem, na sua maioria, mais eficientes e menos dispendiosas do que a implementação de ações ativas (p.ex. painéis solares).

Os equipamentos foram também apontados como prioridade de investimento pelas Câmaras de Setúbal e Palmela.

✓ *Habituação social*

Esta área não foi considerada uma área preferencial de investimento. A experiência recomenda que o investimento seja muito acompanhado de ações de formação e sensibilização da população residente e focado principalmente em medidas passivas, em detrimento de medidas ativas (Oeiras, Setúbal, IHRU).

A CM de Oeiras questionou se edifícios de habitação adquiridos e reabilitados pela autarquia para colocação no mercado a custos controlados, seriam elegíveis a financiamento pelo POR Lisboa.

No sentido de potenciar resultados, várias CM referiram que é desejável orientar os apoios neste setor para os edifícios de habitação social abrangidos por operações integradas de regeneração urbana, já que estas deverão incidir em áreas críticas.

✓ *Mobilidade sustentável*

As Câmaras manifestaram interesse no apoio à elaboração de Planos de Mobilidade Sustentável (Setúbal) e à remodelação de espaços públicos para a promoção da mobilidade através de modos suaves e pedonal (Seixal, que está neste momento a fazer um Plano de Mobilidade Sustentável) e/ou que permitam a redução do uso do automóvel em determinadas zonas mais afetadas pelas emissões de gases.

A CM de Almada manifestou também o interesse em investir nos modos suaves, infraestruturas cicláveis e transportes públicos.

O IMT apresentou alguns dados reveladores do acréscimo da quota do transporte individual, decréscimo da quota do transporte público e do modo pedonal e da urgência de inverter esta situação e de promover a intensificação da mobilidade suave. Os apoios devem focar-se em medidas que permitam resultados no aumento da quota do transporte público, da bicicleta e pedonal.

As medidas terão, contudo, que ser acompanhadas de procedimentos de monitorização dos padrões de deslocação da população através, da realização de inquéritos com periodicidade regular. Os Planos de Mobilidade têm a vantagem de dar a conhecer os padrões atuais de deslocação das populações, matéria em que o desconhecimento é muito grande.

Sobre os Planos de Mobilidade Sustentável, o IMT considerou que o investimento deveria centrar-se em planos de escala urbana/local, desvalorizando o interesse de planos intermunicipais que, pela sua escala, acabam por ter uma natureza estratégica, nem sempre permitindo identificar as medidas e ações a implementar. Referiu ainda que os valores do concurso têm que ser adequados, evitando situações verificadas no último QREN em que foram disponibilizados valores bastante reduzidos (3.000 a 5.000 euros) que não permitiam fazer planos com níveis de qualidade satisfatórios. Foi feita referência à existência de guias para a elaboração de Planos de Mobilidade para Empresas e para a elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes, diretrizes nacionais para a mobilidade desenvolvidas pelo IMT, entre outros referenciais e normativos técnicos que devem ser tidos em conta na elaboração dos projetos de mobilidade.

O IMTT sugeriu também que fosse apoiada a elaboração de planos de mobilidade de empresas e de outros polos, para redução dos consumos relacionados com deslocações e alteração dos padrões de deslocação atuais (fornecimentos, distribuição, etc.), bem como medidas para a redução da sinistralidade.

Foi reconhecida pelos municípios presentes a importância de apoiar a elaboração de planos de mobilidade urbana. Contudo, não foi possível identificar a situação de cada município relativamente à disponibilidade destes instrumentos de planeamento. A Câmara Municipal de Palmela referiu que, uma vez já identificadas as medidas necessárias, o mais importante neste momento é ter apoios para implementar as medidas necessárias e identificadas.

Foi considerado pelas entidades presentes que teria sido útil o seu envolvimento na programação, em particular na definição das tipologias de investimento, e a necessidade de envolver as Agências de Ambiente e Energia dos municípios da AML, na identificação e discussão dos investimentos prioritários, já que um maior conhecimento e avaliação da situação atual e das necessidades dos vários municípios teria sido útil na identificação e priorização dos investimentos.

Foram identificadas pelos presentes as seguintes Agências de Ambiente e Energia:

ENA – Agência de Energia da Arrábida (Setúbal, palmela e Sesimbra);

AMESEIXAL – Agência Municipal de Energia do Seixal;

AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada;

Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

Para além dos investimentos enquadráveis no POR Lisboa, as Câmaras referiram o interesse noutros investimentos que poderão ser enquadrados no PO SEUR, designadamente:

- Mobilidade elétrica e transportes públicos ecológicos;
- Eficiência energética em habitação privada, IPSS, etc.

Os principais resultados ponderados pela Equipa de Avaliação, foram incorporados na forma de recomendações nos Relatórios finais da Avaliação *ex-ante* e da Avaliação Ambiental Estratégica.

Anexo 10. Reunião LISPOLIS “Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) na Região de Lisboa”

Data: 23 de Abril de 2014, Sede do LISPOLIS

Agenda

- **Balço da gestão e execução do QREN: O que correu bem? O que correu mal? Vantagens e limitações**
- **Balço da utilização dos Programas Quadro de I&DT**
- **O que deverá ser feito, designadamente no POR Lisboa, para promover a colaboração entre as Empresas e a Universidade e Valorização Económica da I&D**
 - Como promover o investimento das empresas em Investigação e Inovação?
 - Como reforçar a cooperação entre Empresas, Centros de I&D e Universidades?
 - Como promover a participação Portuguesa no Horizon 2020?
 - Como apoiar a Investigação e a Internacionalização das Empresas?

Presenças

LISPOLIS - Pedro Rebordão

Equipa de Avaliação - Vítor Corado Simões

IAPMEI - Rita Seabra

Interlocutores (Empresas sedeadas no LISPOLIS): Álvaro Pombo (Estereofoto); Hélio Anjos (Assessor CM Lisboa); Gonçalo Dumienne (Byclosure); Inês Rodrigues (Liscongro); João Saleiro (Boonzi); Marcos Teotónio (Energy Pulse Systems); Paulo Alvito (IDMind); Pedro Mesquita (Cimai); Vânia Costa (Areagest).

Introdução

A sessão foi iniciada por Pedro Rebordão, do LISPOLIS, que começou por referir que a reunião resultou da sua proposta no sentido de ouvir as empresas do LISPOLIS, na sequência de um *Focus Group*, realizado na CCDRLVT, sobre a Avaliação *ex-ante* do POR Lisboa 2014-2020. Introduziu o tema da reunião e agradeceu a disponibilidade dos participantes.

Falou depois Vítor Corado Simões, que indicou os objetivos principais do POR Lisboa 2014-2020, na área da competitividade, inovação e internacionalização. Foram referidos os dois principais Eixos Prioritários do POR Lisboa neste domínio, bem como as principais áreas de ação específicas que lhes correspondem e os envelopes financeiros que lhes deverão ser atribuídos:

- EP 1: Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
- EP 2: Reforçar a competitividade das PME, Pistas para orientações de implementação.

Balanco da execução e gestão do PO anterior e dos Programas Quadro (PQ)

As intervenções incidiram especialmente nos seguintes aspetos:

- *Complexidade e burocracia do processo de candidatura e avaliação:* foi salientada a necessidade de reduzir a carga burocrática, evitando custos financeiros, de tempo e de oportunidade, excessivos para PME. Foi referida a dificuldade, nas condições atuais, de cumprimentos de certos rácios financeiros exigidos. “Porquê as garantias bancárias?”. Vários participantes sublinharam que importa promover uma mudança de atitudes na relação entre as entidades gestoras e os promotores dos projetos, passando do princípio da desconfiança para uma lógica de confiança, pois o objetivo é semelhante. Ajudar a desenvolver e a tornar o País mais competitivo num quadro de globalização. Consequentemente, o foco não deve ser posto nos meios, mas sim nos objetivos finais. Chamou-se a atenção para a necessidade de definir exatamente, à partida, os documentos e informações necessários. Foi apontado, em contrapartida, que em certos casos o problema não está na burocracia como tal, mas na dificuldade de estabelecer *road maps* precisos, designadamente para projetos inovadores.
- *Grau de exigência, controlo e processo de disponibilização de fundos mais elevado e complexo em projetos nacionais que nos PQ:* um dos intervenientes, com vários projetos em PQ, referiu que tinha considerado por mais de uma vez a possibilidade de apresentar candidaturas ao QREN, nunca o tendo feito devido á excessiva burocracia.
- *Desvio do foco da atividade das empresas:* Em pequenas empresas nascentes, com recursos muito limitados, as exigências burocráticas adicionais vão implicar a afetação de recursos altamente qualificados a atividades que não correspondem ao *core business* da empresa, implicando um desperdício de recursos.
- *Não adaptação das exigências ao tipo de atividade da empresa:* Foi referido que a lógica dos regulamentos assenta na perspetiva da indústria transformadora tradicional, a qual não se aplica à economia digital (foi dado o exemplo de despesas inerentes á aquisição de menus de computação). Parece haver “falta de compreensão do que é a economia digital”. Importa tratar de forma diferente o que é diferente e ter em conta o ritmo de mudança nas atividades económicas.
- *Acentuar a aposta na qualidade dos meios online disponíveis:* o acesso *online* é fundamental para reduzir a burocratização e para facilitar a vida às empresas.
- *Vantagens de promover um diálogo ‘face-a-face’ desde o início:* foi sublinhado que este diálogo pode ajudar a resolver muitos problemas. Foi sugerida a criação do conceito de gestor de projeto, que daria a cara face ao promotor. (Todavia, foi argumentado que, no quadro dos recurso existentes, esta possibilidade não é viável).

- *Insuficiências da gestão dos processos de internacionalização:* Muitas vezes existe conhecimento insuficiente sobre o projeto e os respetivos méritos (foi referido um caso concreto a este respeito); este facto dissuade as empresas de desenvolver projetos específicos, integrados de internacionalização. Estes são, no entanto, bem mais importantes que os projetos simplificados, que acabam por se expressar em participações em feiras, com resultados muito duvidosos. Foi notado também que o perfil e as exigências da internacionalização na economia digital são muito específicos, não se coadunando com apoios para participação em feiras.
- *Necessidade de ultrapassar os constrangimentos das regras europeias:* como poderemos esperar que os fundos atinjam o seu fim, isto é, apoiar o desenvolvimento e criar riqueza em Portugal, se o foco dos programas for o processo de atribuição e acompanhamento?

Note-se que as críticas incidiram fundamentalmente nos procedimentos usados e na atitude genérica face aos promotores e não no esforço das pessoas e das instituições para tentar responder aos problemas colocados pelas empresas. Importará referir também que uma das oito empresas indicou que nunca teve problemas com o acompanhamento dos projetos QREN aprovados, incluindo pagamentos.

Pistas para o Futuro

Relativamente às orientações para o próximo período de programação voltaram a ser referidos diversos aspetos apontados acima, como exemplos de barreiras que importa superar. Em todo o caso, a troca de impressões havida permitiu identificar um conjunto de pistas que poderão contribuir para melhorar a eficácia e a eficiência dos apoios:

- Simplificação e transparência de processos, evitando criar peso burocrático excessivo sobre as empresas e desvio de foco, especialmente em empresas nascentes;
- Maior proximidade entre as entidades gestoras e os promotores de projetos; isso permitiria ultrapassar a insegurança de parte a parte;
- Melhor consideração das especificidades dos projetos e dos negócios (sendo a economia digital e a internacionalização apontados como exemplos), o que implica também o reforço do nível de conhecimentos e de compreensão da realidade por parte das equipas de avaliação de projetos;
- Agilização de processos de decisão e de pagamento;
- Não confundir controlo efetivo com exigências (frequentemente excessivas) de documentação;
- Relativamente à relação entre entidades gestoras e promotores, seria importante centralizar numa só consola (site, portal) toda a informação relativamente a apoios, incluindo candidatura e acompanhamento; isso facilitaria a criação de confiança (por exemplo, os promotores deixariam de ter motivos para duvidar que outros apoios pudesse estar disponíveis através de outras entidades) e

contribuiria para aproximar gestores e promotores (pois utilizavam sempre a mesma “ferramenta”);
e

- Foco nos objetivos finais e não nos instrumentos (o controlo deve ser um meio, eventualmente um mal necessário, e não um fim em si mesmo).

Conclusões

Do diálogo estabelecido e reportado anteriormente resultam as seguintes conclusões, suscetíveis de ser consideradas de avaliação *ex-ante*:

1. Necessidade de maior eficiência na gestão dos sistemas de incentivos, de modo a reduzir os custos (em esforço e em tempo) para os agentes económicos;
2. Maior simplificação de processos e maior abertura das entidades gestoras na relação com os promotores;
3. Melhoria do sistema de informação disponível, de modo a permitir aos agentes económicos uma perspetiva global dos instrumentos disponíveis e uma mais fácil interação *on line*;
4. Tratar igual o que é igual, tratar diferente o que é diferente: Importa que os organismos de gestão compreendam a diversidade de situações empresariais e a sua mutabilidade; o caso mais flagrante é o da economia digital; e

Colocar o foco nos objetivos e não nos instrumentos: importa promover tanto a eficácia dos processos como a eficiência das ações, tendo em conta que o objetivo principal dos sistemas de incentivos é a promoção da competitividade das empresas e do País (não só a curto, mas também a longo prazo) e não o processo de avaliação e acompanhamento dos projetos. Este deve ser encarado como um instrumento para atingir o objetivo acima indicado.